

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicação e Artes
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

***Advocacy* Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo**

ELIS GABRIELA COPA DOS SANTOS

SÃO PAULO

2018

ELIS GABRIELA COPA DOS SANTOS

Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo

Versão Corrigida

(Versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo como pré-requisito obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira.

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos, Elis Gabriela Copa dos
Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao
redor do mundo / Elis Gabriela Copa dos Santos ;
orientadora, Sueli Mara Soares Pinto Ferreira. -- São
Paulo, 2018.
117 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Advocacy 2. Promoção e defesa 3. Bibliotecas Públicas
I. Ferreira, Sueli Mara Soares Pinto II. Título.

CDD 21.ed. - 020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Santos, Elis Gabriela Copa dos.

Título: *Advocacy* Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo


Dissertação apresentada à Escola Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: ELISABETH A. DUDZIAK - Elisabeth J. Dudziak
Instituição: SIBI-USP
Julgamento: Aprovada

Prof. Dr.: LUETE TIERUCCINI Luete Tieruccini
Instituição: ECA/USP
Julgamento: Aprovada

Prof. Dr.: ^{Ariadne} Chloe Mary FERNIVAL 
Instituição: UFSCAR
Julgamento: aprovada

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, que tanto sonharam com esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por sua presença nela, iluminando meus caminhos e guiando minhas escolhas. Também agradeço a Nossa Senhora, minha mãezinha tão querida, por me acolher debaixo de seu Manto protetor e passar à frente de mim em todas as situações da minha vida.

Agradeço aos meus pais, José Geraldo dos Santos e Silvânia Copa, por simplesmente tudo. Por terem aceitado ser meus pais, pela educação e os princípios éticos, morais e religiosos que me deram em casa, pelo ensino de altíssima qualidade que puderam me proporcionar e por serem, além de os melhores pais do mundo, grandes amigos com quem sempre pude contar.

Agradeço à Profa. Dr. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, minha orientadora, que durante este caminho compartilhou comigo seus conhecimentos e experiências. Por ter me aceito como sua orientanda e me guiado até aqui. Agradeço também aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Agradeço aos docentes do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, pois sem tudo o que aprendi e vivi durante minha graduação, eu não teria alcançado este programa.

Agradeço a toda equipe do Instituto Confúcio na Unesp pelo apoio, paciência e ajuda. Ao nosso diretor Thiago Fernandes pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar do trabalho para cumprir as obrigações acadêmicas. Aos colegas Bárbara, Fabiano e Laura que ouviram tantos dos meus desabafos no dia a dia. E a minha querida eterna estagiária, colega de pensionato e querida amiga Alessandra, que tanto me ajudou e incentivou durante a realização deste mestrado.

Agradeço às irmãs do Instituto Maria Imaculada que tão bem me receberam quando mudei para São Paulo, além de todo o suporte oração e carinho que tiveram comigo no período em que passei estudando para o processo seletivo para este programa e, posteriormente, ao longo da realização do mestrado.

A todos vocês, muito obrigada!

EPÍGRAFE

Liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Eles serão alcançados somente através da capacidade de cidadãos bem informados, para exercerem seus direitos democráticos, e terem papel ativo na sociedade. Participação construtiva e desenvolvimento da democracia dependem tanto da educação adequada, como do livre e irrestrito acesso ao conhecimento, pensamento, cultura e informação. A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. (IFLA, 1994).

RESUMO

SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. **Advocacy Bibliotecário**: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Por meio de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico-documental, esta dissertação busca analisar o *Advocacy Bibliotecário* e como este movimento tem se manifestado em diversos países. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura sobre a temática, considerando conceitos como democracia e política, o campo das políticas públicas, além do significado do termo *advocacy* e o conceito a ele atribuído. Como ponto fundamental para melhor compreensão do *Advocacy Bibliotecário*, buscou-se identificar a origem, função, papel e importância das Bibliotecas Públicas na sociedade atual, para que se pudesse então estudar como e porque tal movimento surgiu, se estruturou e vem se espalhando pelo mundo. Com base na revisão da literatura pertinente ao tema, identificou-se que a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a *Bill & Melinda Gates Foundation* (BMGF) vêm desenvolvendo programas a nível global, destinados ao fortalecimento das bibliotecas que, além de oferecer treinamentos para os bibliotecários, também financiam iniciativas ligadas ao *Advocacy Bibliotecário*. Foram identificados cinco programas globais, sendo quatro da IFLA e um da BMGF. São eles: O *Library Development Programme* (LDP), o *Building Strong Library Associations Programm* (BSLA), e o *International Advocacy Programme* (IAP) da IFLA e o *Global Libraries* (GL) da BMGF. Como resultado da revisão, chegou-se a consolidação de uma matriz classificatória de tipologias de iniciativas de *advocacy* possíveis de serem desenvolvidas por bibliotecas: (a) Iniciativas de estruturação: Relacionadas ao fortalecimento do setor bibliotecário no país ou da associação bibliotecária nacional; (b) Iniciativas de formação: Focadas na formação profissional para o *advocacy*/desenvolvimento de liderança/atuação política; (c) Iniciativas de sensibilização: Iniciativas que visam sensibilizar a população para o valor das bibliotecas e (d) Iniciativas políticas: Ações e estratégias que evidenciam a busca de diálogo com o governo sobre o posicionamento das bibliotecas nas agendas públicas. A partir deste ponto, seguiu-se um mapeamento e categorização das iniciativas de *advocacy* que têm sido conduzidas por associações nacionais ou regionais de bibliotecas ao redor do mundo, com a finalidade de compreender como este movimento tem se espalhado e se estruturado nas comunidades bibliotecárias. Por meio de consultas aos sites de associações nacionais de bibliotecas e aos relatórios dos programas citados, foram identificadas 80 iniciativas que receberam financiamento dos programas globais, além de outras 97 iniciativas realizadas/iniciadas entre 2010 e 2018 e propostas/conduzidas dentro do escopo aqui proposto. Assim, foram identificadas 177 iniciativas ocorridas em pelo menos 125 países, das quais apenas 159 puderam ser classificadas, da seguinte forma: 19 iniciativas de estruturação, 96 iniciativas de formação, 21 iniciativas de sensibilização e 23 iniciativas políticas. De acordo com esta amostragem, 82,4% das iniciativas ocorreu em países menos desenvolvidos. Pode-se perceber, portanto, que nestes países, já há algum tempo estão surgindo projetos de *advocacy*, certamente devido à motivação e fomento das instituições e programas mencionados. E, que modo geral, a demanda corrente ainda se concentra em iniciativas de formação, demonstrando grande necessidade de capacitação dos bibliotecários para a condução de esforços de promoção, defesa e militância das bibliotecas e da própria profissão.

Palavras-chave: *Advocacy*. Promoção e defesa. Bibliotecas Públicas.

ABSTRACT

SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. **Library advocacy: mapping initiatives around the world.** 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Through an exploratory bibliographic-documentary research, this dissertation seeks to analyze the Library Advocacy and how this movement has manifested itself in several countries. For this purpose, a literature review was carried out on the subject, considering concepts such as democracy and politics, the field of public policies, besides the meaning of the term advocacy and the concept attributed to it. As a fundamental point for a better understanding of the Library Advocacy, it was sought to identify the origin, function, role and importance of Public Libraries in today's society, so that it was possible to study how and why this movement emerged, was structured and is spreading throughout the world. Based on a review of relevant literature, it has been identified that the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) and the *Bill & Melinda Gates Foundation* (BMGF) have been developing programs at the global level to strengthen libraries which, in addition to providing training for librarians, also finance initiatives related to the Library Advocacy. Five global programs were identified, four from IFLA and one from the BMGF. They are: The Library Development Program (LDP), the Building Strong Library Associations Program (BSLA), and the International Advocacy Program (IAP) of IFLA and the Global Libraries (GL) of the BMGF. As a result of the review, it was possible to consolidate a classification matrix of types of advocacy initiatives that could be developed by libraries: (a) structuring initiatives: Related to the strengthening of the librarian sector in the country or the national librarian association; (b) Training initiatives: Focused on vocational training for advocacy / leadership development / policy action; (c) Awareness-raising initiatives: Initiatives aimed at sensitizing the population to the value of libraries; and (d) Political initiatives: Actions and strategies that highlight the search for dialogue with the government on the positioning of libraries in public agendas. From this point, a mapping and categorization of the advocacy initiatives that have been conducted by national or regional associations of libraries around the world have followed, in order to understand how this movement has spread and structured in the librarian communities. Through the consult of the national library association websites and the reports of the global programs, 80 initiatives were identified that received funding from the global programs, as well as 97 other initiatives undertaken / initiated between 2010 and 2018 and proposed / conducted within the scope proposed here. Thus, 177 initiatives were identified in at least 125 countries, of which only 159 could be classified as follows: 19 structuring initiatives, 96 training initiatives, 21 awareness-raising initiatives and 23 political initiatives. According to this sampling, 82.4% of the initiatives occurred in less developed countries. It can be seen, therefore, that in these countries, advocacy projects have been in progress for some time, certainly due to the motivation and the promotion of the institutions and programs mentioned. Overall, current demand still focuses on training initiatives, demonstrating a great need for the capacity of librarians to carry out efforts to promote, defend and militate in libraries and in the profession itself.

Keywords: Advocacy. Promotion and defense. Public libraries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese dos programas globais relacionados ao Advocacy Bibliotecário conduzidos pela IFLA e pela BMGF	49
Figura 2 - Síntese da amostragem de estudo	52
Figura 3 - Modelo de apresentação das iniciativas locais mapeadas.....	53
Figura 4 - Quantidade total de iniciativas mapeadas vs. classificadas	56
Figura 5 - Ilustração dos países para os quais foram identificadas iniciativas	57
Figura 6 – Quantidade total de iniciativas de estruturação, de acordo com a abrangência	64
Figura 7 – Iniciativas de formação: financiamento e abrangência	66
Figura 8 – Principais formatos identificados para as iniciativas de sensibilização	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos países, agrupados por continente, para os quais foram identificadas iniciativas.....	58
Quadro 2 – Iniciativas regionais agregadas sob os continentes na qual ocorreram	63
Quadro 3 – Iniciativas de estruturação por ano por país ou região	65
Quadro 4 - Iniciativas de formação por ano por país ou região	67
Quadro 5 - Iniciativas de sensibilização	70
Quadro 6 - Iniciativas políticas identificadas	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de iniciativas identificadas para cada país	59
Tabela 2 - Quantidade de iniciativas por continente	61
Tabela 3 - Quantidade de iniciativas por país (para países com quatro ou mais iniciativas) ...	61
Tabela 4 - Iniciativas financiadas pelos Programas Internacionais	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de iniciativas classificadas em cada categoria, divididas pelos programas de financiamento.....	60
Gráfico 2 - Origem do financiamento das iniciativas de formação	69
Gráfico 3 - Tipos de iniciativas políticas.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF	<i>Advocacy coalition framework</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BMGF	<i>Bill & Melinda Gates Foundation</i>
BSLA	<i>Building Strong Library Associations</i>
FEBAB	<i>Federação Brasileira Associações Bibliotecários</i>
GL	<i>Global Libraries</i>
IAP	<i>International Advocacy Program</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ILP	<i>International Leaders Programme</i>
INELI	<i>Network of Emerging Library Innovators</i>
LDP	<i>Library Development Program</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivo.....	16
1.2	Justificativa.....	17
1.3	Estrutura da dissertação.....	17
2	SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E <i>ADVOCACY</i>	19
3	BIBLIOTECAS PÚBLICAS E <i>ADVOCACY</i> BIBLIOTECÁRIO	29
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4.1	Amostragem do estudo.....	51
4.2	Descrição das Iniciativas	52
4.3	Análise das Iniciativas.....	53
5	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	56
5.1	Análise geral das iniciativas nacionais e regionais	60
5.2	Análise das iniciativas nacionais e regionais segundo os critérios definidos	64
5.2.1.	Iniciativas de estruturação	64
5.2.2.	Iniciativas de formação	66
5.2.3.	Iniciativas de sensibilização	70
5.2.4.	Iniciativas políticas.....	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE A - Lista das atividades identificadas no mapeamento.....	84

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos, as crises econômicas, as tempestades políticas e as quebras de paradigmas vividos nos últimos anos foram responsáveis por um repensar de diversos papéis sociais. No Brasil, as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas, especialmente desde o início dos anos 2000, contribuíram para que grupos e comunidades que antes permaneciam à margem da sociedade, tivessem muitas de suas necessidades básicas atendidas e buscassem ter mais espaço e mais voz, fazendo com que novas demandas de diferentes ordens fossem criadas. Muito embora tenha havido uma rápida mudança neste cenário e atualmente passamos por uma fase de incertezas em que muitos direitos sociais estão sendo cada vez mais diminuídos. Ainda assim, pode-se dizer que as diversas possibilidades criadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, ao facilitarem a comunicação, deram voz a grupos da sociedade antes mais marginalizados e, ao facilitar o acesso, a gestão e o compartilhamento da informação, garantiram que esses grupos anteriormente fragmentados e fragilizados, pudessem se conectar e empoderar suas lutas.

Contudo, percebe-se grande disparidade nas condições de acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação, o que faz com que seu potencial não tenha se tornado plenamente realidade num contexto global. Tais disparidades variam, por exemplo, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. É aí que se pode sugerir que haja necessidade de maior atenção dos Estados quanto à criação de políticas que privilegiem a criação, manutenção e melhoria de sistemas e dispositivos destinados ao acesso à informação, à tecnologia, à comunicação e à cultura.

A consciência das novas dinâmicas político-sociais e a proatividade dos novos atores nos obrigam a uma reflexão fundamental sobre nossas instituições culturais formais - bibliotecas, museus, centros culturais - e seu papel no novo contexto emergente se quisermos preservar sua relevância. As instituições culturais formais são instadas a dialogar com os novos indivíduos e loci de produção, circulação e apropriação da cultura (entendido como um processo que faz algo apropriado, subjetivo, impulsionado pelo desejo e vontade) nas sociedades democráticas (OLIVEIRA, 2017, tradução nossa).

É neste cenário que as bibliotecas, em especial as públicas, encontram a possibilidade de se destacar, pois têm o potencial de serem importantes espaços públicos promotores de cidadania onde as relações econômicas não se dão, uma vez que sua existência não é pautada por relações econômicas: não se paga para entrar, permanecer e nem para ter acesso aos produtos e serviços oferecidos por uma biblioteca. Além de serem espaços abertos a todos,

sem distinções de credo, cor, raça, gênero, nível de escolaridade, condições sociais. A biblioteca é para todos.

O que as cidades cada vez mais oferecem como opção de agregação social são espaços ou eventos marcadamente comerciais, cada vez mais parecidos nas operações de franchising global. Muitos serviços são mobilizados na tentativa de manter as costuras sociais estáveis. A biblioteca pública pode ser o território mais rico para realizar o encontro entre realidades diversas, buscando saídas das crises sociais que nos cercam (CRIPPA, 2015, p. 2).

E para que as bibliotecas sejam instituições de destaque num país, é necessário que as organizações que representam o setor bibliotecário sejam fortes, que os bibliotecários sejam conscientes sobre o valor de seu trabalho, tenham habilidades que os permitam conduzir esforços de defesa, ofereçam soluções para todos e que a população além de usar os espaços, produtos e serviços, reconheça o valor das bibliotecas. Estes três elementos, associações fortes, profissionais preparados e população consciente sobre sua importância, farão com que o governo não só preste mais atenção, mas reconheça o valor das bibliotecas. E esse reconhecimento virá por meio de leis, orçamentos e políticas.

Considerando que as políticas públicas são instrumentos para beneficiar a sociedade, que garantem à população seus direitos humanos e universais. E que as bibliotecas são as instituições que mais se aproximam em garantir a sociedade esses direitos, acredita-se que não baste apenas inclui-las nas agendas governamentais, mas sim mostrar ao governo que são elas que podem garantir que toda a sociedade estará recebendo o que merece. Além do fato de que hoje as bibliotecas não estão mais relacionadas apenas com o acervo e entrega de serviços, mas também em participar da vida social e cultural da comunidade onde estão localizadas. O que faz com que novas competências precisem ser acrescidas ao perfil profissional do bibliotecário, como passar a ter a capacidade de posicionar a si e a biblioteca como elementos centrais de políticas públicas de informação, passando a figurar como protagonistas dos processos políticos que os envolvem. Nesse sentido, tem ganhado força um movimento que busca defender e promover as bibliotecas, com foco na ampliação de sua inclusão nas agendas governamentais. Este movimento é conhecido como *Advocacy* Bibliotecário e tem se expandido nos últimos tempos, em especial nos países onde a atividade do *advocacy*¹ já tem força quando grupos da população se mobilizam em torno de um plano, projeto ou causa.

Pensar sobre o *advocacy* requer pensar quatro questões fundamentais: Por quê? Quem? Onde? Quando? Para o *Advocacy* Bibliotecário, seu principal por que está relacionado à garantia dos recursos que as Bibliotecas Públicas necessitam para oferecer, melhorar e

¹ Não existe ainda uma tradução definida em português para o termo *advocacy*.

ampliar seu oferecimento de serviços. Mas também busca evitar possíveis cortes orçamentários, além de ajudar quando há uma ameaça à qualidade dos serviços oferecidos na biblioteca ou mesmo uma ameaça relacionada à própria existência das bibliotecas. Sua realização não cabe apenas ao bibliotecário em si, mas a todos os demais colaboradores da biblioteca, seus usuários, lideranças comunitárias e qualquer outro interessado que entenda o valor das bibliotecas. Não há um lugar específico onde deva ocorrer, mas em qualquer comunidade, grande ou pequena e não de forma pontual, mas como um esforço contínuo.

Sabe-se que é em países cujo *advocacy* de uma maneira geral já é uma tarefa tradicional que a concepção do *advocacy* pelas bibliotecas se fortalece, com forte destaque para os Estados Unidos que, conforme já apontado. Contudo, é necessário considerar que esta proposta surge inicialmente nos Estados Unidos da América (EUA) por volta do final dos anos 90, expandindo-se rapidamente para todos os demais continentes. Portanto, nasce em contextos sócio-políticos onde participação pública e a democracia se dão de formas muito diferentes da realidade brasileira. E a simples aplicação de uma proposta surgida um contexto sócio-político não se faz eficaz em outros cenários, uma vez que as diferenças que reinam entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são substanciais, tornando-se mais do que obstáculos, possíveis fatores de fracasso. Dessa maneira, embora o *advocacy* pareça se apresentar como proposta eficaz, precisa ser discutido para que, por meio de sua adaptação à realidade local, possa ser proposta ao campo das bibliotecas públicas em países com diferentes cenários sócio-políticos. Contudo, como este conceito está ainda em formação e com apoio e fomento de instituições internacionais na área de biblioteconomia vem se expandindo a outros continentes de diversas maneiras por meio de iniciativas distintas, entende-se que conhecer tais iniciativas e analisar seus propósitos, objetivos e resultados, pode fornecer um quadro mais claro de como esse tema vem se desenvolvendo em vários países, quais suas características e impactos sociais, políticos ou comunitários.

1.1 Objetivo

Assim, o objetivo principal desta dissertação é analisar o *Advocacy Bibliotecário* e como este movimento tem se manifestado ao redor do mundo, por meio da coleta de informações sobre iniciativas relacionadas ao *advocacy* que foram conduzidas ou apoiadas por associações nacionais ou internacionais de bibliotecas, de modo a mapear seu desenvolvimento e registrar modelos e boas práticas.

1.2 Justificativa

No contexto apresentado, entende-se que é necessário observar a sociedade contemporânea, considerando conceitos como democracia e política, o campo das políticas públicas, além do significado do termo *advocacy* e o conceito a ele atribuído. Como ponto fundamental para compreensão do *Advocacy* Bibliotecário, entende-se que é também necessário discutir a origem, função, papel e importância das Bibliotecas Públicas na sociedade atual, para que se possa então compreender como e porque o movimento do *Advocacy* Bibliotecário surgiu, estruturou-se e como está se espalhando pelo mundo.

Devido ao fato de que estudos preliminares apontaram que a principal origem do *advocacy* como uma ferramenta de promoção e defesa de uma ideia, projeto ou causa é tradicionalmente ligada aos países mais desenvolvidos, principal e mais fortemente os Estados Unidos, entendeu-se que esta pesquisa deveria ser realizada considerando as diferenças entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Entende-se que analisar o *Advocacy* Bibliotecário internacional, por meio de mapeamento das iniciativas de associações bibliotecárias de diversos países, permite compreender como este movimento tem se dado em âmbito mundial. Esta análise foi feita por meio da coleta de informações sobre iniciativas relacionadas ao *advocacy* que foram conduzidas ou apoiadas por associações nacionais ou internacionais de bibliotecas.

1.3 Estrutura da dissertação

Após esta seção introdutória, os dois primeiros capítulos deste trabalho apresentam a revisão de literatura sobre a sociedade atual, políticas públicas, *advocacy*, bibliotecas públicas e o movimento do *Advocacy* Bibliotecário. No primeiro capítulo da revisão de literatura estão apresentadas as definições para os termos “democracia”, “políticas públicas” e “*advocacy*”, buscando a compreensão de como estes elementos se relacionam, além de entender a ligação entre o *advocacy* e o campo das políticas públicas. O segundo capítulo aborda inicialmente as Bibliotecas Públicas, considerando sua origem, função e papel na contemporaneidade, em seguida aborda o movimento do *Advocacy* Bibliotecário, sua origem, necessidade e importância dele neste momento. No terceiro capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos seguidos para a condução desta pesquisa, bem como estão apresentadas as categorias segundo as quais as iniciativas identificadas foram classificadas. No quarto capítulo estão apresentados os resultados da coleta e análise dos dados obtidos por meio do

mapeamento das iniciativas de *advocacy* que estão sendo conduzidas ao redor do mundo. E o último capítulo apresenta as considerações finais a respeito da pesquisa.

2 SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E *ADVOCACY*

Dizer que a sociedade contemporânea vive um momento de profundas transformações, requer entender o que é esta sociedade. E, ao falar em “sociedade contemporânea”, logo pensamos em “sociedade democrática”. Mas, o que de fato é uma sociedade democrática?

Conceitualmente “a democracia é o regime do povo comum, em que todos são iguais” (RIBEIRO, 2001, p.6), ou seja, acreditamos na democracia como um regime de governo que coloca todos os cidadãos em pé de igualdade, de modo que todos participem do poder. Mas, quem são “todos”? E que poder? As implicações destas duas questões acabam por delimitar diversas formas de democracia.

Na antiguidade clássica, onde se encontram os primeiros exemplos de nações democráticas com as cidades-Estado gregas, em especial Atenas, o povo exercia seu poder por meio da participação direta nas assembleias que discutiam as questões políticas e sociais da cidade. E por “povo”, ou cidadão, entendiam-se os homens nascidos naquela cidade. Mulheres, crianças e estrangeiros ainda não tinham seu papel estabelecido na democracia grega.

Hoje, contudo, embora mulheres, crianças e estrangeiros tenham conquistado o direito de ser “povo”, com o fortalecimento de diversas comunidades e cada vez mais direitos reconhecidos, a pressuposta unanimidade que constituía as populações está se fragmentando e dando lugar a diversos grupos sociais (ou subpovos) que passam a constituir o cenário e esperam ter lugar no espaço que se diz democrático. A imagem de um povo único cai por terra quando pensamos numa sociedade que congrega diversos povos dentro de si.

Assim, pensar na democracia hoje inclui de certa forma ressignificar o próprio conceito que diz respeito ao povo. Da mesma forma, mudou a maneira como esse poder é exercido pelo povo. E essa mudança é uma diferença crucial entre a democracia em seus primórdios e o que consideramos hoje: Enquanto os gregos iam com frequência à praça discutir das questões que interessavam a todos, hoje elegemos quem decidirá por nós.

Delegamos as decisões aos prefeitos, vereadores, deputados, governadores, senadores e presidentes, que embora eleitos a cada quatro anos, na prática em muitas situações permanecem por décadas no poder tomando decisões, pautados por suas vontades próprias e endossados pelos votos da população que, por muitas vezes não acompanha o trabalho diário deles, só se lembra de “exercer a atividade democrática” a cada quatro anos.

Com isso, fomos nos afastando consideravelmente do processo político, deixando-o nas mãos de políticos que cada vez mais se profissionalizam no ato de exercer o poder, fazendo

com que frequentemente nos esqueçamos de que o poder democrático está nas mãos de todos. E esse afastamento do fazer e pensar político faz com que também nos esqueçamos de que além de “donos” do poder, somos também detentores de direitos, que são umas das bases constitutivas da democracia.

Com o surgimento das democracias modernas, surgem também as primeiras noções de direitos humanos, cuja função original estava relacionada a limitar o poder do governante sob o ponto de vista do cidadão. Assim, quando delegamos o fazer público a um governante eleito e nos afastamos de todo o processo político, inclusive da função de acompanhar e fiscalizar o que este governante tem feito, corremos o risco de perder (ou deixar de ganhar novos) direitos. Por isso a democracia hoje é conhecida como uma “democracia representativa”. Ainda detemos o poder, mas o delegamos a pessoas em que confiamos, ou pelo menos à pessoas em que em tese deveríamos supostamente confiar.

Uma importante premissa da democracia representativa é a participação social. Que é justamente a forma como expressamos nossas vontades e necessidades. Contudo, enquanto países como os EUA, por exemplo, têm grande atenção da população à questão da participação social, o Brasil ainda demonstra uma participação popular na política muito tímida e submissa, sem a devida noção de que esta é extremamente necessária num contexto democrático.

E essa diferença se dá, em grande parte, pelas origens históricas de cada nação. O Brasil nasce de uma colônia de exploração. Ou seja, toda a administração do Brasil enquanto colônia era feita pelo governo português, de forma autoritária, e cabia à colônia apenas aceitar as imposições da metrópole. Quando alcançou sua independência, o Brasil ainda permaneceu sob o regime imperial por mais de 60 anos, entrando para a era republicana mais de 300 após o início de sua colonização. E mesmo depois de se tornar uma República, o Brasil ainda teve momentos de retrocesso que atingiram gravemente a maturação de seus processos políticos.

Os acontecimentos de 1964 foram um ponto de inflexão na história brasileira. Naquele ano não houve apenas um golpe no Brasil, mas uma alteração nas formas do Estado e na qualidade do processo sócio político. [...] Em decorrência, o processo de democratização não conseguiu encontrar base e impulso para desenvolver de maneira acelerada ou impetuosa. Embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares. [...] A ditadura havia levado a sociedade a odiar a política e a esperar tudo da política. Na medida em que acelerou a formação social das classes e atrofiou-as no plano político, pôs em curso um processo errático que, num primeiro momento,

dirigiu-se contra o próprio regime militar e, num segundo momento, contaminou toda a vida nacional. Os brasileiros foram incentivados a manter relações ambíguas com a política. Ampliaram seus atritos e se desiludiram com a classe política, passaram a pôr em dúvida a eficácia de eleições e rotinas parlamentares, hostilizaram partidos e institutos de representação. Paralelamente, com o avanço da abertura democrática, foram confiando no poder transformador da política, apostando no poder eleitoral e na capacidade executiva de governantes bem-intencionados, aceitando que votos bem dados poderiam, se não encher barrigas, ao menos criar condições para a mudança. (NOGUEIRA, 2004, p. 18, p. 21, p. 23).

A situação política atual do país mostra que apenas confiar na capacidade executiva de governantes bem intencionados pode, no máximo, encher barrigas, mas não necessariamente criar condições para a mudança. Pelo contrário, o que se vê desde o processo de redemocratização é a profissionalização dos cargos políticos, não em prol da melhoria de sua atuação pelo bem público, mas em prol da manutenção da permanência quase vitalícia dos mesmos figurões que se alternam em cargos políticos há mais de três décadas. Está aí uma das principais razões das diferenças entre a consciência e participação política do brasileiro, e das populações de muitos outros países com semelhantes origens históricas, e a dos países desenvolvidos, antigas metrópoles, ou mesmo de países que, assim como os Estados Unidos, foram colônias de povoamento e, conseqüentemente, foram capazes de desenvolver-se politicamente de maneira mais rápida e eficaz.

Contudo, mesmo muitas vezes não exercendo plenamente nossas obrigações democráticas, que vão muito além do voto, sempre queremos que nossos direitos sejam respeitados. E o desrespeito aos direitos individuais ou coletivos, públicos ou privados pode ser gerador de conflito. Portanto, falar em democracia é, também falar sobre o conflito e sobre as maneiras de administrá-lo.

Uma vez que uma característica fundamental da sociedade democrática é justamente a diferenciação social (os indivíduos de uma sociedade possuem diferentes idades, sexo, religiões, estados civis, níveis de escolaridades, renda, ideias, valores, interesses, aspirações...) e diferenças são a origem dos conflitos. Então, a democracia não precisa necessariamente anulá-los, mas pode administrá-los de modo a buscar uma convivência pacífica entre indivíduos ou grupos em situações de conflito, agindo como um instrumento de mediação, justamente porque à medida que uns resolvem suas reivindicações, por meio da garantia de seus direitos, outros se colocam em cena em busca de novos direitos. Como aponta Rua (2009), “a diferenciação faz com que a vida em sociedade seja complexa e potencialmente envolva, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito”, cabendo ao Estado administrar as possibilidades de conflitos de forma

que seja garantida a convivência harmônica nos mais diversos grupos ou comunidades da sociedade.

A administração do conflito, por sua vez, pode ser obtida por dois meios: a coerção e a política. A coerção consiste na ação de reprimir, de refrear. Já a política corresponde à força exercida pelo Estado para fazer valer o direito. Como a aplicação da força pode gerar reações, o custo da coerção pode ser muito elevado, e o seu uso, demasiado desgastante para quem a aplica. Por isso, as sociedades recorrem à política, seja para construir os consensos, seja para controlar o conflito. (RUA, 2009, p. 14).

Assim, uma das formas de administrar os conflitos dentro de uma sociedade é estipular normas e ações que sejam capazes de atender às necessidades e interesses comuns a todos os indivíduos ou a grupos por meio, por exemplo, de políticas públicas. As políticas públicas se caracterizam por um conjunto de ações, decisões, metas e planos que os governos usam para a solução de problemas e para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público.

Aqui cabe uma importante distinção que precisa ser feita com relação ao termo “política”. Na língua portuguesa, em virtude da utilização desta palavra em diversos contextos, é frequente que haja confusão com relação às atividades políticas, que configuram “o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas”, em inglês *politics*. E o termo *policy*, que se refere “à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos”. Ou seja, o termo *policy* se refere “à atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política”. (RUA, 2009)

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006).

As políticas públicas se caracterizam por um conjunto de ações, decisões, metas e planos que os governos usam para a solução de problemas e para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público. E, embora os impactos causados pela implementação de uma

política pública possam ser sentido no curto prazo, sua intenção é de alcançar um resultado em longo prazo e, comumente, permanente, de forma abrangente e sem se limitar a leis específicas, pois a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados que embora seja materializada pelo governo, nasce no âmbito do desejo popular. (SOUZA, 2006).

O campo que estuda as políticas públicas é extenso, bem diversificado e constituído de várias teorias fundamentais. Um fator importante para a compreensão das políticas públicas é sua classificação, cuja tipologia mais aceita na área foi criada por Theodor Lowi (1964; 1972 *apud* SOUZA, 2006) e que define quatro tipos de políticas públicas: as Políticas distributivas, que compreendem as decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo; as Políticas regulatórias, aquelas que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; as Políticas redistributivas que atingem um maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento e as Políticas constitutivas que unem os outros três outros tipos, sendo responsáveis pelos procedimentos necessários para que as demais possam vigorar.

Em 1988, Sabatier e Jenkins-Smith apresentaram em um estudo uma abordagem para o processo de políticas públicas denominada *Advocacy Coalition Framework* (doravante ACF). Esta abordagem foi desenvolvida para lidar com problemas “perversos”, ou seja, aqueles que envolvem conflitos de metas substanciais, disputas técnicas importantes e vários atores de vários níveis de governo e, por isso, considera crenças, valores e convicções como importantes elementos do processo de formulação de políticas públicas. O ACF estrutura-se por meio da formação de “coalizões de defesa”, que agregam pessoas de vários níveis como políticos, líderes sociais, grupos de interesse “que compartilham um sistema particular de crenças - ou seja, um conjunto de valores básicos, hipóteses causais, e percepções do problema - e que mostram um grau não-trivial de atividade coordenada ao longo do tempo” (SABATIER, 1988).

O ACF começa com três “pedras fundamentais”: (1) uma suposição de nível macro de que a maioria das políticas ocorre entre especialistas dentro de um subsistema de políticas, mas que seu comportamento é afetado por fatores do sistema político e socioeconômico mais amplo; (2) um “modelo do indivíduo” de nível micro que é fortemente inspirado na psicologia social; e (3) uma convicção de nível intermediário de que a melhor maneira de lidar com a multiplicidade de atores em um subsistema é agregá-los em “coalizões

de defesa” (*advocacy coalitions*). Esses fundamentos, por sua vez, afetam nossas variáveis dependentes, crença e mudança de política, através de dois caminhos críticos: aprendizagem orientada por políticas e perturbações externas. (SABATIER; WEIBLE, 2007, p. 191, tradução nossa).

Assumindo que “a formulação de políticas nas sociedades modernas é tão complexa” Sabatier e Weible (2007, p.192), apontam que três pressupostos dos ACF:

- Dada à complexidade do campo político, a melhor chance de sucesso para os envolvidos no processo de formulação de políticas públicas é se estes se especializarem;
- Deve-se considerar que os participantes do processo têm fortes crenças e convicções relacionadas à natureza da política pretendida e, por isso, tendem a empenhar-se em traduzir seus testemunhos em políticas reais;
- Mudanças políticas são processos de longo prazo, bem como seus resultados devem ser contínuos ou mesmo permanentes. Assim, uma vez que tais mudanças devam surgir das convicções dos participantes, espera-se que tais convicções sejam estáveis.

Os dois primeiros pressupostos consideram que a utilização de informações científicas, dados estatísticos, provas empíricas desempenham um papel importante na manutenção ou modificação das crenças e convicções, assim os autores apontam que pesquisadores, cientistas e acadêmicos são importantes atores no processo. O último pressuposto aponta uma característica importante de distinção entre os subsistemas de políticas “maduras” dos “nascentes”, ou seja, a diferença entre a participação política em países cujos sistemas e subsistemas políticos onde haja uma forte concepção democrática consolidada, como a maioria dos países desenvolvidos, e os países onde os sistemas políticos são ainda neonatos.

Na maioria dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a maioria dos subsistemas de políticas existe há décadas e é bastante madura. No entanto, há 30 anos, os subsistemas que lidavam com proteção ambiental e de consumidor eram bastante jovens. Além disso, nos países em desenvolvimento, muitos subsistemas são bastante novos por causa da instabilidade do sistema político mais amplo e da falta de pessoal treinado no subsistema. (SABATIER; WEIBLE, 2007, p. 192, tradução nossa).

Essa diferença é fundamental nesta discussão, uma vez que sempre que se busque apropriar-se de uma ferramenta, ou método, originado em um contexto e aplicá-lo em outro, deve atentar-se às diferenças culturais que serão encontradas. No nosso caso, uma diferença cultural que certamente será encontrada é em relação à fraca atuação política percebida no Brasil, e em muitos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, justamente porque “não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de

como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2007).

Conforme já mencionado, o ACF considera que crenças normativas devam ser apuradas empiricamente e não necessariamente impedem um comportamento altruísta, propondo uma hierarquia trifásica na qual no nível maior estão as Crenças Principais Profundas (*deep core beliefs*), ou seja, convicções que envolvem diversas premissas normativas e ontológicas da natureza humana, como liberdade e igualdade, e, por isso, abrangem a maioria dos subsistemas políticos. No nível intermediário estão as Crenças Principais Políticas (*policy core beliefs*), que são as aplicações das crenças profundas que abrangem todo um subsistema de políticas. E no último nível estão as Crenças Secundárias (*secondary beliefs*), de alcance mais estreito, que se traduzem em necessidades mais pontuais como, por exemplo, regras detalhadas, aplicações orçamentárias dentro de um programa específico, a gravidade e causas de problemas em um local específico ou as diretrizes de participação pública dentro de um campo específico. Assim, enquanto as Crenças Principais (profundas e/ou políticas) são fundamentais e mais abrangentes, as Crenças Secundárias são mais estreitas e superficiais, o que faz com que alterá-las requeira menos evidências e menos acordos entre os atores do sistema e, portanto, seja menos difícil.

Sabatier e Weible (2007, p. 195) ainda apontam que debates intransigentes entre as coalizões costumam basear-se nas convicções divergentes em relação a uma ou mais propostas políticas. A estas crenças denominaram “*Policy core policy preferences*”, ou seja, preferências políticas principais que são abrangentes no subsistema, altamente salientes e importantes fontes de clivagem. Essas preferências são crenças normativas que projetam uma imagem de como o subsistema de políticas deve ser, fornecem a visão que guia o comportamento estratégico da coalizão e ajudam a unir aliados e dividir oponentes. Quando traduzidas para crenças secundárias, tornam-se preferências políticas relacionadas a instrumentos ou propostas específicas que lidam apenas com um subcomponente territorial ou substantivo de um subsistema de políticas. Por isso, as “*Policy core policy preferences*” são apontadas como “a cola mais grudenta que liga as coalizões”.

A proposição do ACF, embora feita por Sabatier e Jenkins, apoia-se no termo anteriormente já existente *advocacy*, uma vez que os pesquisadores criaram a abordagem, mas não o termo. Originalmente, *advocacy* advém do latim e seu principal significado está ligado ao ato defender e/ou promover uma ideia, uma causa ou um projeto.

Etimologicamente, o termo *advocacy* tem origem histórica no Direito Romano e é derivado do latim *advocatus*, que é o particípio passado de

advocare, composto de *ad* e *vocare*. O prefixo latino *ad* significa “aproximação, movimento para junto” enquanto a palavra *vocare* é proveniente dos radicais latinos *vox e vocis*, que significa voz. Viaro (1999) afirma que *advoco* é chamar para perto, daí *advocatus*, “o que foi chamado para perto (a fim de ajudar), isso é o advogado. (SILVA, 2017).

Para a língua portuguesa, ainda não está consolidada uma tradução definitiva para o termo. Uma das dificuldades relacionadas à adoção de uma tradução satisfatória está ligada à falta de um termo que consiga exprimir com especificidade o conceito, sem confusões com a área jurídica, daí a não adoção do termo advocacia.

Em inglês, provém do verbo *to advocate*. Mas como advocacia e advogar, em português, referem-se fundamentalmente a atividades de natureza legal ou jurídica, preferimos traduzir *advocacy* como defender e argumentar em favor de uma causa, uma demanda ou uma posição. Isso porque *advocacy* tem um significado mais amplo, denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade. (LIBARDONI, 2000, p.2).

No Brasil, além da falta de tradução para o termo, há também falta de consenso com relação ao próprio conceito. Silva (2017) aponta que essa lacuna no cenário acadêmico brasileiro sobre o *advocacy* é imposta justamente pela carência tanto da tradução quanto da conceituação. De modo que, embora seja uma temática que “esteja apenas começando a ser estudada no Brasil, e seus construtos mais relevantes tenham sido identificados recentemente nas pesquisas nacionais, na literatura internacional” (p.398), é um tema que está se consolidando “pois está intrinsecamente ligado à expansão das estratégias de comunicação e articulação dos movimentos sociais em consonância com a ampliação da participação da sociedade nas decisões públicas”. Em oposição, “a maior parte dos estudos científicos nesta área são realizados nos Estados Unidos, país onde as organizações da sociedade civil possuem grande tradição em *advocacy* e *lobbying*” (BRELÁZ, 2007, p. 1), o que faz sentido, uma vez que é no contexto norte americano que o *advocacy* nasce e se matura como importante instrumento de promoção e defesa voltado ao fortalecimento e ampliação da participação civil nos processos políticos, com ênfase na criação ou ampliação de políticas públicas em dada área. Silva (2017) aponta que, no contexto nacional as ações denominadas como *advocacy* “compreendem a defesa de políticas públicas, as quais podem ser realizadas perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, da mídia (tradicional e mídias sociais), dos formadores de opinião e a sociedade em geral”.

Uma das bases do *advocacy* no contexto norte americano está ligada ao perfil associativista de sua população, que fortalece a participação política dos indivíduos, sendo forte o costume da associação popular por meio de organizações da sociedade civil que contribuem para moldar suas características sociais, políticas, econômicas e culturais, sendo que o *advocacy* é fundamental para o trabalho destas organizações. Já no Brasil há pouco debate e poucos estudos sobre o *advocacy* realizado por estas organizações.

O associativismo nos Estados Unidos remete aos períodos da colonização, sendo o *advocacy* uma função tradicional das suas organizações. No Brasil, país marcado pelo centralismo estatal, o associativismo da sociedade civil tem histórico diferente. Como descrito por Landim (1993) esta livre associação não ocorre na época da colonização e nem na época da independência. Este toma um impulso na época da industrialização brasileira, no final do século XIX através da criação de sindicatos e associações de classe que eram fortemente controlados pelo Estado. É apenas por volta de 1970 que as organizações da sociedade civil se multiplicam com mais força, estimuladas pela luta por democratização ao lado de movimentos sociais. Sendo assim, o papel de *advocacy* e *lobbying* são, historicamente, parte da atuação de organizações Norte Americanas devido ao fato do setor existir de forma mais estruturada e madura há mais tempo e também ao caráter liberal da sociedade norte americana que através destas organizações efetivou a luta por diversos direitos e interesses no país. (BRELÁZ, 2007, p.8).

Outro ponto importante apontado por muitos autores é a necessidade da distinção entre *advocacy* e *lobbying*. Não apenas na língua portuguesa, mas também na língua inglesa se faz necessária esta distinção, uma vez que mesmo sendo em determinadas situações empregados como sinônimos, seus significados sejam diferentes. Embora em língua inglesa *lobbying* tenha seu conceito já consolidado, é comum que existam divergências sobre a utilização de *lobbying* ou *advocacy* de acordo com o contexto. No Brasil, assim como o de *advocacy*, o significado de *lobbying* ainda está sendo consolidado e possui diferenças em relação ao significado norte americano. Enquanto o *advocacy* é entendido como um esforço generalizado no sentido de apoiar, defender e promover uma causa, o *lobbying* pode ser entendido como um esforço específico focado em influenciar a legislação.

Sendo assim, *lobbying* pode ser entendido como parte da atividade de *advocacy*. [...]. Nos Estados Unidos os conceitos de *advocacy* e *lobbying* são utilizados de forma diferente do Brasil, país que importou os conceitos e que, apesar de não terem significado claro e preciso, já trazem alguns “pré-conceitos” estabelecidos, como por exemplo, *advocacy* ser o *lobbying* do bem e *lobbying* ser do mal (interesses corporativos) (BRELÁZ, 2007, p. 2, p.8).

Não apenas o *lobbying*, mas diversas outras atividades compõem o *advocacy*, sempre tendo em mente que são atividades que “compreendem um processo de conscientização e

mobilização de formadores de opinião e da própria população visando à mudança de paradigmas por intermédio de proposições de demandas e incentivo à atuação do poder público” (SILVA, 2017, p. 398).

Assim, para serem bem sucedidas, as ações de promoção e a defesa requerem “uma visão de longo prazo e um planejamento estratégico com metas bem definidas, análise do contexto político e social em geral e do contexto institucional, manejo de conteúdos políticos” (LIBARDONI, 2000, p.3) além de construção de argumentos convincentes e desenvolvimento de competências.

A defesa e promoção de um plano, causa ou projeto só tem sentido quando se acredita que este tenha uma papel fundamental na sociedade. E, dadas as condições atuais de uma sociedade marcada por constantes ataques à democracia, é de extrema importância que se criem ações no sentido de fortalecer a presença de instituições democráticas.

Um sistema político democrático pressupõe uma sociedade democrática; e por isso as atuais democracias liberais devem sujeitar-se a uma profunda transformação, no sentido de uma nítida democratização das instituições sociais que, tal como acontece com as instituições econômicas, envolvem mais diretamente os interesses dos homens que nelas trabalham dia-a-dia (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Entre essas instituições estão as bibliotecas, em especial as públicas. E compreender a origem e a função das bibliotecas públicas, bem como compreender qual é a participação dos bibliotecários nesse processo é fundamental para que se possa discutir sobre a criação de políticas públicas para este campo.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ADVOCACY BIBLIOTECÁRIO

A origem das Bibliotecas Públicas remonta à antiguidade clássica, sendo de Atenas o primeiro registro sobre uma Biblioteca Pública. Com o surgimento da imprensa e o consequente aumento da produção de livros, na Idade Média, as bibliotecas ganham destaque como pontos de preservação e disseminação do conhecimento. Na idade moderna a Biblioteca Pública, em sintonia com a época, vai também se modernizando e se democratizando, passando a figurar como “um dos instrumentos mais poderosos da abolição do antigo regime.” (CUNHA, 2003). A partir da era pós-Revolução Industrial as Bibliotecas Públicas ganham destaque como espaço de convivência aos grupos mais desfavorecidos da população, em especial naquele momento, os trabalhadores do campo que chegavam às cidades.

Já àquela época, esperava-se que elas contribuíssem de maneira significativa para a “ordem social” e o “progresso da nação”, bem como para a “manutenção da democracia” instaurada após a laicização dos Estados Nacionais. Ordem, progresso e manutenção dos referenciais democráticos que deveriam ser dinamizados, em um primeiro plano, por ações relacionadas à leitura e à educação. Razões pelas quais foram visualizadas de imediato como um “bom investimento social” (SILVEIRA, 2014).

O fato é que desde seu surgimento as bibliotecas estão sempre sendo capazes de se reinventar, adaptando-se às novas realidades locais e temporais, como instituições que além de acompanhar as mudanças pelas quais a sociedade como um todo passa, capazes de darem base e apoio para tais mudanças. E instituições orientadas a todos, sem fazer nenhum tipo de distinção entre aqueles aos quais presta seus serviços e oferece seus serviços. Pelo contrário, sendo justamente ponto de encontro de diferentes grupos que compõem a sociedade.

A biblioteca pública possui uma característica singular. Acompanha e se ajusta às mudanças que a sociedade experimenta mas se mantém íntegra na observância de suas funções de disseminadora do saber, preservadora da memória cultural da humanidade, estimuladora da educação permanente de cada cidadão. (CUNHA, 2003).

Assim, é necessário que se tenha a compreensão de que a Biblioteca Pública não é um espaço unicamente de acesso à informação, mas um centro de cultura, memória, convivência, e, mais ainda, um espaço público onde as relações econômicas não se dão, promotor de cidadania, destinada a ser cada vez mais uma instituição de forte atuação numa sociedade onde os sujeitos têm cada vez mais uma perspectiva de participação, munindo a população de elementos que os permitam buscar/conhecer cada vez mais seu deveres e direitos.

A integração efetiva da biblioteca com a comunidade na qual ela está situada é necessária no sentido de que ao participar do processo de costura social, a biblioteca torna-se

capaz de captar indícios de sofrimento social (CRIPPA, 2015), o que será mais uma forma de auxiliar àquele público a participar de forma mais efetiva na sociedade.

Portanto, à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea (SUAIDEN, 2000).

Conforme aponta Suiden (2000), essa integração tem especial importância em um país como o Brasil, cuja população encontra dificuldades tanto no acesso da educação formal, quanto informal. Nesse sentido, percebe-se também a importância da relação entre as Bibliotecas Públicas e a educação no Brasil. Como aponta Miranda (1978) estão entre os objetivos gerais que deveriam inspirar a missão das bibliotecas públicas brasileiras: Fornecimento de livros e outros materiais para o estudante formal ou autodidata, apoio à campanhas de alfabetização e fornecimento de livros adequados aos neo-alfabetizados. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a UNESCO, no “Manifesto sobre Bibliotecas Públicas” (1994) também reforçam essa relação ao apontar que missões-chave para as Bibliotecas Públicas incluem: Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis; Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa.

E então, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) dá destaque à questão do acesso à informação ao incluir entre os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) componentes da “Agenda 2030”², o ODS número 16 que orienta que se “promovam sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Entre as metas deste objetivo, o item 16.10 é claro quanto à necessidade de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Entende-se que neste ponto cabe a atuação da comunidade de bibliotecários no sentido de empoderar lutas destinadas à implementação de políticas locais e globais que visem suprir demandas de acesso à informação, com foco na defesa e promoção de políticas públicas para

² <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

bibliotecas, vez que estas “devem ser pensadas e propostas como atores importantes na realidade sociocultural, como formadores de uma cidadania participativa” (Crippa, 2015, p. 7). Portanto, a necessidade é dupla: colocar a Biblioteca Pública no centro da sociedade tanto para seus usuários (e futuros novos usuários), quanto para o poder público.

Assim, como um esforço coletivo deliberado e planejado, focado no fortalecimento das ações de promoção e defesa de uma causa, ideia ou plano, presume-se que *advocacy* possa ser utilizado em qualquer área. Diante do contexto de profundas alterações das relações sociais, políticas e econômicas como as que a sociedade brasileira experimenta hoje, no campo da Biblioteconomia acredita-se que seja urgente que as bibliotecas passem a ser protagonistas desse cenário, colocando-se como centros promotores de cidadania. Para isso, assim como em outras épocas, é necessário que o bibliotecário esteja apto a se atualizar e preparado para assumir novos desafios numa era em que a informação passa a ser símbolo de poder e elemento de grande valor econômico. “A missão dos bibliotecários, enquanto mediadores de conhecimentos, consiste em melhorar a sociedade facilitando a criação de novos conhecimentos nas comunidades de referência” (CRIPPA, 2018, p.5).

Neste sentido, busca-se encontrar meios de tornar o bibliotecário brasileiro capaz de se posicionar frente à proposição, implantação e gestão de políticas públicas de informação, fortalecendo a posição das bibliotecas nas arenas política, cultural e econômica. Pérez-Salmerón et al. (2018, tradução nossa) aponta que “nós, melhor que ninguém, sabemos que bibliotecas ao redor do mundo são os motores para visíveis mudanças para alcançar o desenvolvimento sustentável em nossas sociedades”. É diverso o leque de possibilidades de atuação frente a tais mudanças para que o bibliotecário se concretize como agente de transformação social, por meio do incentivo a práticas de cidadania, culturais e políticas, munindo a sociedade não só de informação, mas também de meios para produzi-la, apropriar-se dela e compartilhá-la.

Entende-se que hoje cabe ao bibliotecário preocupar-se não apenas com o acervo, o usuário e o funcionamento pleno da biblioteca, mas também em participar da vida social e cultural da comunidade onde a biblioteca está inserida. Assim, novas competências são acrescidas ao perfil desse profissional: o bibliotecário deve passar a ter a capacidade de posicionar a si e a biblioteca como elementos centrais de políticas públicas de informação, passando a figurar como protagonista dos processos políticos que envolvem seus meios e métodos de trabalho. Um dos métodos que tem sido amplamente discutido com esta finalidade é o desenvolvimento do chamado *Advocacy* Bibliotecário.

Conforme já apontado, dado ao caráter associativista da sociedade norte americana, é nos EUA que também se encontra maior tradição do *Advocacy* Bibliotecário. Pois mesmo sendo um país desenvolvido e onde há maior consciência política da população e no qual existe tradicionalmente maior reconhecimento da função vital das bibliotecas, as últimas décadas também foram marcadas por mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas que fizeram pairar sobre o campo das bibliotecas uma nuvem de ameaça fazendo, então, surgir uma emergência pela necessidade da defesa destas. Não apenas os EUA, mas de modo geral, grande parte dos países desenvolvidos passou e vem sendo alvo de opções políticas que têm ameaçado investimentos em setores como educação, cultura, informação... E é dessa ameaça que surge a urgência da necessidade da defesa das bibliotecas. E um dos grandes aliados nesta luta podem ser os ODS, que conforme já apontado, entre outros objetivos, buscam assegurar o acesso público e universal à informação,

Adota-se nesta dissertação a conceituação de *Advocacy* Bibliotecário apresentada no *Bill & Melinda Gates Foundation Global Libraries Advocacy Guide*: “Ações individuais ou organizacionais empreendidas para influenciar a tomada de decisão nos níveis local, regional, estadual, nacional e internacional que ajudam a criar uma política desejada ou mudança de financiamento em apoio às Bibliotecas Públicas” (BMGF, 2011, tradução nossa).

O *Advocacy* Bibliotecário é mais do que um simples plano de defesa em si, pois vai além e propõe um esforço deliberado que abrange também aspectos como apoio, visibilidade, conscientização, promoção, reconhecimento, formação, participação, incentivo e ação no sentido de moldar um conjunto de atividades empreendidas por bibliotecários e parceiros que acreditam nas bibliotecas a fim de posicioná-las central e favoravelmente frente aos processos de tomada de decisão nas esferas públicas locais, regionais e estaduais. As Bibliotecas Públicas têm o poder de melhorar a vida das pessoas e conectá-las a uma vasta riqueza de informações, conhecimentos e oportunidades. Contudo, nem sempre o Governo e até mesmo a população está ciente da importância das bibliotecas para a sociedade, nem de como a sociedade pode pressionar o governo para que as bibliotecas recebam o necessário para continuarem seu trabalho. Por meio do *advocacy*, bibliotecários podem criar um ambiente que promova financiamento e suporte sustentado para as bibliotecas.

A reflexão sobre o *advocacy* coloca quatro questões fundamentais: Por quê? Quem? Onde? Quando? Entende-se que o porquê principal do *Advocacy* Bibliotecário, considerando os moldes no quais a proposta nasce, está relacionado à garantia para as Bibliotecas Públicas de que elas tenham os recursos de que precisam para fornecer serviços de alta qualidade à comunidade.

A defesa de direitos pode ser usada para ajudar uma biblioteca a criar apoio local para seus serviços e evitar possíveis cortes orçamentários ou quando há uma oportunidade específica para a biblioteca fornecer apoio à comunidade, desde que se obtenha financiamento adicional. Mas, essa defesa também ajuda quando há uma ameaça à qualidade dos serviços oferecidos na biblioteca ou mesmo uma ameaça relacionada a própria existência das bibliotecas. E essa defesa não deve ser papel apenas dos bibliotecários, mas também demais funcionários da biblioteca, seus usuários, ONGs, lideranças comunitárias... E deve ocorrer em qualquer comunidade, grande ou pequena, seja em níveis estadual, regional, nacional e internacional, não de forma unicamente pontual, mas como um esforço contínuo.

Não se identificou um marco único para o início da utilização da ferramenta no campo da Biblioteconomia, mas sabe-se que é nos países em que o *advocacy* é uma tarefa tradicional que a concepção tem origem e se fortalece, com forte destaque para os Estados Unidos que, conforme já apontado, tem grande tradição na condução do *advocacy*. Por isso, embora se encontre pouca literatura sobre o início das discussões do *advocacy* no campo da biblioteconomia, aponta-se a IFLA como pioneira na discussão em nível mundial, por meio de publicações e conferências ocorridas a partir da década de 1990 (SOARES, 2016).

A partir de 2015, com a aprovação da Agenda 2030, se intensificam os esforços de fortalecimento do movimento de *advocacy* ao redor do mundo, pois as bibliotecas são instituições fundamentais para o alcance dos ODS, especialmente no que diz respeito ao ODS 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Este objetivo é composto por 10 metas, entre as quais a meta 16.10 pede que seja garantido “o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

A IFLA adota uma posição de que o acesso à informação é essencial para alcançar os ODS, e que as bibliotecas não são apenas parceiros-chave para os governos, mas já estão contribuindo para o progresso em direção à realização dos 17 Objetivos. O *Toolkit: Libraries, Development and the United Nations 2030 Agenda* desenvolvido pela IFLA, aponta que as bibliotecas contribuem de forma importante para o desenvolvimento e, por isso, devem mostrar que podem impulsionar o progresso com base em toda a Agenda 2030 da ONU.

Metade da população mundial não tem acesso à informação online (IFLA, 2017d). Em nossa sociedade do conhecimento, as bibliotecas fornecem acesso e oportunidade para todos. Assim, o reconhecimento pela ONU foi apenas o primeiro passo. E o trabalho de *advocacy* a nível nacional e regional é essencial para garantir que os governos reconheçam e se

comprometam a apoiar o acesso à informação e às bibliotecas à medida que implementam os ODS.

Nesse sentido, diversas iniciativas com a finalidade de apoiar a defesa da inclusão de bibliotecas e o acesso à informação estão sendo conduzidas como parte dos planos formais de desenvolvimento nacional e regional, que contribuirão para o alcance das metas propostas pela Agenda 2030. Cabe a cada país desenvolver estratégias nacionais, ou Planos de Desenvolvimento Nacional, para o alcance das metas e à medida que esses planos forem desenvolvidos, a comunidade bibliotecária de cada país terá uma clara oportunidade de comunicar aos líderes de seu governo como as bibliotecas funcionam como parceiros econômicos para o avanço de suas prioridades de desenvolvimento. É nesse ponto que a IFLA sugere o *advocacy* como ferramenta essencial para garantir o reconhecimento do papel das bibliotecas como motores do desenvolvimento local e para garantir que as bibliotecas recebam os recursos necessários para continuar este trabalho. O referido *toolkit* aponta como sugestões de medidas que podem ser tomadas para garantir que as bibliotecas tenham voz quando os governos decidirem como implementar os ODSs que seus representantes participem em consultas nacionais sobre planos nacionais de desenvolvimento e aumentem a conscientização sobre o importante papel que as bibliotecas desempenham no desenvolvimento, reunindo-se com os formuladores de políticas para defender as bibliotecas.

Em nível nacional, o *advocacy* pelas bibliotecas cabe às associações de bibliotecas e/ou bibliotecários. Pois enquanto Bibliotecas Públicas em si não se encaixam no perfil de organizações da sociedade civil (OSC), organizações sem fins lucrativos (OSFL) ou organizações não governamentais (ONG), ou seja, organizações cujos nomes embora sejam diferentes, representem um grupo de organizações com diversos papéis na sociedade relacionados à provisão de serviços, nas quais entre suas diversas formas de atuação, encontra-se justamente o papel de conscientizar populações e pressionar governos para a implementação de políticas públicas, ou seja, de *advocacy*. E, além de suas funções mais práticas, Breláz (2007, p.1) aponta que tais organizações “são também importantes como forma de manifestação do pluralismo da sociedade, funcionando assim como organizações de “expressão” da diversidade existente e contribuindo para a construção do conceito de comunidade”. Assim, organizações como as associações ou federações de bibliotecas e bibliotecários (seja em caráter local/nacional, como a *American Library Association (ALA)* ou a Federação Brasileira Associações Bibliotecários (FEBAB), ou internacional, como a IFLA), podem, e devem, justamente ter entre suas atividades o *advocacy* pelas bibliotecas.

A ALA, maior e mais antiga associação nacional de bibliotecas do mundo, possui desde 1945 um escritório em Washington D.C. cuja função é garantir que as bibliotecas estejam consistentemente envolvidas na tomada de decisões políticas e nos processos legislativos federais importantes para o campo das bibliotecas, seguindo e influenciando questões legislativas, políticas e regulatórias importantes para o campo da biblioteca e seu público de modo a informar o governo sobre as necessidades e preocupações da comunidade bibliotecária; fornecer aos apoiadores da biblioteca informações atualizadas sobre ações ou propostas do governo; construir coalizões com representantes de outros grupos com interesses similares em Washington e desenvolver redes de base para pressionar legisladores e outros interesses da biblioteca.

Além dele, a ALA possui também o “*Office for Library Advocacy*” (OLA), cuja função é apoiar os esforços dos defensores que buscam melhorar bibliotecas de todos os tipos, desenvolvendo recursos, uma rede de defesa entre colegas e treinamento para defensores em nível local, estadual e nacional. O OLA trabalha em colaboração com outras unidades da ALA envolvidas em *advocacy* focados para determinados tipos de bibliotecas ou questões específicas, ajudando a integrar esses esforços no planejamento geral de *advocacy* e nas estratégias da associação. Além disso, o OLA também trabalha para cultivar a liderança futura, a fim de sustentar os esforços de *advocacy* da associação.

Análoga a ALA, no Brasil a FEBAB é a associação nacional que zela pelos interesses dos bibliotecários e das bibliotecas. Contudo, encontra-se aí uma diferença que pode ser um dos principais elementos de diferenciação do *Advocacy* Bibliotecário praticado nos EUA e no Brasil. ALA está para as bibliotecas, a FEBAB está para os bibliotecários. Enquanto a ALA coloca-se como a associação cuja finalidade é promover o serviço bibliotecário e a biblioteconomia, promovendo liderança para o desenvolvimento, promoção e melhoria de serviços bibliotecários e de informação, além de fornecer apoio ao profissional de biblioteconomia para melhorar a aprendizagem e garantir o acesso à informação para todos. A FEBAB “tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão”. Embora esteja claramente entre as atribuições da FEBAB “coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas”, essa diferença é, também, fruto das diferenças histórias que marcam o desenvolvimento sócio-político de ambas as sociedades, uma vez que em países como o Brasil, onde ainda há muito pouca consciência sobre o papel das bibliotecas na construção de uma sociedade ativa, essa defesa é ainda mais importante, mas deve englobar um passo a mais, anterior a todos, que é o da conscientização da sociedade tanto do papel do bibliotecário, quando da importante função das bibliotecas.

Entende-se uma vertente importante do *Advocacy* Bibliotecário é a da atuação política do profissional, uma vez que defender as bibliotecas implica também em defender e promover seu papel e importância na sociedade. Essa noção, infelizmente nem sempre esteve muito presente a estes profissionais, mas vem crescendo bastante nas últimas décadas.

Conforme aponta Briquet de Lemos em seu prefácio escrito para o livro “Formação e atuação política na Biblioteconomia”, a classe Bibliotecária brasileira não tem em sua origem o gene da política.

Conheci um tempo quando os bibliotecários não falavam de política, não se metiam em política. Política era coisa de políticos e de esquerdistas, ou seja, era coisa dos outros. [...]. Os estudantes de Biblioteconomia do Rio não frequentavam a União Metropolitana (UME) ou a União Nacional de Estudantes (UNE). [...]. Em 1956/1958, os alunos do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional eram, majoritariamente, moças de classe média, egressas de boas escolas, moradoras da Zona Sul, com bom nível cultural, brancas, com duas ou três exceções de que me lembro. Os poucos rapazes do curso destoavam dessas características; conheci um, afrodescendente, que estudara na Escola Profissional 15 de Novembro, no subúrbio de Quintino. Foi um grande bibliotecário, mas a política não estava em suas cogitações. [...]. O ensino abrangia disciplinas técnicas, exclusivamente. Ali não havia as discussões entre alunos e professores que ocorriam, por exemplo, até mesmo em escolas de nível médio, como o Colégio Pedro II, sobre questões ligadas à política em geral e à educação. Creio que foi por volta de 1958 que começaram a surgir reivindicações dos estudantes de Biblioteconomia sobre a qualidade do ensino e a passagem do curso para uma universidade. Aspirava-se a uma maior diversidade no conteúdo dos cursos. O que foi formalmente atendido com a implantação do currículo mínimo de 1962. Surgiram disciplinas ditas culturais, que não contribuía para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade. O mundo da Biblioteconomia, de estudantes ou de profissionais, nada tinha a ver com o mundo lá de fora, este, sim, o palco reservado para os conflitos e as lutas políticas. A palavra política era reservada para questões relacionadas com a conquista e o exercício do poder. Território que nada tinha a ver com bibliotecas e bibliotecários. Tampouco se falava em política relacionada a decisões técnicas ou administrativas. Não víamos que éramos parte de um todo, que tudo estava relacionado e que nossas deficiências no ensino e na profissão resultavam tanto de uma política geral quanto de políticas setoriais. (LEMOS, 2018. p.15-16).

Certamente, essa característica atrelada às origens da Biblioteconomia no Brasil é refletida até hoje na atuação bibliotecária. Contudo, a adaptação também é uma característica intrínseca ao perfil deste profissional. Assim, o cenário atual, embora ainda sofra consequências, difere substancialmente do que se via até a década de 80, quando justamente começaram-se delinear mudanças fundamentais para o desempenho do bibliotecário brasileiro contemporâneo.

Mas nem tudo era inércia. No auge da ditadura militar, em 1975, 1.600 bibliotecários reunidos no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) aprovaram uma declaração final, com treze pontos,

que procuravam expressar "a essência das aspirações globais da classe bibliotecária ao desenvolvimento dos serviços de bibliotecas no País e que procurasse definir a posição do bibliotecário em face da realidade e da atualidade brasileiras". A intenção era também "dar à Biblioteconomia uma nova orientação", e se as sugestões fossem devidamente compreendidas "poderiam marcar um novo momento na evolução dos serviços bibliotecários e de documentação no país". Falava-se da necessidade de articulação dos bibliotecários com o setor público e privado, da interiorização das bibliotecas, da necessidade de "uma radical mudança de atitudes dos bibliotecários em face dos usuários", "de tal forma que as técnicas se tornem um meio efetivo de realização dos objetivos sociais da Biblioteconomia" [...]. A multiplicação dos cursos, a expansão do número de vagas e a ampliação das opções de estudo, chegando a quase todas as capitais e a algumas cidades do interior, em instituições públicas e privadas, certamente contribuíram para modificar o perfil do ensino e da profissão de bibliotecário que prevaleceu até a Década de 1980. Aos poucos os profissionais foram ficando mais parecidos com a maioria da população, tanto do ponto de vista econômico quanto social e cultural. Com a ampliação do ensino de pós-graduação acentuou-se a busca, muitas vezes acrítica, de faróis fora do terreno da Biblioteconomia que, porém, pudessem torná-lo mais claro, facilitando, de modo indireto, sua análise e entendimento. (LEMOS, 2018. p.16 e 17)

A participação nos processos políticos ainda causa estranhamento e receio a muitos, especialmente no momento histórico em que nos encontramos. O modo atual de fazer política está totalmente desacreditado pela sociedade, tornando-se grande barreira para o despertar do desejo de atuação política, em especial pelos mais jovens. Contudo, é justamente esse momento que dá vazão ao repensar e permite que venham à tona outras possibilidades de entendimento da política.

Difícil imaginar uma política que seja apresentada para o bem geral de determinada sociedade, mas toda ação política tem seus objetivos específicos ou gerais, e todo grupo político irá exercer sua política a partir de seus valores. Cada indivíduo, cada grupo na sociedade tem o poder da mudança por meio de seus atos políticos, atos estes que são ou podem ser transformadores. Este conceito de política ainda é bastante complexo e um pouco vago em relação à política partidária, por exemplo, mas é o conceito que mais faz parte da vida de cada indivíduo da sociedade. (LAMAS, 2018, p.26).

Hoje, muito se fala em empoderamento de grupos sociais. Cabe, então, apontar que o empoderamento político dos bibliotecários é também um ato de defesa das bibliotecas. Uma classe profissional forte é uma garantia de respeito à sua função e espaços de atuação. Mais do que isso, ao tomar consciência de seu papel na sociedade, o bibliotecário passa a ter mais ainda força necessária para lutar pelas bibliotecas. Ao se ver cada vez mais como ser social, o bibliotecário se encontra cada vez mais como ator político.

Não se trata de desenvolver competência político-partidária, mas sim de desenvolver competência política no sentido lato, ou seja: informar para consolidar a democracia; informar para o desenvolvimento social; informar para obter qualidade de vida; informar para diminuir

a ignorância em relação aos direitos constituídos por lutas históricas, enfim, informar para o exercício da cidadania plena (VALENTIM, 2018, p. 55).

Como afirma Lamas (2018, p.50): “Quanto mais o bibliotecário se envolver e estiver politizado, mais a profissão estará inserida no contexto da sociedade e terá maior poder de decisão e influência em assuntos relacionados à política e à profissão em si”. Mas, porque então se identifica essa falta de atuação política do bibliotecário? Entre outras razões, está a falta de incentivo a essa prática na sua formação. Não apenas única e exclusivamente na formação do bibliotecário, mas na formação anterior. O sistema educacional brasileiro não estimula a formação de cidadãos críticos e políticos, logo o aluno chega ao ensino superior sem consciência crítica. Contudo, na Universidade, onde poderia ter o estímulo inicial, nem sempre é incentivado.

Por essa razão, os currículos devem contemplar competências sociais e políticas que proporcionem ao discente conhecimento capaz de alterar uma dada realidade e, assim, possa de fato contribuir para que o cidadão conheça seus direitos básicos e possa agir em benefício próprio e da comunidade na qual está inserido. (VALENTIM, 2018, p.60)

Cabe ressaltar que quando se fala em incentivo à prática política, se fala na criação de consciência no bibliotecário sobre seu importante papel enquanto informador. Portanto, a postura do bibliotecário deve ser politicamente ativa, crítica e participativa, tanto como forma de promoção e defesa profissional, quanto como forma de promoção e defesa de seus espaços de atuação, entre os quais aqui em especial, as Bibliotecas Públicas.

Considerando a concepção norte-americana do *advocacy* como ferramenta de defesa, o *advocacy* é sobre as ações que os indivíduos ou organizações empreendem para influenciar a tomada de decisões nos níveis local, regional, estadual, nacional e internacional que ajudam a criar uma política ou uma mudança de financiamento desejadas no apoio às bibliotecas públicas (COTTRILL et al., 2015). Contudo, fato é que a condução de práticas de promoção e defesa das bibliotecas acaba por ser uma via de mão dupla que, ao beneficiar as bibliotecas, beneficia também o bibliotecário. Pois onde há um, deve haver outro. Sawaya et al (2009) apontam que por meio do *advocacy* as bibliotecas podem, além de atrair novos usuários, fortalecer seu papel e seu status na comunidade, o que fará com que com os governantes percebam assim seu valor. Mais uso, mais suporte e maior visibilidade se traduzem em mais e melhores recursos. Portanto, ações de *advocacy* devem atrair atenção do público e do governo para o benefício que a biblioteca traz para a sociedade.

Conforme apontado anteriormente, o *lobbying* constitui uma das muitas atividades que fazem parte do “fazer *advocacy*”. Além dele, na literatura (ALA, 2014; BMGF, 2011; UNIVERSITY OF ILLINOIS, 2016) são ainda apontadas diversas outras atividades e ferramentas para a condução do *advocacy*, que de acordo com a realidade do cenário onde o esforço será conduzido podem ser adaptadas e aplicadas. Com frequência aponta-se a necessidade da criação de um plano de ação como base para a condução do *advocacy*. Assim, como em qualquer projeto, aponta-se que este plano deve ter um objetivo claro para alcance dos resultados esperados, considerando um público-alvo e as táticas ou estratégias que serão empregadas. Além disso, aponta-se que o desenvolvimento de liderança, a inovação, a coleta de dados relativos às bibliotecas para conversão em informações estatísticas, a conscientização sobre o valor da biblioteca e, principalmente, a informação elementos fundamentais para o *advocacy*.

No escopo do *Advocacy* Bibliotecário, os objetivos podem incluir a sustentabilidade financeira e política, de forma que seja assegurada a alocação de recursos locais (municipais), regionais (estaduais) ou nacionais próprios para as bibliotecas ou rede de bibliotecas, de forma a criar mecanismos de financiamento contínuo, bem como a criação e/ou manutenção de políticas e regulamentos nacionais ou regionais para o regimento da administração de bibliotecas, pessoal, instalações e serviços. São objetivos relacionados ao *Advocacy* Bibliotecário também a criação de consciência sobre o valor intrínseco das bibliotecas públicas nas comunidades e a elevação do posicionamento das bibliotecas públicas nas agendas políticas locais, regionais e nacionais.

O *Advocacy* Bibliotecário deve ser considerado uma jornada, não um destino. Um esforço contínuo, integrado ao programa da biblioteca e das associações de bibliotecas, tanto pelos bibliotecários, quanto pelos demais funcionários e usuários. E, como em todo processo é importante conhecer quem são os envolvidos, ou seja, quais são os atores e quais serão os papéis que cada um terá que desenvolver para que os resultados sejam alcançados. Eles podem ser parceiros e apoiadores (os chamados *stakeholders*) ou o público alvo que se pretende alcançar, como os tomadores de decisão que concretizarão a mudança política almejada ou o grupo que se pretende sensibilizar. No caso do *Advocacy* Bibliotecário, os atores são diversos, e podem ser divididos em quatro grandes grupos: Profissionais da área, usuários, *stakeholders* e os tomadores de decisão.

As pessoas que advogam pela Biblioteca acreditam na importância do acesso livre e equitativo à informação em uma sociedade democrática. Estas pessoas acreditam que bibliotecas e bibliotecários são vitais para o futuro de

uma nação letrada e informada. Elas falam em defesa das bibliotecas. (ALA, 2008).

Além dos bibliotecários, diretores e/ou curadores de todos os tipos de unidades de informação, bem como os demais funcionários são importantes participantes na luta pela defesa das bibliotecas. Também, toda a comunidade acadêmica da área da Biblioteconomia também deve engajar-se no movimento. Os usuários são, ao mesmo tempo, beneficiados e beneficiários quando se trata de um esforço de *advocacy*: é por eles que grande parte do trabalho é feita ao defender na vida cotidiana a presença da biblioteca na comunidade e sugerir seu uso a novos usuários potenciais e é pra eles que são revertidos os resultados por meio da melhoria e expansão dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Os chamados *stakeholders* compreendem um grupo que pode ser considerado como os dos "embaixadores da biblioteca na comunidade", uma vez que estes podem ter uma influência da sociedade de modo que seu apoio ajude a garantir que sua mensagem será ouvida nos níveis mais altos, fornecendo os indicadores que podem fazer os legisladores darem atenção às bibliotecas, assim como tornando-se usuários frequentes para, ao serem vistos na biblioteca, serem tomados como exemplo. Eles podem ser: a) Lideranças comunitários, líderes sindicais, líderes religiosos, ou seja, pessoas que tenham influência e possam inserir a biblioteca em seus discursos, voltando a atenção da comunidade para a sua importância; b) Profissionais da Educação (professores, diretores), que poderão mais do que ninguém incentivar seus alunos não somente à frequentar, mas compreender o que é a biblioteca e promover parcerias entre as escolas e as bibliotecas da região; c) Presidentes de empresas e fundações, estes além de também serem indiretamente líderes e poderem inserir as bibliotecas em suas falas, podem ser potenciais patrocinadores de campanhas e ações; d) Celebidades que, por meio de seus discursos, postagens em redes sociais, podem mostrar que além de usuários, são apoiadores das bibliotecas e se beneficiam de seus serviços, como forma de influência para os que acompanham seus trabalhos.

E, então, os tomadores de decisão, ou seja, vereadores, prefeitos, deputados, senadores, presidentes e outros membros dos poderes legislativo e executivo, responsáveis pelas decisões relacionadas à distribuição de orçamentos.

Frequentemente são apontadas na literatura (ALA, 2008; 2014; BMGF, 2011) cinco estratégias mais comumente usadas da condução do *advocacy*. A **divulgação**, ou seja, a interação com os membros da comunidade a fim de encorajá-los a apoiar os objetivos da biblioteca, inclusive mobilizando-os a falar com os tomadores de decisão sobre o valor da biblioteca para a comunidade. Geralmente começa com uma conversa com os membros da

comunidade para ouvi-los e, em seguida, usa suas necessidades, percepções e ideias dos membros da comunidade para moldar e/ou definir o que a biblioteca oferece em troca como, por exemplo, o fornecimento de informações sobre recursos ou serviços aos usuários, especialmente comunicações através de mídias ou e-mail.

Além dessa divulgação mais pessoal, também pode-se aumentar a consciência sobre a biblioteca por meio das **relações públicas**, incentivando a mídia (jornais, TV, revistas, rádio, blogs...) a escrever sobre o assunto, oferecendo à mídia local fácil à informação empacotando-as de forma que o seu ponto de vista o mais claro possível ao ser divulgado na cobertura da mídia. Exemplo: Reuniões e entrevistas com jornalistas, campanhas por e-mail, postagens na web, comunicados à imprensa, prêmios e eventos de publicidade.

Também aponta-se que a promoção de um serviço ou produto oferecido na biblioteca para que a comunidade seja encorajada a usá-los, apelando diretamente para o público-alvo e alinhando-se com suas necessidades e interesses, ou seja, o **marketing** deve ser emparelhado com outras táticas, pois pode atrair usuários para a biblioteca, mas isso não necessariamente ajudará uma biblioteca a atingir suas metas mais amplas de *advocacy*. Podem ser exemplos a distribuição de *folders* e folhetos, criação de sites, eventos e promoções.

Além do marketing dos serviços, a **criação de uma aparência** para uma organização ou campanha também é apontada como uma tática que pode ajudar as pessoas a identificar facilmente uma organização, local ou serviço, aumentando o perfil da organização e dos serviços que ela oferece. Por exemplo, as bibliotecas de todo o país podem usar um logotipo e um nome comuns que permitam que todos saibam que a internet pode ser encontrada nesse local. E, conforme já apontado, o **lobbying** também se configura como uma prática do *advocacy*.

Dois importantes elementos do *advocacy* apontados na literatura (ALA, 2014; BMGF, 2011; UNIVERSITY OF ILLINOIS, 2016) são a capacidade de inovação e o desenvolvimento da liderança. Bibliotecas inovadoras são organismos fundamentais da comunidade onde estão inseridas para a oferta de serviços de informação, em todos os formatos, para todos. E bibliotecas inovadoras precisam de líderes inovadores, por isso é de grande importância que os bibliotecários e o pessoal da biblioteca se tornem líderes bibliotecários, dispostos a desafiar os padrões impostos já superados no desenvolvimento e oferta de seus serviços. Com relação à liderança relacionada ao *advocacy*, entende-se que gestores devem ser líderes e líderes devem ser gestores de modo que todos os membros da equipe da biblioteca podem ser líderes. E líderes influenciam pessoas a agir. A inovação pode ser considerada como um processo de mudança, adaptação ou invenção de um

produto ou serviço que melhora ou cria valor para os usuários da biblioteca. Esse processo visa a criação de bibliotecas que tenham serviços para todos e que se coloquem como um espaço público destinado ao livre acesso à informação, ao conhecimento e à tecnologia digital, como a oferta de serviços que ajudam as pessoas a procurar empregos e/ou acessar recursos do governo, ao compartilhamento de ideias ou ao treinamento novas práticas e habilidades, com uma equipe profissional apta a apoiar a aprendizagem contínua para todos que a procuram, posicionando-se como um *hub* de tecnologia frente a um mundo digital, oferecendo espaços, coleções, políticas e bibliotecários amigáveis aos usuários. Quatro características podem ser apontadas sobre a inovação em bibliotecas: a) Todos podem ser inovadores; b) inovação resolve problemas; c) inovação é sobre os usuários; e d) boas ideias para inovações nem sempre exigem financiamento (UNIVERSITY OF ILLINOIS, 2016).

O entendimento de como a biblioteca funciona e o que ela pode fazer para a comunidade faz são a base para comunicar o valor da biblioteca. E o bibliotecário é a principal voz da biblioteca e, por isso, tem que se fazer ouvir ao comunicar o valor da biblioteca, em especial ao governo e lideranças comunitárias. Quando se pensa no valor total que a biblioteca traz para a comunidade, é importante lembrar não apenas os serviços que a biblioteca oferece, mas também os resultados positivos da comunidade que vêm desses serviços. Sendo que os serviços da biblioteca, são algo que uma biblioteca faz ou fornece, como, por exemplo, o oferecimento de aulas de informática, e os resultados são o resultado final desses serviços, por exemplo o aumento das habilidades em informática dos usuários.

Espera-se que hoje a biblioteca passe a ser além de provedora de serviços, resolvedora de problemas, uma vez que bibliotecas ajudam a atender às necessidades específicas de suas comunidades de uma forma que outras instituições não fazem e que tudo que a biblioteca faz tem um propósito e é destinado a atender necessidades específicas, considerando que as mudanças pelas quais a sociedade passa demandam também mudanças das bibliotecas e, por consequência, a necessidade de uma capacidade de adaptação, de modo a fazer o participante refletir sobre a transformação dos serviços da biblioteca em resultados comunitários. Além de atender às necessidades locais de suas comunidades, as bibliotecas também devem se adaptar quando essas necessidades mudam devido ao que está acontecendo na comunidade, no país ou no mundo. Nos últimos anos, paralelamente enquanto assistimos a grandes mudanças sociais, culturais e um gigantesco avanço tecnológico, vimos também o mundo passar por uma grande recessão. As bibliotecas, nesse contexto, mudaram suas próprias prioridades e serviços para ajudar a atender às crescentes necessidades de suas comunidades. Conforme as necessidades da comunidade mudam, as preocupações da biblioteca mudam.

O valor da biblioteca para a comunidade pode estar expresso no número de pessoas que têm suas vidas impactadas pelos serviços oferecidos, de forma direta, ou de forma indireta (por exemplo, a família do trabalhador desempregado que após frequentar algum curso oferecido pela biblioteca consegue sua recolocação no mercado). Para a condução do *advocacy*, sugere-se que esse número seja convertido em histórias reais, pois estas são ferramentas de grande poder na comunicação do valor da biblioteca e do seu impacto na vida da comunidade. Aponta-se que coleta destes e outros dados sobre a percepção que a comunidade tem sobre a biblioteca é uma importante ferramenta para o *advocacy*. As percepções das pessoas - o que elas sabem, sentem e pensam sobre a biblioteca - são moldadas por suas experiências. Por exemplo, se uma pessoa teve uma experiência pessoal positiva de usar os serviços da biblioteca, pode sentir que a biblioteca é valiosa para a comunidade do que alguém que nunca usou a biblioteca. Essas percepções nem sempre são baseadas em fatos, mas eles podem afetar as opiniões das pessoas e apoiar a biblioteca. No caso de líderes comunitários que tomam decisões sobre políticas e financiamento, essas percepções podem afetar sua decisão de apoiar a biblioteca. É importante entender as percepções das pessoas sobre a biblioteca para que se possa determinar como comunicar o papel importante que a biblioteca desempenha na comunidade de maneira relevante para elas. Usando dados de impacto como evidência, uma biblioteca pode mostrar como o acesso a computadores e à Internet na biblioteca ajudaram moradores da comunidade a melhorar sua saúde, encontrar empregos, iniciar ou administrar empresas ou melhorar sua educação, o que pode ajudar a persuadir e motivar os tomadores de decisão a apoiar a biblioteca. Quanto mais se entendem as percepções sobre a biblioteca, mais eficazmente poderão ser usados os dados de impacto para demonstrar o valor da biblioteca de maneira atraente e relevante.

E numa sociedade marcada pela interação por meio das mídias sociais, a literatura (ALA, 2014) aponta o engajamento da mídia tradicional - como jornais, rádio, televisão e meios de comunicação on-line relacionados - com a mídia social é uma tática importante, pois funciona como uma extensão da voz da biblioteca na comunidade, permitindo o compartilhamento de mensagens importantes com um público amplo, amplificando a história da biblioteca, ajudando no envolvimento direto com a comunidade, participando de suas discussões. Além disso, pode ajudar a rastrear, entender e responder às percepções do público sobre a biblioteca, (sejam positivas ou negativas) e fornecer informações que melhor se ajustem a seus interesses.

Como já mencionado, percebe-se o *advocacy* é apontado como a realização de ações que convencerão tomadores de decisão a apoiar a implementação de uma política desejada ou

uma mudança de financiamento para as bibliotecas públicas, onde se percebe ser necessário apontar uma distinção entre financiamento e o apoio financeiro. Financiamento é a alocação recorrente e confiável de recursos que a biblioteca pública recebe. Refere-se, por exemplo, aos recursos que o governo municipal ou estadual destina à biblioteca. Embora o montante possa variar, é certo que este vá ser recebido todo ano, ou seja, é uma fonte sustentável. Contudo, é possível que se suplemente esse financiamento, contatando fontes não governamentais, como indivíduos, corporações ou grupos de interesse ou apoio especiais, como “Amigos da Biblioteca”. Isso é captação de recursos (*fundraising*). É importante, mas menos sustentável do que o financiamento do governo, já que muitas vezes pode acontecer como doações únicas, doações pequenas ou doações focadas em uma necessidade ou projeto específico.

De modo geral, pode-se considerar que a visão mais difundida é de que o *advocacy* ajuda a biblioteca a obter os recursos e o suporte necessários para fornecer serviços que melhorem as vidas das pessoas em uma comunidade, podendo ser usado tanto proativamente para criar suporte para a biblioteca, a fim de evitar cortes orçamentários, quanto ser usado para superar desafios específicos, como falta de fundos, recursos desatualizados e não ter pessoal suficiente. Num contexto mais amplo, pode-se considerar que qualquer atividade cuja finalidade seja influenciar um indivíduo a agir em apoio à biblioteca pode ser chamada de *advocacy*.

A identificação de atores, o desenvolvimento de objetivos e o emprego de táticas e estratégias culminam na realização de ações. As práticas de *advocacy* podem compreender a construção de redes de defesa, planos de ação micro ou macro, campanhas de conscientização e alcance de novos usuários, parceiros e apoiadores.

É preciso considerar que, embora sejam inúmeras as iniciativas que estejam relacionadas ao *Advocacy* Bibliotecário, consideramos aqui a concepção que busca garantir recursos para a biblioteca/sistema de bibliotecas manter-se em operabilidade, ou seja, a função do *advocacy* de garantir a sustentabilidade financeira da biblioteca mostrando, para isso, seu valor para a sociedade.

Assim, do ponto de vista prático do *Advocacy* Bibliotecário, podem se apontar diversos esforços que vem sendo desenvolvidos local e globalmente. Identificou-se que duas grandes promotoras desses esforços são a IFLA e a Bill & Melinda Gates Foundation (BMGF), que vem promovendo **programas globais**, destinados à formação profissional para bibliotecários, mas que de alguma maneira também fomentaram muitas **iniciativas locais** nacionais e/ou

regionais destinadas à condução de esforços de *advocacy* em nível nacional ou regional. Estas iniciativas serão analisadas no mapeamento apresentado nos próximos capítulos.

A IFLA, tendo como um de seus objetivos fortalecer a capacidade do setor de defender o acesso equitativo à informação e a comunidades bibliotecárias mais fortes e sustentáveis, desenvolveu o *Library Development Programme* (LDP), que figura como um importante elemento no movimento do *advocacy* bibliotecário global ao fortalecer a capacidade de defesa do setor de bibliotecas, coletando e compartilhando materiais de treinamento, dando oportunidade aos participantes de integrar um setor mais amplo, empoderando-os ao capacitá-los para o desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades bibliotecárias, incluindo associações, instituições e indivíduos e criando experiência por meio do programa profissional.

O **LDP** trabalha em colaboração com bibliotecas, associações de bibliotecas, organizações parceiras e profissionais de bibliotecas em todo o mundo, oferecendo programas de treinamento, atividades de aprendizado *online* e outras oportunidades, como acesso à rede internacional da IFLA e ajuda todos os países a fornecer atividades relevantes e sustentáveis para acesso equitativo à informação e comunidades bibliotecárias mais fortes, baseado em uma plataforma de políticas e padrões, desenvolvida e endossada pela IFLA em nível internacional e prioridades locais em nível nacional. Especificamente entre 2010 e 2012, o LDP financiou diretamente 15 iniciativas ao redor do mundo, que estão apresentadas juntamente com as demais no capítulo que analisará tais iniciativas. Atualmente, o LDP realiza seu trabalho por meio de três subprogramas específicos: o *Building Strong Library Associations Programm* (BSLA), o *International Leaders Programme* (ILP) e o *International Advocacy Programme* (IAP).

O **BSLA** é um programa destinado a apoiar as associações bibliotecárias nacionais e regionais, que oferece uma abordagem estratégica e coordenada para capacitação e sustentabilidade dessas associações, beneficiando as bibliotecas e suas comunidades. O programa é composto por um pacote de treinamento modular e personalizável de modo a permitir que o treinamento seja personalizado para atender às necessidades de diferentes associações e diferentes condições linguísticas, culturais, políticas, sociais e outras com foco no desenvolvimento de associações de bibliotecas, além de materiais de aprendizagem, mentoria e assessoria na formação de parcerias baseados em políticas da IFLA, acessados através de uma plataforma online que fornece o acesso remoto aos materiais. Além dos treinamentos, desde 2010 o programa tem lançado editais de fomento que financiaram até

agora 32 iniciativas que abrangeram pelo menos 36 países. Essas iniciativas estão incluídas entre as que serão estudadas no capítulo de fala de iniciativas nacionais.

O **ILP** é um programa de dois anos destinado a formar líderes que podem efetivamente representar o setor de bibliotecas mais amplamente na arena internacional e desenvolver líderes dentro da IFLA, oferecendo oportunidades por meio de sua extensa e diversificada estrutura de atividades e conhecimentos. O programa é composto por seminários e sessões de *workshop* sobre questões de impacto global, lideradas por líderes de setores e áreas afins; participação em reuniões de negócios especificadas; participação em sessões específicas do programa; trabalhos em grupo para preparar apresentações ou relatórios; ligação com os membros do Conselho Diretivo da IFLA e construção de redes de apoio. Essa experiência será reforçada por meio do envolvimento com unidades profissionais da IFLA e grupos de trabalho / consultoria para contribuir com projetos de relevância direta para a agenda internacional da IFLA. Essas atividades podem exigir que o participante realize uma série de tarefas, incluindo: pesquisa baseada em evidências / secundária / comparativa; escrever documentos como políticas, submissões, intervenções, declarações, discursos; ligação com outros organismos a nível nacional, regional ou internacional; representando a IFLA em fóruns internacionais ou regionais identificados pela IFLA como estando no âmbito do Programa. Os participantes aprenderão através da prática e serão orientados à medida que fortalecerem suas habilidades e conhecimentos. Diferentemente do BSLA e do IAP, este programa não financia iniciativas locais.

O **IAP** é um programa de capacitação destinado a promover e apoiar o papel que as bibliotecas podem desempenhar no planejamento e implementação da Agenda 2030 por meio do aumento do nível de conscientização sobre os ODS dos trabalhadores da biblioteca a nível comunitário, nacional e regional e promover o importante papel que as bibliotecas podem desempenhar no desenvolvimento e aumentar a participação das associações de bibliotecas e dos representantes das bibliotecas públicas no trabalho de *advocacy* a nível nacional e regional para garantir o acesso público sustentável à informação através de serviços e produtos de bibliotecas. O programa, em andamento, está organizado em quatro fases que compreenderam o desenvolvimento de planos de sensibilização e *advocacy*, a realização de ações de acompanhamento nos países participante e a chamada para propostas de financiamento e uma revisão global, descritas a seguir.

Na primeira etapa de desenvolvimento do Programa IAP foram realizados *workshops* regionais para aumentar a conscientização sobre a Agenda 2030 e os ODS, além de ajudar os participantes a desenvolver uma proposta para empreender atividades de *advocacy* em torno

dos ODS nos níveis nacional e regional para conseguir que as bibliotecas fossem incluídas nos Planos de Desenvolvimento Nacional. Diferentemente dos outros dois programas apresentados, nos quais os materiais, tanto para treinadores quanto para os treinandos, foram disponibilizados online e os interessados realizam os treinamentos por conta própria, o IAP tem uma equipe responsável por fornecer o workshop para bibliotecários que, posteriormente, se tornarão multiplicadores dos conteúdos em seus países/regiões. Desta maneira, foram realizados seis grandes workshops nas regiões da Ásia e Oceania, América Latina, África, Europa, Caribe e Oriente Médio e Norte da África, após os quais os participantes assinavam o acordo de desdobrar o mesmo workshop em seus países e realizar atividades de conscientização e para se reunirem com os formuladores de políticas para garantir que as bibliotecas sejam reconhecidas como parceiros-chave no apoio à Agenda 2030 das Nações Unidas.

Portanto, como segundo etapa do programa, após os workshops regionais, a IFLA passou a monitorar o progresso e apoiar os participantes para que alcancem seus compromissos, ajudando a comunicar amplamente suas atividades e progresso com a comunidade.

A terceira etapa do IAP foi destinada ao financiamento de iniciativas locais. Portanto, em Janeiro e Agosto de 2017, foram lançadas propostas de financiamento para realizar atividades de conscientização em nível nacional ou regional por meio do IAP. Todos os países foram elegíveis para candidatar-se e foi dada prioridade a iniciativas regionais, incluindo países que não participaram nos workshops regionais. Atualmente existem 24 projetos em andamento, dos quais 10 desde junho de 2017 e 14 desde novembro de 2017. Todos estes projetos estão contemplados na análise das iniciativas locais desta pesquisa.

E a quarta etapa aconteceu quando uma delegação de participantes de todos os *workshops* regionais participou de uma reunião de revisão global em junho de 2018 em Nova York³, para compartilhar suas ações, experiências, avaliar o progresso e o impacto do programa até o momento e para elaborar planos conjuntos para cooperação futura em torno da Agenda 2030 da ONU. A reunião, que contou com a presença de representantes de aproximadamente 40 países, analisou os compromissos assumidos pelos participantes nas reuniões regionais e avaliou o progresso geral do *advocacy* das bibliotecas em relação aos ODS.

³ <https://www.ifla.org/node/57718>

Ao todo, os programas globais da IFLA apresentados financiaram 71 iniciativas locais. Todas elas estão contempladas nesta pesquisa e estarão sendo analisados em maior profundidade no item referente às iniciativas locais.

Com um trabalho iniciado por volta de 1997, a Fundação Bill & Melinda Gates apoia projetos de bibliotecas ao redor do mundo em diversas áreas. Desde sua concepção a BMGF tem o campo das bibliotecas como forte interesse e hoje é um das principais financiadoras da ALA.

Com a expansão global dos trabalhos da fundação, foi criado o programa *Global Libraries* (GL) cuja finalidade é apoiar a transformação de bibliotecas em centros de desenvolvimento, trabalhando em parceria com governos e outros financiadores públicos e privados para expandir o acesso à tecnologia em bibliotecas públicas, fomentar a inovação em bibliotecas, treinar líderes de bibliotecas e defender mudanças de políticas que beneficiam as bibliotecas públicas. Além de fomentar ações de bibliotecas ao redor do mundo, o programa forma os bibliotecários das bibliotecas que recebem os auxílios a fim de garantir sustentabilidade para o projeto iniciado por meio da bolsa oferecida pela Fundação. O GL concentra seus esforços em quatro áreas: Pesquisa e Inovação, Treinamento e Liderança, Entrega de serviços e Impacto, *advocacy* e política.

Destacam-se aqui duas iniciativas apoiadas pela fundação que têm forte ligação com o tema desta pesquisa: o *International Network of Emerging Library Innovators* (INELI) e o *Global Libraries Advocacy Work Group*

O INELI é uma rede de líderes de bibliotecas de todo o mundo que possui habilidades e experiência no desenvolvimento de serviços inovadores para usuários, com a finalidade de criar programas e serviços de biblioteca que possam ser replicados em larga escala e personalizados para diferentes configurações.

O *Global Libraries Advocacy Work Group* é uma rede internacional de especialistas em defesa de bibliotecas que desenvolveu um currículo de treinamento para ajudar a construir as habilidades de *advocacy* e a confiança do pessoal da biblioteca pública para garantir recursos e recursos adequados para atender às necessidades de informação das suas comunidades. Em 2011 foi publicado o BMGF *Global Libraries Advocacy Guide*. Este trabalho, bem como todo o conhecimento gerado para a publicação do guia é um dos pontapés iniciais de diversas ações formativas para o *advocacy* existentes hoje.

De acordo com os critérios temporais, geográficos e de escopo estabelecidos para esta pesquisa, foram selecionadas 9 iniciativas financiadas pelo programa *Global Libraries*. Estas

iniciativas abrangeram pelo menos 44 países. Na Figura 1 está apresentada uma síntese dos programas globais que comporão o mapeamento a ser desenvolvido a seguir.

Figura 1 - Síntese dos programas globais relacionados ao *Advocacy Bibliotecário* conduzidos pela IFLA e pela BMGF.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi percorrido um caminho baseado em três etapas: Busca, seleção e fichamento de documentos, revisão da literatura sobre a temática e mapeamento das iniciativas de *advocacy*.

Após as sugestões apontadas pela banca de qualificação, foi realizada uma nova coleta de documentos nas bases de dados: Portal de periódicos CAPES, SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como nas ferramentas de busca Google e Google Acadêmico, nas bases de *dados E-Prints in Library and Information Science (E-LIS)*, *Library and Information Science Abstracts (LISA)* e *Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD)*. Para o referencial apresentado no primeiro capítulo, foram realizadas buscas com os temas: “democracia”, “política” e “políticas públicas”. Para o referencial relacionado aos segundo e terceiro capítulos, foram utilizadas expressões de busca que utilizavam os termos: “*advocacy*”, “*libraries*”, “*library advocacy*”, “*public libraries*”, “*bibliotecas públicas*”, “*promoção e defesa*”. Foram recuperados diversos artigos, referências de livros, websites que continham pelo menos um dos termos no título, ao longo do texto ou como descritor de assunto. Contudo, poucos eram efetivamente relacionados à área ou ao contexto específico estudado, por isso ao ser realizada seleção dos documentos relevantes ao tema por meio da leitura de resumos, prefácios ou descrições de conteúdos obteve-se uma amostra final de cerca de 50 materiais entre websites, artigos, capítulos de livros e manuais.

Os documentos selecionados foram fichados, de modo a garantir melhor compreensão e facilitar posterior recuperação na fase de escrita final. A partir deste procedimento pôde-se realizar revisão bibliográfica referente aos conceitos dos termos que compõem o referencial da pesquisa e estabelecer os critérios e variáveis a serem utilizadas para o mapeamento de iniciativas de *advocacy*.

Um resultado muito importante para a escrita do capítulo que descreve o *Advocacy* Bibliotecário foi a identificação de dois programas de formação para o *advocacy* e o desenvolvimento de liderança destinados para bibliotecários: o *Strengthening Innovative Library Leaders (SILL)*⁴ e o *Turning the Page: Supporting Libraries, Strengthening Communities*⁵, além dos programas globais da IFLA e BMGF. Os materiais de formação disponibilizados *online* por estes programas foram de fundamental importância para a revisão

⁴ <https://www.library.illinois.edu/mortenson-leadership/>

⁵ www.publiclibraryadvocacy.org

bibliográfica realizada para esta pesquisa. Como cada programa possui diversos materiais como cadernos de formação, caderno do treinador, caderno do aluno, livros de exercícios e materiais suplementares, optou-se por citar o programa ao fazer referência aos conteúdos presentes na escrita da revisão.

4.1 Amostragem do estudo

Embora as práticas de *advocacy* possam compreender diversas iniciativas, neste trabalho foram analisadas todas as iniciativas que receberam financiamento dos programas globais BSLA, IAP e LDP da IFLA e o programa GL da BMGF. Além das iniciativas financiadas por estes programas globais, também foram coletadas informações sobre iniciativas que obedeciam aos seguintes critérios:

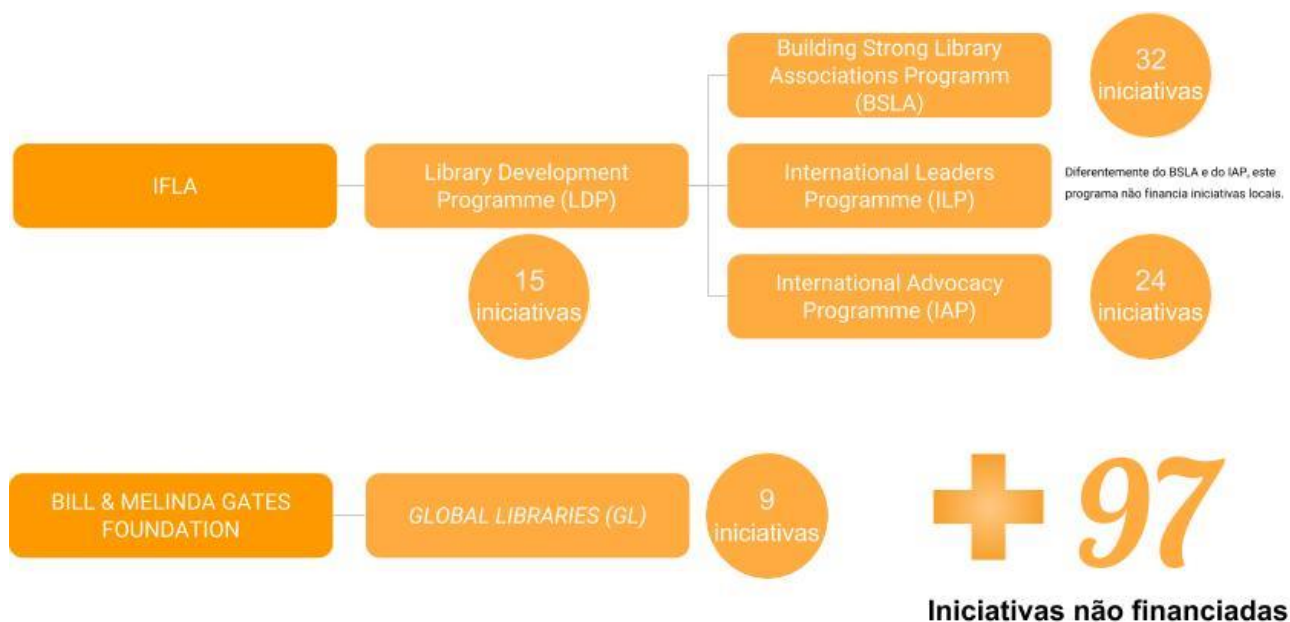
- Terem sido realizadas/iniciadas entre 2010 e 2018;
- Terem sido propostas/conduzidas por associações nacionais ou internacionais de bibliotecas, tendo, deste modo abrangência nacional ou regional (internacional);
- Compreender pelo uma das seguintes áreas:
 - Formação profissional para o *advocacy*/desenvolvimento de liderança/atuação política;
 - Fortalecimento do setor bibliotecário no país ou a associação bibliotecária nacional;
 - Sensibilização da população para o valor das bibliotecas;
 - Buscar diálogo com o governo sobre o posicionamento das bibliotecas nas agendas públicas.

As iniciativas mapeadas foram identificadas por meio de consultas aos sites das associações nacionais de bibliotecas (para os sites em que havia a opção de navegação em inglês ou espanhol ou português ou francês), aos relatórios dos programas citados e em publicações no site da IFLA, portanto é preciso considerar que um grande número de iniciativas está relacionado ao trabalho da IFLA para a inclusão das bibliotecas no alcance dos ODS em seus países. Na Figura 2 está apresentada uma síntese da quantidade de iniciativas identificadas no total, de acordo com o seu programa de financiamento, bem como as iniciativas que não receberam financiamento dos programas globais.

Optou-se por escolher iniciativas realizadas a partir de 2010, pois é o ano em que o primeiro programa global, o LDP, financiou as primeiras iniciativas. Ressalta-se que foram encontradas iniciativas que se encaixavam no escopo da pesquisa anteriormente a esta data,

mas entendeu-se que seria necessário delimitar um período de tempo que estivesse relacionado ao surgimento dos programas globais.

Figura 2 - Síntese da amostragem de estudo.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

4.2 Descrição das Iniciativas

Após seleção e definição das iniciativas a comporem a análise de dados e posteriormente o mapeamento, passou ao procedimento de catalogação e registro de cada uma delas por meio dos seguintes metadados:

- País que desenvolveu a iniciativa, países participantes (no caso de iniciativas regionais);
- Instituição responsável;
- Título e/ou descrição da iniciativa;
- Ano de realização ou de início.

A relação completa de todas as iniciativas incluídas se encontra no Apêndice A, registradas sob o formato apresentado na figura 3.

Figura 3 - Modelo de apresentação das iniciativas locais mapeadas.

País	Croácia
Instituição	Associação Croata de Bibliotecas
Título	Cooperação regional: desafios e oportunidades
Descrição	O projeto visava continuar a implementação de novas políticas e atividades, além de fomentar a colaboração e ligação em rede de profissionais de bibliotecas na região do Sudeste da Europa, especialmente na liderança de bibliotecas, angariação de fundos e advocacy.
Ano	2012
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/news/project-report-regional-cooperation-in-south-east-europe-challenge-and-opportunity-croatian

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

4.3 Análise das Iniciativas

Como forma de compreender como de fato o *Advocacy Bibliotecário* está ocorrendo no mundo, esta pesquisa mapeou iniciativas conduzidas por associações nacionais de bibliotecas, pois na literatura, identificaram-se quatro elementos fundamentais à condução de atividades de *advocacy*: associações bibliotecárias estruturadas, bibliotecários preparados, população consciente sobre o valor das bibliotecas e diálogo com o governo. Portanto, as iniciativas de *advocacy* mapeadas por esta pesquisa foram classificadas de com uma tipologia que considera iniciativas de estruturação, iniciativas de formação, iniciativas de sensibilização e iniciativas políticas.

Após a revisão da literatura, pôde-se concluir que é possível perceber que iniciativas de *Advocacy Bibliotecário* podem atuar em diferentes frentes tais como ações de acordo com aspectos geográficos, sejam eles mais locais, como na própria biblioteca, no bairro ou na cidade, ou de abrangência um pouco maior, como projetos estaduais ou nacionais, mas também podem extrapolar os limites do país, e serem projetos em regiões específicas ou entre países de uma mesma região e até internacionais, abrangendo de maneira indiscriminada qualquer país do globo.

Também podem ser classificadas de acordo com seu objetivo principal e público alvo, como ações que visem estruturar ou reestruturar, e assim fortalecer, as associações que representam o setor das Bibliotecas numa localidade, tanto no sentido de aumentar seu

número de associados, como torna-las oficializadas perante o governo. Ou ser ações que visem preparar os bibliotecários, individual ou coletivamente, para estarem aptos a conduzir esforços de *advocacy* em qualquer nível, além de conscientes sobre a importância da condução desses esforços e do oferecimento de serviços que solucionem os problemas da comunidade onde a biblioteca está inserida. Podem abranger ações que busquem conscientizar a própria população, usuários ou não, do valor das bibliotecas, criando vínculos mais fortes com eles. E, ainda mais, podem ser ações que busquem dialogar diretamente com o governo visando à inserção ou ampliação do espaço das bibliotecas nas agendas governamentais. Mas acima de tudo, ações de *advocacy* formam coalizões que unem pessoas de vários níveis que compartilham as mesmas crenças e, por isso, realizam atividades coordenadas ao longo do tempo. No caso do *Advocacy* Bibliotecário, são coalizões que conhecem e acreditam no valor das bibliotecas como instituições fundamentais para as sociedades contemporâneas e, por isso, lutam pela sua manutenção.

Dessa maneira, a análise das iniciativas incluídas no estudo foi feita em dois níveis, considerando que ao longo da análise dos materiais e conteúdos utilizados na revisão da literatura, identificou-se que a IFLA e a BMGF vêm desenvolvendo programas a nível global, destinados ao fortalecimento das bibliotecas. Estes programas, além de oferecer treinamentos para os bibliotecários, também financiam iniciativas nacionais e internacionais ligadas ao *Advocacy* Bibliotecário. Assim, estas iniciativas nacionais e/ou regionais foram analisadas de acordo com seus objetivos e públicos alvo. Portanto, as variáveis de estudo definidas para esta análise seguiram o resultado da revisão de literatura:

- **Iniciativas Estruturais**

Práticas destinadas ao fortalecimento do setor bibliotecário naquele país ou região, como a criação ou revitalização de uma associação nacional ou regional; desenvolvimento de um novo ou reestruturação do plano estratégico da associação ou atividades que visam o aumento da quantidade de membros;

- **Iniciativas Formativas**

Iniciativas ligadas à formação de bibliotecários para a condução de esforços de *advocacy*. Em muitos casos é relacionado a, num primeiro momento, conscientizar os próprios bibliotecários sobre a importância, o valor e o papel das bibliotecas públicas na sociedade contemporânea;

- **Iniciativas de Conscientização**

Iniciativas que buscam sensibilizar a população, e até o próprio governo, para a importância da Biblioteca, como campanhas, atos ou eventos;

- **Iniciativas Políticas**

Iniciativas que buscaram realizar diálogos diretos da biblioteca/setor de bibliotecas com o Governo, com a finalidade de garantir políticas públicas adequadas à comunidade em que atuam as referidas bibliotecas.

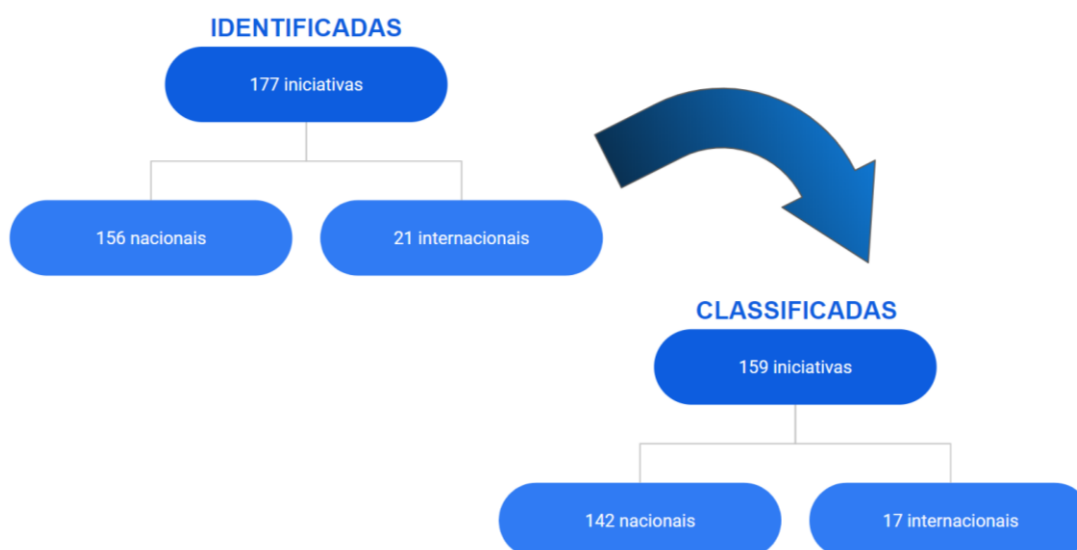
No próximo capítulo estão apresentados os dados coletados.

5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Foram identificadas 177 iniciativas locais, das quais 156 são de abrangência nacional (que serão chamadas de iniciativas nacionais), ou seja, propostas e desenvolvidas pela associação de um único país e 21 de abrangência internacional, ou seja, iniciativas nas quais as associações de bibliotecas de mais de um país este envolvida ou que foram desenvolvidas por associações regionais (por exemplo, iniciativas conduzidas pela *African Library and Information Associations and Institutions*), pois conforme já mencionado tais iniciativas internacionais são no máximo regionais, sem um alcance efetivamente global, portanto serão chamadas de iniciativas regionais.

Embora 177 tenham sido identificadas e selecionadas a princípio, somente 159 puderam ser incluídas no estudo, pois na análise de seus dados em profundidade, para 18 iniciativas identificou-se apenas o(s) país(es) em que foi desenvolvida. Portanto, para fins de classificação, a amostra final deste estudo trabalhou com 158 iniciativas, as quais estão listadas no Apêndice A desta dissertação (sendo 142 nacionais e 17 regionais). A Figura 4 apresenta uma síntese das quantidades de iniciativas totais identificadas e das iniciativas classificadas.

Figura 4 - Quantidade total de iniciativas mapeadas vs. Classificadas.

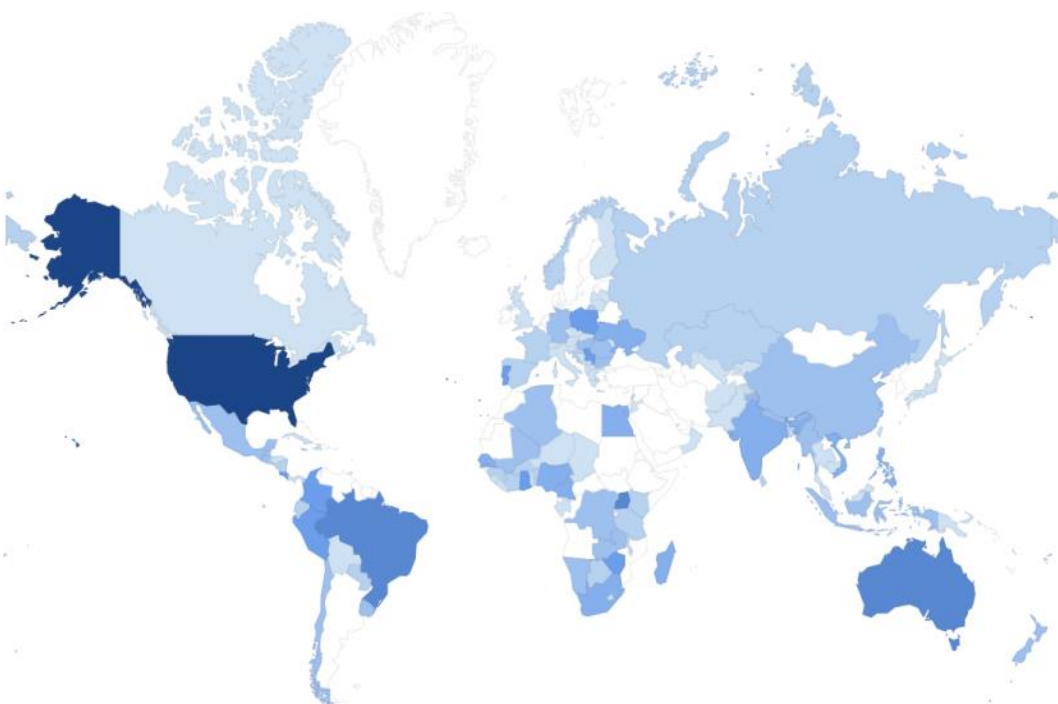


Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As 18 iniciativas não classificadas foram consideradas nos dados relativos à contagem de países, pois todas elas foram financiadas por algum dos programas globais. Estas iniciativas também estão apresentadas no Apêndice A. Na Figura 5 estão indicados na cor

azul os países para os quais foram identificadas iniciativas. A tonalidade da coloração indica a quantidade de iniciativas identificadas no país, de modo que quanto mais escura maior o número de iniciativas.

Figura 5 - Ilustração dos países para os quais foram identificadas iniciativas



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Atualmente a ONU⁶ conta 193 países em seu quadro de estados-membro, contudo em virtude das iniciativas mapeadas, esta pesquisa precisou considerar como países os territórios de Macau, Hong Kong e Taiwan, além de considerar Inglaterra e Escócia individualmente e não agregados sob o Reino Unido. No total, foram identificadas iniciativas para pelo menos 125⁷ países, das quais 22 em países desenvolvidos e 103 em países considerados emergentes ou em desenvolvimento⁸.

No Quadro 1 estão apresentados os países para os quais foram identificados iniciativas, agrupados por continente. Dada a quantidade díspar de países de cada continente, a análise do Quadro 1 sugere que haja também disparidade na quantidade de iniciativas identificadas em cada continente, contudo percebe-se que há, na realidade, certa equidade na participação de todos os continentes.

⁶ <http://www.un.org/en/member-states/#gotoS>

⁷ Para algumas iniciativas de abrangência internacional não se pode identificar com precisão quais países foram abrangidos.

⁸ O índice de desenvolvimento de cada país foi obtido pela consulta ao World Economic Outlook Database (com dado de Outubro de 2017) em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/weose1gr.aspx>.

Quadro 1 - Lista dos países, agrupados por continente, para os quais foram identificadas iniciativas

África	América	Ásia	Europa	Oceania
África do Sul	Bolívia	Afganistão	Albânia	Austrália
Argélia	Brasil	Bahrain	Alemanha	Fiji
Benim	Canadá	Bangladesh	Áustria	Guam
Botsuana	Chile	Brunei	Bósnia Herzegovina	Ilhas Marshall
Burquina Faso	Colômbia	Camboja	Bulgária	Micronésia
Butão	Costa Rica	Catar	Croácia	Nova Zelândia
Camarões	Cuba	Cazaquistão	Escócia	Palau
Chade	El Salvador	China	Eslováquia	Papua N. Guiné
Costa do Marfim	Equador	Est. da Palestina	Eslovênia	Samoa
Egito	Estados Unidos	Filipinas	Espanha	Vanuatu
Gabão	Guatemala	Hong Kong	Finlândia	
Gâmbia	Haiti	Índia	França	
Gana	Honduras	Indonésia	Grécia	
Guiné	Jamaica	Japão	Hungria	
Lesoto	México	Jordânia	Inglaterra	
Libéria	Nicarágua	Líbano	Itália	
Madagascar	Panamá	Macau	Kosovo	
Malawi	Paraguai	Mianmar	Letônia	
Mali	Peru	Nepal	Lituânia	
Namíbia	Trinidad e Tobago	Omã	Macedônia	
Níger	Uruguai	Quirguistão	Moldávia	
Nigéria		Singapura	Montenegro	
Quênia		Sri Lanca	Noruega	
Rep. Demo. do Congo		Taiwan	Polónia	
Ruanda		Uzbequistão	Portugal	
Senegal		Vietnam	Rep. Checa	
Serra Leoa		Tailândia	Roménia	
Suazilândia		Malásia	Rússia	
Tanzânia		Paquistão	Sérvia	
Togo		Ilhas Maldivas	Suíça	
Uganda			Ucrânia	
Zâmbia				
Zimbábue				

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Levando-se em conta totalidade de países de cada continente, a porcentagem aproximada de participação dos países nas iniciativas mostrou certa uniformidade considerando o total de países em cada continente, uma vez que foram identificadas iniciativas para 65% do continente africano, 66% para a América, 61% da Ásia, 57% da Europa com 57% e 53% da Oceania.

Com relação aos países ausentes deste mapeamento, é preciso destacar que a não identificação de iniciativas significou três possibilidades: a) de fato não houve nenhuma iniciativa no país; b) o trabalho de *advocacy* é feito de modo cotidiano pela associação, não tendo assim havido realização de nenhuma iniciativa pontual no período pesquisado ou c) não

foram identificadas iniciativas que se encaixassem nos critérios estabelecidos. Neste terceiro caso, estão: Argentina, Aruba, Bahamas, Belize, Bermudas, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Iraque, Laos, Moçambique, Porto Rico, Santa Lúcia e Tunísia.

Na Tabela 1 estão apresentadas as quantidades de iniciativas em que cada país participou, tenham sido elas conduzidas pelo próprio país ou iniciativas internacionais⁹.

Tabela 1 - Quantidade de iniciativas identificadas para cada país

Países	Iniciativas identificadas
Estados Unidos	9
Austrália / Brasil / Uganda	6
Colômbia / Costa Rica / Gana / Peru / Polônia / Portugal / Sérvia / Zimbábue	5
África do Sul / Camarões / Egito / Filipinas / Índia / Jamaica Madagascar / Nigéria / Senegal / Ucrânia / Vietnam	4
Alemanha / Argélia / Bulgária / Chile / China / Guatemala / Hungria / Indonésia / Mali / México / Myanmar / Namíbia / Nepal / Nova Zelândia / República Democrática do Congo / Roménia / Suazilândia / Uruguai / Zâmbia	3
Bahrain / Bangladesh / Benim / Botsuana / Brunei / Burkina Faso / Cazaquistão / Costa do Marfim / Croácia / El Salvador / Equador / Espanha / Fiji / França / Guiné / Líbano / Malawi / Nicarágua / Noruega / Paraguai / Quênia / Rússia / Singapura / Sri Lanka / Tanzânia	2
Afeganistão / Albânia / Áustria / Bolívia / Bósnia Herzegovina / Butão / Camboja / Canadá / Chade / Cuba / Escócia / Eslováquia / Eslovênia / Estado da Palestina / Finlândia / Gabão / Gâmbia / Grécia / Guam / Haiti / Honduras / Hong Kong / Ilhas Maldivas / Ilhas Marshall / Inglaterra / Itália / Japão / Jordânia / Kosovo / Lesoto / Letônia / Libéria / Lituânia / Macau / Macedônia / Malásia / Micronésia / Moldávia / Montenegro / Níger / Omã / Palau / Panamá / Papua Nova Guiné / Paquistão / Qatar / Quirguistão / República Checa / Ruanda / Samoa / Serra Leoa / Suíça / Tailândia / Taiwan / Togo / Trinidad e Tobago / Uzbequistão / Vanuatu	1

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Embora, confirmando os apontamentos apresentados na revisão da literatura, os Estados Unidos se destaquem como o país que mais realizou iniciativas, é preciso notar países da América Latina e da África estão bem posicionados quanto ao número de iniciativas realizadas. Destas regiões, Brasil e Uganda estão em segundo lugar, com seis iniciativas cada, seguidos pelos Colômbia, Costa Rica, Gana, Peru, Sérvia e Zimbábue para os quais foram identificadas quatro iniciativas.

De maneira genérica, percebe-se o esforço de países da África e da América Latina em desenvolver iniciativas específicas em seus países, uma vez que a África é o continente com o maior número de iniciativas, foram identificadas 46, e em seguida estão a América com 39, a Ásia com 34, a Europa com 33 e a Oceania com sete.

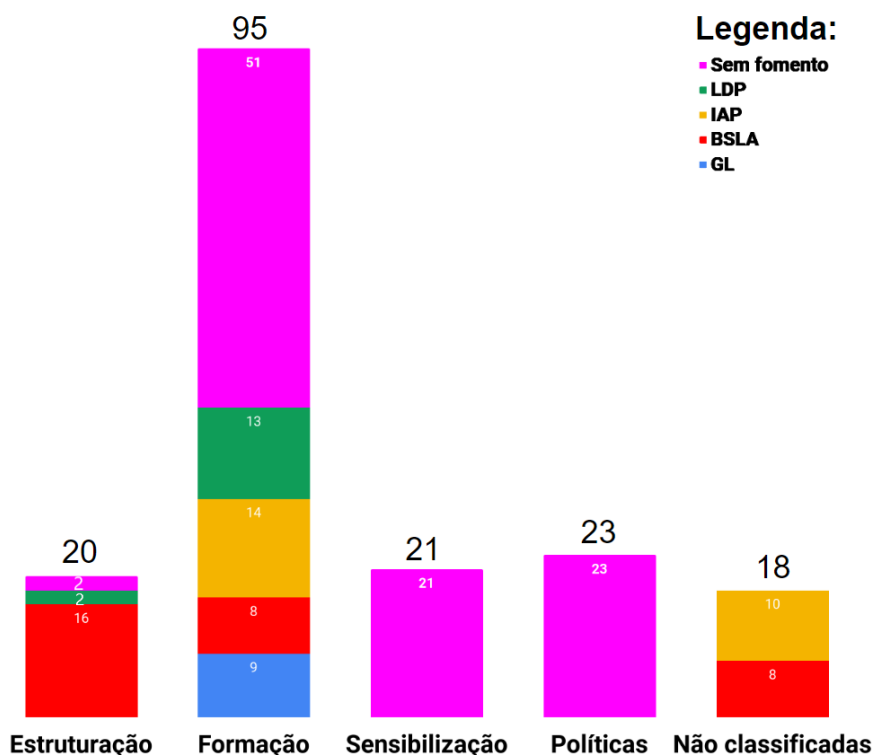
⁹ Neste total foram consideradas as iniciativas não classificadas, pois independente da classificação, foi realizada uma iniciativa financiada por algum dos programas globais.

5.1 Análise geral das iniciativas nacionais e regionais

Conforme já mencionado, 80 das 177 iniciativas foram fomentadas por algum dos programas globais, sendo 71 financiadas pelos programas da IFLA e nove pelos programas da BMGF.

A análise detalhada de cada iniciativa selecionada (de acordo com os metadados catalogados e apresentados no Apêndice A desta dissertação) possibilitou a classificação individual delas em um das categorias definidas neste estudo, qual seja: iniciativas de estruturação, de formação, de sensibilização e iniciativas políticas. O Gráfico 1 mostra a quantidade de iniciativas inseridas em cada uma dessas categorias, e para cada grupo de classificação, a quantidade de iniciativas financiadas pelos programas globais.

Gráfico 1 - Quantidade de iniciativas classificadas em cada categoria, divididas pelos programas de financiamento



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Considerando os resultados gerais, chama atenção a quantidade de iniciativas destinadas à formação profissional. Das 159 iniciativas classificadas, mais da metade são dedicadas à formação dos profissionais bibliotecários ou mesmo outros profissionais da área, demonstrando uma preocupação generalizada com a formação de seus profissionais. Este fato

é um indício de que a maioria dos países ainda na fase inicial dos seus esforços de *advocacy*. Na Tabela 2 estão apresentadas as quantidades de iniciativas identificadas em cada continente de acordo com a sua classificação.

Tabela 2 - Quantidade de iniciativas por continente

	Estruturantes	Formação	Conscientização	Políticas
ÁFRICA	8	24	6	8
AMÉRICA	3	23	9	4
ÁSIA	3	27	2	2
EUROPA	3	19	4	7
OCEANIA	2	3	0	2

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

E na Tabela 3 estão apresentadas as quantidades de iniciativas identificadas para cada país. Entende-se que cabe reforçar aqui que neste total foram consideradas as iniciativas não classificadas, pois independente da classificação, foi realizada uma iniciativa financiada por algum dos programas globais.

Tabela 3 - Quantidade de iniciativas por país (para países com quatro ou mais iniciativas)

País	Formação	Políticas	Estruturante	Conscientização	Não classificadas	TOTAL
Estados Unidos	4	----	----	4	1	9
Brasil	2	1	----	2	1	6
Austrália	1	2	1	1	1	6
Uganda	2	1	1	1	1	6
Colômbia	3		1	----	1	5
Costa Rica	2	1	----	----	2	5
Gana	3	----	----	----	2	5
Peru	3	----	1	----	1	5
Polónia	1	1	1	1	1	5
Portugal	3	1	----	1	----	5
Sérvia	4		----		1	5
Zimbábue	2	1	1	----	1	5
África do Sul	3	1	----	----	----	4
Camarões	1	1	1	1	----	4
Egito	2	----	----	----	2	4
Filipinas	3	----	----	----	1	4
Índia	3	----	----	----	1	4
Madagascar	1	1	1	1	----	4
Nigéria	2	----	----	1	1	4
Senegal	1	----	----	----	3	4
Ucrânia	1	1	1	----	1	4
Vietnam	3	1	----	----	----	4

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Contudo, é preciso considerar que das nove iniciativas dos USA identificadas, quatro foram classificadas como formativas e quatro de conscientização pública. Isso mostra que, embora seja realizado um trabalho de *advocacy* cotidiano, como por exemplo, o já mencionado escritório da ALA em Washington, cuja finalidade é estar constantemente em contato com os legisladores garantido o espaço das bibliotecas, também são realizadas iniciativas mais pontuais como cursos de formação e campanhas de conscientização pública. Outro caso em que o trabalho de *advocacy* realizado pelas associações nacionais de biblioteca é feito de modo cotidiano pela associação é a Inglaterra. Para este país, não foi identificada nenhuma iniciativa pontual, mas conseguiu-se compreender que é feito um trabalho contínuo em diversas frentes, com foco maior na conscientização pública. Portanto, para a Inglaterra foi considerado um grande movimento de campanhas de conscientização sobre a importância das bibliotecas como uma iniciativa pontual de conscientização.

Já para o Brasil, a identificação de seis iniciativas é um ponto muito positivo. Destas, cinco iniciativas foram conduzidas total ou parcialmente pela FEBAB, das quais quatro não receberam nenhum tipo de fomento dos programas globais descritos no tópico anterior. Duas são destinadas à conscientização do público sobre o valor das bibliotecas por meio das campanhas “Eu amo Biblioteca, eu quero¹⁰” e “Eu quero minha Biblioteca¹¹”, uma destinada à formação dos bibliotecários e uma focada no diálogo com o poder público. O Brasil também integra o grupo de países do INELI Iberoamérica, que desde 2015 vem realizando atividades de formação profissional com o financiamento do programa *Global Libraries*.

De todas as iniciativas incluídas no estudo, 80 receberam auxílio financeiro de algum dos programas globais descritos no tópico anterior. Na Tabela 4 está apresentada a quantidade de iniciativas que cada programa financiou.

Tabela 4 - Iniciativas financiadas pelos Programas Internacionais.

Programa	Quantidade
GL	9
IAP	24
LDP	15
BSLA	32

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

¹⁰ <http://www.febab.org.br/euamobiblioteca/>

¹¹ <http://icebrasil.org.br/category/eu-quero-minha-biblioteca/>

Portanto, é interessante destacar que no universo analisado, mais da metade das iniciativas ocorreu sem fomento desses programas em específico, podendo ter sido por iniciativa da própria associação ou com fomento de outra natureza.

Entre as 17 iniciativas regionais identificadas, seis foram realizadas entre países do continente africano, cinco entre os asiáticos, duas entre os europeus (ambas em regiões menos desenvolvidas da Europa), duas entre os países da América, mais especificamente entre os países da América Latina e duas na Oceania. Isso mostra a tendência de maior colaboração em regiões menos desenvolvidas. O Quadro 2 apresenta tais iniciativas, com seus respectivos anos, fontes de fomento e classificação.

Quadro 2 – Iniciativas regionais agregadas sob os continentes na qual ocorreram.

Continente	Países envolvidos/Instituições	Ano	Fomento	Classificação
ÁFRICA	AFLIA	2016	GL	Formação
	AFLIA	2016	GL	Formação
	AFLIA	2017	IAP	Formação
	Camarões / Gabão / Rep. Demo. do Congo/ Chade / Senegal / Costa do Marfim / Burkina Faso / Benim / Mali / Madagáscar	2015	BSLA	Formação
	INELI Sub-Saharan Africa	2016	GL	Formação
	Países da África Sub-Saariana	2017	IAP	Formação
AMÉRICA	Bolívia / Chile /Equador / Paraguai	2017	IAP	Formação
	INELI Iberoamérica	2015	GL	Formação
ÁSIA	Hong Kong / Macau / Taiwan	2017	IAP	Formação
	INELI Asean	2011	GL	Formação
	INELI Middle East & North Africa ¹²	2015	GL	Formação
	INELI India and South Asia	2015	GL	Formação
	<i>Arab Federation for Libraries & Information</i>	2017	IAP	Formação
EUROPA	INELI Balkans	2011	GL	Formação
	Moldávia / Romênia	2017	IAP	Formação
OCEANIA	Micronésia / Guam / Ilhas Marshall / Palau	2014	BSLA	Estruturação
	INELI Oceania	2014	GL	Formação

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Conforme é possível observar no Quadro 2, praticamente todas as iniciativas regionais são destinadas à formação dos bibliotecários para a condução de atividades de *advocacy*, com exceção de apenas uma, realizada na Oceania, que está no grupo das iniciativas de estruturação. Este número reforça a afirmação de que a maioria dos países menos desenvolvidos ainda na fase inicial dos seus esforços de *advocacy*.

¹² O INELI Middle East & North Africa abrange países da África e da Ásia, contudo aqui optou-se por agregá-lo aos países da Ásia.

5.2 Análise das iniciativas nacionais e regionais segundo os critérios definidos

Nas seções a seguir, serão apresentados os dados relativos a cada grupo de iniciativas de acordo com as suas classificações.

5.2.1. Iniciativas de estruturação

Conforme já apresentado, foram consideradas iniciativas de estruturação aquelas destinadas a fortalecer a representação do setor bibliotecário naquele país ou região, como a criação ou revitalização de uma associação nacional ou regional, o desenvolvimento de um novo ou reestruturação do plano estratégia dessa associação ou ainda atividades que visavam o aumento da quantidade de filiados a elas, como por exemplo campanhas de filiação. Neste grupo foram classificadas 19 iniciativas. A abrangência destas iniciativas está sintetizada na Figura 6.

Figura 6 – Quantidade total de iniciativas de estruturação, de acordo com a abrangência.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Conforme se pode observar, a única iniciativa de abrangência regional foi conduzida pela “Associação de Bibliotecas, Arquivos e Museus das Ilhas do Pacífico”, portanto foi a todas as demais foram conduzidas por associações nacionais.

Destas 19 iniciativas, 16 foram financiadas pelo programa BSLA, uma pelo LDP e duas não receberam financiamento de nenhum dos programas destacados. No Quadro 3 estão apresentadas as informações sobre os países e anos nos quais as iniciativas foram conduzidas.

Quadro 3 – Iniciativas de estruturação por ano por país ou região.

Continente	País	Ano	Fomento
ÁFRICA	Botsuana	2010-2012	BSLA
	Botsuana	2015	BSLA
	Camarões	2010-2012	BSLA
	Madagascar	2012	LDP
	Suazilândia	2015	BSLA
	Uganda	2015	BSLA
	Zâmbia	2015	BSLA
	Zimbábue	2014	BSLA
AMÉRICA	Colômbia	2014	BSLA
	El Salvador	2014	BSLA
	Peru	2010-2012	BSLA
ÁSIA	Indonésia	2015	BSLA
	Líbano	2010-2012	BSLA
	Myanmar	2016	BSLA
EUROPA	Polônia	2017	S/ fomento
	Ucrânia	2010-2012	BSLA
	Lituânia	2010-2012	BSLA
OCEANIA	Austrália	2017	S/ fomento
	Micronésia / Guam / Ilhas Marshall / Palau	2014	BSLA

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Botsuana realizou duas iniciativas que, embora relacionadas, pois visavam o fortalecimento da “Associação de Bibliotecas do Botsuana”, ocorreram por meio de projetos diferentes, cada um financiado em um edital do programa BSLA. Neste caso, percebe-se que a associação desenvolveu um trabalho continuado, pois na primeira iniciativa o foco era o aumento da visibilidade da associação entre os bibliotecários do país e identificação do papel dela na defesa das bibliotecas. Já na segunda iniciativa, focava-se uma reestruturação governamental da associação e elaboração de um estatuto com a finalidade de que associação fosse reconhecida pelo parlamento nacional. Esta iniciativa foi considerada no grupo das iniciativas de estruturação, pois entende-se que visou primariamente a estruturação da associação.

De modo geral, quase todas as iniciativas focaram em fortalecer associações nacionais, à exceção das iniciativas identificadas na Austrália e na Polônia, justamente as duas iniciativas que não receberam fomento de nenhum dos programas globais. Como uma associação forte, em 2017 a iniciativa conduzida pela Associação Australiana de Informação e Biblioteca (ALIA) acrescentou os ODS à sua constituição. Este acréscimo foi votado por seus membros nas Assembleias Gerais Anuais e, ao ser incluído como parte da constituição da associação, mostra que a ALIA está buscando promover o papel das bibliotecas australianas na Agenda 2030 da ONU de forma bem concreta. Na Polônia, foi realizada a implementação

de um plano de *advocacy*, endossado pelo Conselho Diretor da Associação Polonesa de Bibliotecas.

Estas duas iniciativas, mostram que mesmo quando as associações nacionais de bibliotecários já estão consolidadas no país, há possibilidades para seu fortalecimento contínuo. Isto também é um trabalho de *advocacy*, e é muito necessário. Para bibliotecas fortes, é necessário que as instituições que as representam seja instituições fortes e atuantes.

Interessante observar que praticamente todas as iniciativas vieram de países em desenvolvimento, configurando-se a necessidade destes de consolidar mais fortemente a profissão. Já países europeus estão focados em melhoria e atualização de seus estatutos e regimentos, e mesmo os países europeus presentes neste grupo são países com menor grau de desenvolvimento que seus países devido a fatores históricos.

5.2.2. Iniciativas de formação

O grupo com maior número de iniciativas mapeadas é o grupo daquelas destinadas à formação dos profissionais bibliotecários para a condução de atividades de *advocacy*. Das 159 iniciativas mapeadas, 96 estão classificadas neste grupo. As informações gerais quanto ao financiamento e abrangência estão sintetizadas na Figura 7.

Figura 7 – Iniciativas de formação: financiamento e abrangência.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Do total das iniciativas deste grupo, 79 tiveram abrangência nacional e 16 regionais, envolvendo pelo menos 97 países, conforme mostra o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Iniciativas de formação identificadas para cada país/região, por ano de realização.

Continentes	País	Ano	Fomento
ÁFRICA	AfLIA	2016	GL
	AfLIA	2016	GL
	AfLIA	2017	IAP
	África do Sul	2011	LDP
	África do Sul	2017	S/ fomento
	Argélia	2017	S/ fomento
	Camarões / Gabão / Rep. Demo. do Congo/ Chade / Senegal / Costa do Marfim / Burkina Faso / Benim / Mali / Madagáscar	2015	BSLA
	Congo	2017	S/ fomento
	Egito	2017	S/ fomento
	Egito	2017	S/ fomento
	Gana	2017	S/ fomento
	Gana	2017	S/ fomento
	INELI <i>Sub-Saharan Africa</i>	2016	GL
	Lesoto	2010	LDP
	Malawi	2017	S/ fomento
	Mali	2010	LDP
	Namíbia	2017	S/ fomento
	Nigéria	2017	S/ fomento
	Países da África Sub-Saariana	2017	IAP
	Suazilândia	2017	S/ fomento
Uganda	2017	S/ fomento	
Zâmbia	2017	S/ fomento	
Zimbábue	2017	S/ fomento	
Zimbábue	2015	BSLA	
AMÉRICA	Bolívia/Chile/Equador/ Paraguai	2017	IAP
	Brasil	2017	S/ fomento
	Canadá	2011	S/ fomento
	Chile	2017	S/ fomento
	Chile	2017	S/ fomento
	Colômbia	2017	BSLA
	Colômbia	2017	S/ fomento
	Costa Rica	2017	S/ fomento
	Cuba	2017	S/ fomento
	Estados Unidos	2011	S/ fomento
	Estados Unidos	2013	S/ fomento
	Estados Unidos	2016	S/ fomento
	Estados Unidos	2016	S/ fomento
	Haiti	2017	S/ fomento
	INELI Iberoamérica	2015	GL
	Jamaica	2017	IAP
	Nicarágua	2017	S/ fomento
	Peru	2017	S/ fomento
	Peru	2015	BSLA
	Peru	2012	LDP
Uruguai	2017	S/ fomento	
Uruguai	2017	IAP	
Uruguai	2011	LDP	
ÁSIA	INELI <i>Middle East & North Africa</i>	2015	GL
	AFLI	2017	IAP
	Bahrain	2017	S/ fomento
	Bangladesh	2011	LDP
	Brunei	2015	BSLA
	Camboja	2017	S/ fomento

	Cazaquistão	2010	LDP
	China	2017	S/ fomento
	Filipinas	2017	S/ fomento
	Filipinas	2014	BSLA
	Hong Kong / Macau / Taiwan	2017	IAP
	Índia	2017	IAP
	Índia	2017	IAP
	Indonésia	2017	S/ fomento
	INELI Asean	2011	GL
	INELI India and South Asia	2015	GL
	Japão	2017	S/ fomento
	Jordânia	2017	S/ fomento
	Líbano	2017	S/ fomento
	Myanmar	2017	S/ fomento
	Nepal	2017	BSLA
	Omã	2017	S/ fomento
	Palestina	2010	LDP
	Qatar	2017	S/ fomento
	Sri Lanka	2016	BSLA
	Vietnam	2017	S/ fomento
	Vietnam	2012	LDP
EUROPA	Alemanha	2017	S/ fomento
	Bulgária	2011	LDP
	Croácia	2012	LDP
	Escócia	S/ data	S/ fomento
	França	2017	S/ fomento
	INELI <i>Balkans</i>	2011	GL
	Hungria	2017	S/ fomento
	Letónia	2017	S/ fomento
	Moldávia / Romênia	2017	IAP
	Noruega	2017	S/ fomento
	Polónia	2017	S/ fomento
	Portugal	2017	S/ fomento
	Portugal	2017	IAP
	Rússia	2010	LDP
	Rússia	2017	IAP
	Sérvia	2017	S/ fomento
	Sérvia	2010	LDP
	Sérvia	2017	IAP
Ucrânia	2017	S/ fomento	
OCEANIA	INELI Oceania	2014	GL
	Nova Zelândia	2017	IAP
	Samoa	2010	LDP

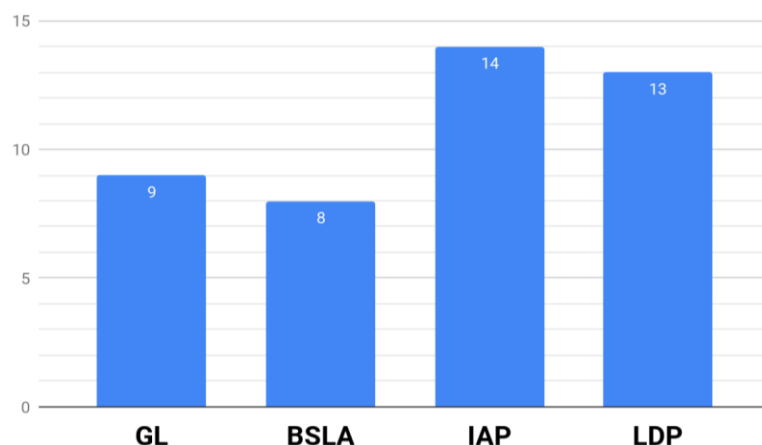
Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A grande quantidade de iniciativas neste grupo mostra a percepção das associações com relação a certo despreparo do bibliotecário para lidar com questões que envolvam a defesa de políticas e orçamentos para as bibliotecas.

Neste grupo, conforme consta no Quadro 4, há certa igualdade entre as iniciativas que receberam financiamento de um dos programas globais (45) e as que não receberam (51). A divisão das iniciativas financiadas pelos programas financiadores está apresentada no Gráfico

2. Sendo que as nove iniciativas financiadas pelo programa *Global Libraries* estão classificadas neste grupo. Duas delas foram conduzidas pelas *African Library and Information Associations and Institutions* (AfLIA) e as outras sete são as iniciativas INELI, que agregam formações presenciais com a disseminação de conteúdos por meio de sites, portais e ambientes virtuais de aprendizagem.

Gráfico 2 - Origem do financiamento das iniciativas de formação.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As principais temáticas, observadas nestas iniciativas voltadas a Formação, foram com relação às possibilidades de posicionar as bibliotecas frente aos ODS e a criação de habilidades para condução de esforços de *advocacy* em bibliotecas, como o planejamento de campanhas, estruturação de coalizões, diálogo com os tomadores de decisão, comunicação com o público ou marketing da biblioteca, além de boas práticas de defesa e promoção.

Cerca de $\frac{2}{3}$ das iniciativas ocorreu de maneira presencial, por meio de workshops, oficinas, palestras, mini cursos, conferências, seminários e similares. A outra terça parte das iniciativas deu-se de maneira online por meio de vídeo-aulas, *webinars*, treinamentos na modalidade EaD e publicações de folhetos, artigos e demais materiais em blogs, portais, nos sites das associações e páginas de redes social. Este tipo de iniciativa foi considerado de formação, pois entende-se que esta seja uma importante maneira para atualização profissional e que permite compartilhamento de informações, histórias e experiências.

Outro método bastante presente foi o de formação em cascata ou os “*train the trainers*” workshops, onde líderes regionais recebiam o treinamento inicialmente e depois seguiam para treinar seus colegas em suas regiões.

Sobre os Estados Unidos, que dominam em quantidade de iniciativas, é preciso considerar que um de seus treinamentos, o *Turning the Page*, é um currículo de formação que

está disponibilizado online e é proposto como uma solução que pode ser adaptada à outras realidades para outros países que não tenham desenvolvido seus próprios currículos de formação. Outra iniciativa é o *Libraries Legislative Day* que, embora seja descrita como uma atividade formativa se encaixaria também como iniciativa de conscientização e até política, pois ao promover a ida de bibliotecários de todo o país a Washington D.C. acaba por mostrar a força do setor, tentando fazer pressão no poder público.

5.2.3. Iniciativas de sensibilização

As iniciativas deste grupo tinham como objetivo sensibilizar a população sobre o valor das bibliotecas para a sociedade. Como os membros do governo são também pessoas da população, indiretamente estas iniciativas acabam por influenciar também tomadores de decisão sobre o valor das bibliotecas. Entre as iniciativas mapeadas, 21 foram classificadas neste grupo, das quais todas foram de abrangência nacional, contudo estas iniciativas são provenientes de 15 países, pois Brasil, Estados Unidos, Jamaica e Nigéria realizaram mais de uma iniciativa cada. No Quadro 5 estão apresentados os países para os quais foram identificadas iniciativas neste grupo e os anos em que as iniciativas ocorreram.

Quadro 5 - Iniciativas de sensibilização, de acordo com país e ano de realização.

Continente	País	Ano
ÁFRICA	Argélia	2017
	Camarões	2017
	Madagascar	2017
	Nigéria	2016
	Nigéria	2017
	Uganda	2017
AMÉRICA	Brasil	s/ data
	Brasil	2013
	Jamaica	2017
	Jamaica	2018
	México	2017
	Estados Unidos	s/ data
	Estados Unidos	2018
	Estados Unidos	s/ data
	Estados Unidos	s/ data
ÁSIA	China	2017
	Nepal	2017
EUROPA	Bulgária	2017
	Noruega	2017
	Portugal	2017
	Inglaterra	Várias datas

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As informações sobre o fomento das iniciativas não são mostradas, pois nenhuma delas recebeu fomento dos programas globais.

De modo geral, foram identificados quatro formatos para essas iniciativas: 10 campanhas de conscientização veiculadas por meios de comunicação como televisão, rádio e internet; em sete casos foram realizados eventos, outra três iniciativas se deram por meio da criação de páginas, sites ou portais destinados a veicular conteúdos sobre a importância das bibliotecas e um único caso da veiculação de uma pesquisa online nacional questionando a população a respeito de suas percepções sobre a importância das bibliotecas. A Figura 8 ilustra a os principais formatos identificados para essas iniciativas.

Figura 8 – Principais formatos identificados para as iniciativas de sensibilização.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Novamente os EUA se destacam em quantidade de iniciativas, com quatro campanhas de conscientização pública sobre o valor das bibliotecas, contudo é preciso considerar que foram identificadas 11 campanhas de conscientização realizadas pela Inglaterra, mas todas foram agregadas sob uma única iniciativa pois entendeu-se que apontar onze iniciativas individuais para este país não refletiria com fidelidade os resultados obtidos. Para o caso dos EUA entende-se que as iniciativas de sensibilização identificadas podem ser apresentadas individualmente em virtude do fato de que estas focam públicos distintos. A iniciativa “*Library Champions*” é destinada a promover o financiamento de outras campanhas, portanto é destinada investidores pessoais e corporativos que acreditam nas bibliotecas. A iniciativa “*I love libraries*” é mais destinada a uma defesa ativa das bibliotecas por parte tanto do pessoal do setor quanto do público em geral e as iniciativas “*Libraries Transform*” e “*Libraries = Strong Communities*” estão focadas no público geral, mas como forma de promoção do valor das bibliotecas.

No caso do Brasil, a campanha “*Eu Amo Biblioteca, Eu Quero*” objetiva a mobilização da sociedade a fim de mostrar que as bibliotecas não são apenas depósitos de livros, mas

espaços convidativos que, além de incentivar a leitura, oferecem uma agenda cultural variada com música, cinema, dança, arte, cursos, palestras, oficinas. E a campanha “Eu quero minha biblioteca” está relacionada à cobrança da efetivação do proposto na lei 12.244/10 que prevê que até 2020 todas as Instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão ter biblioteca. Em 2018 essa lei ainda não está nem próxima de ser plenamente atendida, por isso a campanha tem o objetivo de divulgar amplamente essas informações aos gestores públicos, aos candidatos às eleições municipais, em especial, aos dirigentes de ensino, aos professores, à sociedade civil e aos cidadãos brasileiros. Além do Brasil, também foram identificadas mais de uma iniciativa para Jamaica e a Nigéria. Para todos os demais países foi identificada apenas uma iniciativa.

5.2.4. Iniciativas políticas

Como a principal finalidade das iniciativas deste grupo era relacionada a dialogar com o governo buscando aumentar o espaço das bibliotecas nas agendas administrativas, todas as iniciativas mapeadas são de abrangência nacional. E, assim como as grupo anterior, nenhuma delas recebeu fomento dos programas globais. No Quadro 6 estão apresentados os países para os quais foram identificadas iniciativas políticas e os anos em que tais iniciativas ocorreram.

Quadro 6 - Iniciativas políticas identificadas.

Continente	País	Ano
ÁFRICA	África do Sul	2017
	Camarões	2017
	Congo	2017
	Madagascar	2017
	Suazilândia	2017
	Uganda	2017
	Namíbia	2017
	Zimbábue	2017
AMÉRICA	Brasil	2017
	Costa Rica	2017
	Jamaica	2017
	Guatemala	2017
ÁSIA	Bahrain	2017
	Vietnam	2017
EUROPA	Alemanha	2017
	França	2016
	Finlândia	2017
	Hungria	2017
	Polônia	2017
	Portugal	2017
	Ucrânia	2017
OCEANIA	Austrália	2015
	Austrália	2017

Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário*: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

De modo geral, as iniciativas políticas podem ser subdivididas em sete modalidades, cujas quantidades estão graficamente representadas no Gráfico 3. A maior quantidade é a das iniciativas que se deram por meio da realização de reuniões/encontros entre representantes do setor de bibliotecas com membros do governo. Na maioria dos casos, membros da presidência da associação nacional reuniram-se com ministros da cultura e educação a fim de dialogar sobre o posicionamento das bibliotecas nas agendas de seus ministérios.

Gráfico 3 - Tipos de iniciativas políticas.



Fonte: SANTOS, Elis Gabriela Copa dos. *Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Além do contato direto com membros do governo, houve também casos de contatos com possíveis *stakeholders* com a finalidade de buscar auxílio na intermediação entre as bibliotecas e o governo. Entre estes casos está a reunião com reitores de universidades na busca de parcerias para o fortalecimento da defesa pelas bibliotecas.

As associações nacionais de bibliotecas de Camarões, África do Sul e Bahrein planejaram e implementaram planos de *advocacy* para o campo das bibliotecas. França e Suazilândia criaram comissões destinadas a condução do *advocacy* pelas bibliotecas junto aos Governos. A Austrália desenvolveu um relatório para mostrar como as bibliotecas contribuem para a meta 5. "Igualdade de gênero" da Agenda 2030 e Jamaica embarcou uma petição nacional através do Gabinete do Primeiro Ministro para a inclusão do bibliotecário escolar como um influenciador no processo de desenvolvimento do Currículo Baseado em Padrões Nacionais.

Os destaques feitos aqui são para as iniciativas ocorridas na Alemanha, Finlândia, França, Hungria e Uganda.

Na Alemanha, foi desenvolvida uma campanha que focou os candidatos das Eleições Federais, com a finalidade de promover as bibliotecas e os ODS nas suas propostas políticas. A campanha conseguiu o apoio de todos os partidos políticos e desde então a associação nacional de bibliotecas vem monitorando continuamente os desenvolvimentos políticos na Alemanha no campo dos ODS.

A Associação Finlandesa de Bibliotecas, por meio de reuniões com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável e envolvimento em operações conjuntas com ONGs outras associações, conseguiu que, quando o Plano Nacional de Desenvolvimento para a implementação dos ODS para alcançar a Agenda 2030 da ONU da Finlândia foi implantado em 2017, as bibliotecas fossem reconhecidas como elementos para prevenção do discurso de ódio e racismo e promoção da inclusão social.

Na França, uma oficina de seminários regionais promovidos pela Associação Francesa de Bibliotecas, confirmou a necessidade de a associação iniciar uma reflexão e uma ação sustentável sobre o *advocacy*. Assim, foi criada em 2016 uma comissão destinada à realização de um estudo sobre o impacto econômico e social das bibliotecas francesas, encomendado pelo Ministério da Cultura e Comunicação; além de coordenar um arquivo de *advocacy* para a revista *Bibliothèque*, publicado em dezembro de 2016. A comissão também criou um grupo de trabalho, em parceria com outras associações profissionais e instituições nacionais, em torno da Agenda 2030 das Nações Unidas para promover o papel das bibliotecas nos ODS. Em Suazilândia também foi identificada uma iniciativa similar com a criação de um comitê convocado para trabalhar em *advocacy* que tem realizado reuniões de acompanhamento onde são discutidas metas e objetivos de *advocacy*, além do desenvolvimento de um plano de trabalho de defesa de direitos e de comunicação.

A presidência da Associação de Bibliotecas da Hungria realizou reuniões com o Ministério de Recursos Humanos e enviou cartas ao vice-primeiro-ministro e ao ministro de Recursos Humanos para aumentar a conscientização sobre as bibliotecas na realização dos ODS. Assim, conseguiram que as bibliotecas foram incluídas no quadro de estratégias do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Mas o destaque principal é para Uganda, a presidência da associação nacional de bibliotecas, junto com a direção da Biblioteca Nacional teve uma reunião com o presidente do subcomitê de *advocacy* da Agenda 2030 no país, na qual foi acordada a inclusão do Diretor da

Biblioteca Nacional na subcomissão com a finalidade de melhor posicionamento do setor bibliotecário nas iniciativas da comissão.

Essas iniciativas mostram que com planejamento e estratégias, as bibliotecas têm grandes possibilidades de destaque, pois são instituições fundamentais no desenvolvimento de qualquer nação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observou, os projetos globais vêm beneficiando, sobretudo, os países em desenvolvimento, uma vez que mais de 80% de todas as iniciativas financiadas por eles estão em regiões menos desenvolvidas. O que faz sentido quando se percebe que esses países ainda se encontram em fase de estruturação de suas representações políticas, como as associações nacionais de bibliotecas e formando seus bibliotecários para o *advocacy* pelas bibliotecas. Por isso é que a maioria dos projetos ainda se foca em ações de formação do profissional bibliotecário. Isto pode levar a um estudo futuro sobre o curriculum profissional, embasado pela questão: Será que estamos formando profissionais capazes de atuar de maneira mais proativa, com formação para *advocacy* e para políticas públicas?

Embora as iniciativas políticas encontradas sejam poucas, mostram um passo importante para a área, especialmente para os países que já estão realizando este tipo de iniciativa, onde fica mais evidente que estão já em estágio mais avançado com relação aos esforços de *advocacy* pelas bibliotecas.

As vias para a defesa das bibliotecas são inúmeras, podendo acontecer por meio de divulgação de base, publicidade, relações públicas, *marketing*, *branding* ou até mesmo *lobbying*. Como pode ser comprovado no mapeamento das iniciativas aqui apresentados.

Pode ocorrer em qualquer comunidade, grande ou pequena e em qualquer nível: municipal, estadual, regional, nacional e até internacional. Toda pessoa da equipe da biblioteca e apoiadora da biblioteca pode e deve estar envolvida na defesa das bibliotecas, tornando esta uma parte do seu trabalho diário, uma vez que o *advocacy* ajuda a biblioteca a obter os recursos e o suporte necessários para fornecer serviços que melhorem as vidas das pessoas em uma comunidade, evita cortes orçamentários, ajuda superar desafios específicos, ou simplesmente evita o fechamento de bibliotecas. Da mesma maneira que pode resultar na abertura de novas. E, portanto, “qualquer atividade que possa ajudar a mudar o coração e a mente de um tomador de decisões que se deseja influenciar e mobilizar para agir em apoio à biblioteca” pode ser considerada uma ação de *advocacy*, mesmo que não leve esse nome daquele dado contexto.

É preciso considerar que grande parte da literatura sobre o *Advocacy* Bibliotecário foi concebida num contexto sócio-político totalmente diferente do nosso, mas ainda assim muito se fala sobre a necessidade da difusão de consciência sobre a importância das bibliotecas para a sociedade e de como estas podem ser espaços de convivência e transformação social. A criação dessa consciência tanto pela sociedade civil quanto pelo governo é essencial em nosso

contexto também e deve, sem dúvida, partir inicialmente dos bibliotecários, atingindo inicialmente os usuários já cativos das bibliotecas, pois mesmo neles essa ideia pode ainda não ser tão clara, até espalhar-se plenamente. A responsabilidade sobre bibliotecas no Brasil recai aos três níveis de poder e isso deve ser considerado. Mas a realidade mais comum é a de Bibliotecas Públicas Municipais. Assim, é necessário considerar que propostas de orçamento ou projetos de implementação de políticas públicas serão discutidos pelas câmaras de vereadores e prefeituras e, em alguns casos, pela Câmara dos Deputados estaduais ou governo do estado. Assim, de modo quase geral, o público-alvo dos planos de *advocacy* no Brasil será vereadores e prefeitos, políticos com quem inclusive o bibliotecário terá mais chances de contato devido à maior proximidade, além é claro dos residentes dos bairros onde as bibliotecas estão localizadas.

Outro ponto é nem sempre o bibliotecário mora na mesma comunidade onde atua, por isso não desenvolve vínculos com a comunidade, contudo isso é primordial. Um bibliotecário que more numa região mais central e trabalhe numa região periférica precisa entender as necessidades daquela comunidade para poder apoiar o oferecimento de serviços condizentes com a realidade local.

Acredito que considerando o cenário brasileiro, o *advocacy* seja possível, mas deve compreender um estágio anterior ao proposto nos programas analisados. Antes de desenvolver planos focados em gestores públicos, é essencial fazer crescer na população o valor da biblioteca e na própria comunidade bibliotecária o valor de seu trabalho. Antes mesmo de defender as bibliotecas para o governo e para a sociedade, é necessário desenvolver amplamente no bibliotecário brasileiro a consciência de que enquanto profissionais responsáveis pela informação, somos líderes. Enquanto mediadores da informação, somos formadores de opinião. E isso é muito sério e muito importante.

Do ponto de vista da estrutura da sociedade, Brasil e EUA têm grandes similaridades, considerando que adotam o mesmo regime presidencialista de governo e tem o poder dividido em esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário) que se estendem nos níveis municipais, estaduais e federal. Contudo apenas isso não garante que a condução do *advocacy* aqui vá ser tão sadia quanto lá. Existem diferenças cruciais entre os cenários que precisam ser consideradas e trabalhadas, entre as quais a mais fundamental é a criação do espírito de defesa das bibliotecas nos próprios bibliotecários brasileiros, que muitas vezes não enxergam eles próprios o potencial transformador que suas bibliotecas têm.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a condução de iniciativas de *advocacy* pelas bibliotecas no Brasil, reunindo exemplos do que tem sido feito ao redor do mundo e

apontando alternativas. Como caminho futuro para a pesquisadora, está a possibilidade da realização de pesquisa de doutorado que proponha a realização efetiva de uma iniciativa de *advocacy* que integre os conhecimentos obtidos com a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **About ALA**. 2017a. Disponível em: <<http://www.ala.org/aboutala/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **ALA Divisions**. 2017b. Disponível em: <<http://www.ala.org/aboutala/divs>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Office For Library Advocacy. **Manual das pessoas que advogam pela Biblioteca**. Chicago, 2008. 42 p. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Disponível em: <http://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org/aboutala/files/content/AdvocacyALA_Handbook_versaofinal_abril.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Turning the Page: Supporting Libraries, Strengthening Communities**. 2014. Disponível em: <<https://www.publiclibraryadvocacy.org/>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

ANDREWS, Keneth; EDWARDS, Bob. Advocacy Organizations in the U.S. Political Process. **Annual Review of Sociology**. v. 30, p.479-506, 2004. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/6995/8c75c1ba6ed671bbd0379d30092109e991ca.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, mai./ago.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200003>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BILL & MELINDA GATES FOUNDATION (BMGF). **Global Libraries Advocacy Guide**. Seattle, Washington, 2011. 38 p. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=!AE7zcm5eCCcPauk&cid=69D9A1EBADFCA884&id=69D9A1EBADFCA884!321&parId=69D9A1EBADFCA884!118&o=OneUp>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 v. Vários Colaboradores.

BRELÁZ, G. Advocacy das organizações da sociedade civil: principais descobertas de um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. In: **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AnPAD, 2007. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1916.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000. 288 p.

COTTRILL, Julia et al. From impact to advocacy: working together toward public library sustainability. **Performance Measurement And Metrics**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.159-176, 13 jul. 2015. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/pmm-04-2015-0008>. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/PM-04-2015-0008>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramaZero** - Revista de Informação - v.16, n.2, abr. 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/repositorio/2017/07/pdf_de82b37ee7_0000023441.pdf> .

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **BIBLIOS**. 2003, v.4, n.15. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/161/16101507/>.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o Papel Educacional das Bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/en.php>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p.165-185, nov. 2003. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/1369850836/fulltextPDF/82524DD541464CA6PQ/1?accountid=8112>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

IFLA. UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 27 fev. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). **About IFLA**. 2017a. Disponível em: <<https://www.ifla.org/about/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). **Activities and Groups**. 2017b. Disponível em: <<https://www.ifla.org/activities-and-groups>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). **Library Development Programme (LDP)**. 2017c. Disponível em: <<https://www.ifla.org/ldp>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). **Toolkit: Libraries, Development and the United Nations 2030 Agenda**, 2017d. 26 p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/10156>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Diversidade cultural e política de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.60-69, jan./dez.2009. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/148/155>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LAMAS, Thaís de Almeida. As dimensões políticas da Biblioteconomia no Brasil. In: SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. Marília: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (abecin), 2018. p. 23-54. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Spudeit_et_al.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Prefácio. In: SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. Marília: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (abecin), 2018. p. 15-20. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Spudeit_et_al.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos Teóricos e visão estratégica do Advocacy. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 8, n. 2, p. 207, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936/11202>>. Acesso em: 26 maio 2017.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: Unesco/IBICT, 2007. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/793/1/informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011. 332 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1062/2/informacao_conhecimento_e_poder.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 1978, vol. 6, n. 1, pp. 69-75. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5549/>>. Acesso em: 15 jul. 2017

MIRANDA, Silvânia Vieira. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p.99-114, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p.112-122, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004. 263 p.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **On arches and stones, places and experiments: Public libraries and democratic society**. *Transinformação*[online]. 2017, vol.29, n.2, pp.203-210. ISSN 2318-0889. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892017000200007>.

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar nosso mundo**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 12 jul.2016.

PÉREZ-SALMERÓN, Glòria et al (Org.). **Making Change Happen: Leaders for a United Library Field**. Chicago: Avenir Publishing, 2018. 105 p. Disponível em: <<https://gloriaperezsalmeron.org/en/making-change-happen-leaders-for-a-united-library-field-ebook-launch/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo : Publifolha, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. 128 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/11259556/Políticas_Publicas_-_Maria_das_Gra%C3%A7as_Rua>. Acesso em: 07 jul. 2016.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, Christopher M.. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. Colorado: Westview Press, 2007. Cap. 7. p. 189-220. Disponível em: <<http://ruby.fgcu.edu/courses/twimberley/EVR2861/theorypolprocess.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SABATIER, P. A.. An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy Oriented Learning Therein. **Policy Sciences**, v.21, 1988. p.129-168. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2FBF00136406.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

SANTOS, Marcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblios**, [S.l.], n. 45, p. 28-39, dec. 2011. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/26/75>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SAWAYA, Janet et al. **Building library staff capacity to advocate successfully leads to sustainable libraries**. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: 75TH IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 2009, Milão. 17 p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/past-wlic/2009/162-sawaya-en.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SILVA, Viviane Regina da. Policy advocacy: contribuições para a construção de um conceito a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista da Esmesc**, [s.l.], v. 24, n. 30, p.395-417, 14 dez. 2017. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/176/149>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 19, n. , p.129-150, dez. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2283>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SOARES, Paola Andreza Avila. **Es, Paola Andreza Avila A Atuação do Bibliotecário Sob a Perspectiva Library Advocacy**. 2016. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/157368>>. Acesso em: 26 maio 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p.20-45, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SPUDEIT, Daniela et al. Apresentação. In: SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. Marília: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (abecin), 2018. p. 11-14. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Spudeit_et_al.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

UNIVERSITY OF ILLINOIS. Turning the Page Strengthening Innovative Library Leaders. 2016. Disponível em: <<https://www.library.illinois.edu/mortenson-leadership/#/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A importância da atuação política do profissional da informação. In: SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. Marília: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (abecin), 2018. p. 55-74. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Spudeit_et_al.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

APÊNDICE A - Lista das atividades identificadas no mapeamento

● Iniciativas de Estruturação

País	Botswana
Instituição	Associação de Bibliotecas de Botswana
Descrição	Aumentar a visibilidade da associação entre seus principais interessados, trabalhando para um comitê executivo mais engajado e ativo, de modo a identificar um papel da Associação de Bibliotecas de Botswana na defesa de bibliotecas na sociedade e na comunidade como parte da nova Lei da Biblioteca Nacional e da estratégia da Visão Nacional.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA
País	Camarões
Instituição	Associação de Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museógrafos de Camarões
Descrição	Reestruturar a associação, colocando em prática os componentes fundamentais de uma associação para oferecer oportunidades de envolvimento, reestabelecendo-a como uma associação nacional coerente e transparente e desenvolver um Código de Ética. E assim tornar a associação restabelecida visível e ter uma palavra a dizer no desenvolvimento de políticas do Ministério de Artes e Cultura e do Ministério da Educação em bibliotecas e desenvolver uma diretoria com as habilidades básicas necessárias para gerenciar as finanças, a governança e a associação de novos filiados.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA
País	Líbano
Instituição	Associação Libanense de Bibliotecas
Descrição	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governança e estrutura: Revisar os estatutos, realizar o planejamento estratégico para reestruturar a associação; 2. Envolvimento dos membros: Criar comitês para fornecer maneiras para que mais membros sejam envolvidos na associação, recrutar novos membros; 3. Comunicação: Melhorar as comunicações com membros e membros em potencial; 4. Advocacy: Promover a profissão e começar a elevar o status dos bibliotecários dentro das instituições.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA
País	Lituânia
Instituição	Associação de Bibliotecários Lituanos
Descrição	<ol style="list-style-type: none"> 1. Afiliação e comunicação: Criar uma estratégia, incentivar novos profissionais a se associarem à associação e desenvolver novos líderes. Fortalecer a comunicação com membros e membros em potencial, incluindo novas tecnologias; 2. Parcerias e colaboração: Fortalecer unidades menores e ampliar a inclusão das regiões, incentivar a participação ativa e criar novas parcerias; 3. Advocacy e angariação de fundos: Melhorar a visibilidade da associação na sociedade e na agenda nacional, desenvolver novas fontes de financiamento.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA

País	Peru
Instituição	Colégio de Bibliotecários do Peru
Descrição	1. Inclusão: Coordenar as atividades do Colégio com outras associações de bibliotecas no Peru para ser mais inclusivo; 2. Profissão e advocacy: encorajar a profissionalização dos bibliotecários e promover o valor dos bibliotecários profissionais; 3. Afiliação: Aumentar a participação, especialmente os membros ativos. Encorajar novos e mais jovens profissionais a aderirem ao Colégio.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA

País	Ucrânia
Instituição	Associação Ucrâniana de Bibliotecas
Descrição	1. Governança e captação de recursos: capacitar as pessoas para levar adiante a agenda da associação para melhorar as habilidades de comunicação, colaboração, planejamento e finanças dos membros do conselho e chefes regionais; 2. Estratégia, associação e conscientização: Melhorar a visão da associação e comunicar isso aos membros, não-membros e parceiros; 3. Advocacy: Posicionar a associação como uma organização chave para representar bibliotecas para governos nacionais e locais em questões de status de bibliotecário e financiamento de bibliotecas.
Período	2010-2012
Fomento	BSLA

País	Botswana
Instituição	Associação de Bibliotecas de Botswana
Título	Botswana: Reestruturação da governança e benchmarking regional
Descrição	O projeto visa uma reestruturação governamental, com a finalidade da elaboração de um estatuto para o reconhecimento da Associação de Bibliotecas de Botswana pelo parlamento, visando o aumento da conscientização sobre o BLA e melhorar a liderança e a sustentabilidade.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Suazilândia
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação da Suazilândia
Título	Workshop de Planejamento Estratégico para a Associação de Bibliotecas da Suazilândia
Descrição	Formulação de uma visão e missão para a Associação e estabelecimento de iniciativas estratégicas e planos de ação em preparação para a "Conferência Permanente da Associação de Bibliotecas Africanas da África Oriental, Central e Austral" de 2016.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Uganda
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação do Uganda
Título	Campanha de associação e manutenção de associados da Associação de Biblioteca e Informação do Uganda
Descrição	Revisão constitucional e desenvolvimento de estatutos para a melhoria da governança e desempenho gerencial da associação.
Ano	2015
Fomento	BSLA
País	Zâmbia
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação da Zâmbia
Título	Advocacy e planeamento estratégico
Descrição	Desenvolvimento de um plano estratégico que ajudou a associação a melhorar as políticas nacionais que afetam as bibliotecas e promovam padrões profissionais nas bibliotecas zambianas, criando diretrizes padrão para que todas as bibliotecas trabalhem em paralelo com a entrega de serviços.
Ano	2015
Fomento	BSLA
País	Zimbábue
Instituição	Associação de Bibliotecas do Zimbábue
Título	Workshop de Planejamento Estratégico para a Associação de Bibliotecas do Zimbábue
Descrição	Criar uma nova visão, missão e valores para a associação, além de melhorar o planejamento estratégico através da formação de iniciativas e planos de ação com metas alcançáveis.
Ano	2014
Fomento	BSLA
País	El Salvador
Instituição	Associação Nacional de Bibliotecas de El Salvador
Título	Revitalizando a Associação Nacional de Bibliotecas de El Salvador
Descrição	Capacitação de 20 membros-chave que encorajaram a nova imagem da associação entre a comunidade bibliotecária de El Salvador.
Ano	2014
Fomento	BSLA
País	Indonésia
Instituição	Associação de Profissionais de Informação Escolar da Indonésia
Descrição	Construção de uma associação de bibliotecas mais forte na Indonésia e desenvolver um plano estratégico para capacitação, reforçando a associação como uma organização profissional através do desenvolvimento do seu planeamento estratégico nas províncias indonésias, desenvolvendo um plano estratégico para capacitação.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Mianmar
Instituição	Associação de Bibliotecas de Mianmar
Título	Simpósio de Informação de Mianmar
Descrição	Desenvolver o papel da associação, governança; fortalecer a colaboração e coordenação de profissionais da biblioteca na coordenação de projetos em suas regiões.
Ano	2016
Fomento	BSLA
País	Colômbia
Instituição	Colégio Colombiano de Biblioteconomia
Título	Plano de ação para aumentar a adesão e pessoas do setor profissional de biblioteconomia no país.
Descrição	Estabelecimento de um plano de ação para uma forte participação da Colômbia no WLIC 2016 em Columbus, além da criação uma estratégia para a sustentabilidade a longo prazo da associação com aumento da conscientização dos membros ativos e promoção de uma nova imagem.
Ano	2014
Fomento	BSLA
País	Madagascar
Instituição	Comitê para a Proteção da Integridade / Biblioteca Universitária de Antananarivo / Centro de Informação e Documentação Científica e Técnica
Título	Apoio à promoção do acesso à informação e à profissão bibliotecária em Madagascar
Descrição	O projeto pretendia promover a transparência e o acesso à informação, bem como os centros de documentação do país, além de formar uma nova Associação Nacional de Bibliotecas em Madagascar. Os trabalhos realizados foram: Workshops sobre transparência e associações de bibliotecários usando materiais de treinamento da IFLA; Assembleia Geral para formar a nova Associação Nacional; Conferência de imprensa; Comunicação a nível nacional para alcançar bibliotecários que não estão em Antananarivo.
Ano	2012
Fomento	LDP
País	Austrália
Instituição	Associação Australiana de Informação e Biblioteca
Descrição	Em 2017, a Associação acrescentou os ODS à sua constituição. A ALIA submeteu esta mudança para ser votada por seus membros nas Assembleias Gerais Anuais. Os membros da ALIA votaram para incluí-lo, dando o tom para o futuro compromisso da ALIA em promover o papel das bibliotecas australianas na Agenda 2030 da ONU.
Ano	2017
Fomento	Sem fomento

País	Polônia
Instituição	Associação Polonesa de Bibliotecas
Descrição	A implementação do plano de advocacy foi endossada pelo Conselho Diretor do PLA e incluída no programa do PLA para 2017. Em outubro de 2017, o novo Presidente e o Conselho de Administração do PLA foram eleitos e as atividades de defesa da biblioteca foram incluídas no programa de PLA para os próximos anos.
Ano	2017

Países	Micronésia, Guam, Ilhas Marshall e Palau
Instituição	Associação de Bibliotecas, Arquivos e Museus das Ilhas do Pacífico
Título	Plano Estratégico 2016-2019
Descrição	Elaboração de um plano estratégico de três anos e estabelecimento de comitês para planejar e implementar projetos para a associação com a finalidade da construção de uma associação de bibliotecas mais forte desenvolvendo uma parceria com outras associações locais.
Ano	2014
Fomento	BSLA

● Iniciativas de Formação

País	Camarões, Gabão, República Democrática do Congo, Chade, Senegal, Costa do Marfim, Burkina Faso, Benim, Mali, Madagáscar
Instituição	Associação de Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museógrafos de Camarões
Descrição	Capacitação e treinamento de advocacy e marketing, com a finalidade de estabelecer redes e formar parcerias estratégicas.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Zimbabwe
Instituição	Associação de Bibliotecas do Zimbábue
Título	Workshop de <i>Advocacy</i>
Descrição	Melhorar as habilidades de <i>advocacy</i> e se envolver com os formuladores de políticas e aumentar a conscientização sobre as políticas que afetam os serviços de informações da biblioteca, buscando rever e incluir bibliotecas e acesso à informação para todos em versão preliminar da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Peru
Instituição	Colégio de Bibliotecários do Peru
Descrição	Promoção de boas práticas bibliotecárias, entendendo e promovendo competências necessárias para promoção de alianças que promovam a cooperação entre bibliotecas e profissionais, instituições e governos.
Ano	2015
Fomento	BSLA

País	Brunei
Instituição	Associação de Bibliotecas Brunei
Título	Oficinas de Liderança e Advocacy para promissores jovens líderes
Descrição	Promoção de habilidades e estratégias de advocacy para que os representantes de associações de bibliotecas nacionais possam se engajar em questões de políticas nacionais que afetem as bibliotecas.
Ano	2015
Fomento	BSLA
País	Sri Lanka
Instituição	Associação de Bibliotecas do Sri Lanka
Descrição	Estabelecimento e promoção da cultura de Ética Profissional entre os Profissionais de Biblioteconomia e Informação no Sri Lanka, além da revisão do código de ética existente.
Ano	2016
Fomento	BSLA
País	Filipinas
Instituição	Associação Filipina de Bibliotecas
Descrição	Compreender e harmonizar as práticas de biblioteconomia na região e identificar áreas mútuas para colaboração potencial.
Ano	2014
Fomento	BSLA
Link	https://www.ifla.org/node/9912
País	Colômbia
Instituição	Grupo de Unidades de Informação da Região Central em Saúde
Descrição	O objetivo do projeto era fortalecer as habilidades dos bibliotecários colombianos para melhorar o trabalho das associações e a gestão de redes e associações de bibliotecas no país.
Ano	2017
Fomento	BSLA
Link	https://www.ifla.org/node/25585?og=28
País	Nepal
Instituição	Associação de Bibliotecas do Nepal
Descrição	Desenvolver a capacidade de organização da associação e melhorar o conhecimento e a habilidade de seus membros (bibliotecários) e associações de bibliotecas distritais do país. Objetivos específicos do projeto foram: Coordenar e colaborar com bibliotecas (associações de bibliotecas) do Nepal. Fortalecer os membros da associação de bibliotecas e desenvolver seus conhecimentos e habilidades. Fornecer acesso equitativo aos serviços de informação, de acordo com os princípios da BSLA.
Ano	2017
Fomento	BSLA
Link	https://www.ifla.org/node/60770?og=28

País	Vietnam
Instituição	Associação Vietnamita de Bibliotecas
Título	Desenvolvimento de Liderança para Membros do Conselho Executivo e Líderes Aspirantes da Associação de Bibliotecas Vietnamitas
Descrição	Fortalecer a capacidade estratégica da Associação de Bibliotecas do Vietnã, fornecendo aos seus membros executivos e promissores bibliotecários em meio de carreira habilidades de liderança, preparando 20 formadores em liderança através do workshop Train of the Trainers (ToT); além de melhorar a compreensão da IFLA, seus papéis, programas e atividades.
Ano	2012
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/news/project-report-leadership-development-for-executive-board-members-and-aspiring-leaders-of
País	Bulgária
Instituição	Associação Búlgara de Informação e Bibliotecas
Título	Liderança para bibliotecas públicas municipais
Descrição	Preparar 12 treinadores em liderança através do workshop Train of Trainers e assim realizar uma oficina piloto para líderes de bibliotecas públicas municipais pelos treinadores treinados.
Ano	2011
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5599
País	Palestina
Instituição	Centro de Pesquisa Aplicada em Educação
Título	Treinamento em habilidades bibliotecárias para bibliotecários de escolas palestinas
Descrição	Workshops de formação em competências de biblioteca para diretores de escolas, a ser transmitida em cascata aos professores através de uma abordagem de formação de formadores. Além da promoção da cooperação entre profissionais palestinos e a comunidade profissional regional e internacional em geral, com o objetivo de construir uma cooperação mútua com grupos profissionais que lidam com questões de alfabetização informacional e educação na perspectiva da biblioteconomia e da educação. Bem como a criação e revisão de um currículo para a formação de bibliotecários de professores em outros países do mundo árabe, que atualmente são incapazes de fornecer treinamento adequado para a escola ou o bibliotecário de professores.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5323

País	Cazaquistão
Instituição	Associação de Bibliotecas da República do Cazaquistão
Descrição	Organização de um workshop para treinar bibliotecários e profissionais da informação em habilidades básicas de gerenciamento de associações a serem usadas em benefício do fortalecimento de associações de bibliotecas no Cazaquistão. Foi preparado um manual de treinamento e um método em cascata para continuar os workshops e atividades no Cazaquistão.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5601

País	Samoa
Instituição	Associação de Bibliotecas de Samoa
Título	Capacitação para Treinamento para Associações de Bibliotecas Pequenas no Pacífico Sul
Descrição	O projeto tinha por finalidade desenvolver a capacidade técnica e profissional dos membros da Associação para alcançar as habilidades apropriadas e a consciência atual de novas idéias em bibliotecas e gerenciamento de informações para seus membros através de dois workshops em 2011, além de aumentar a consciência e apreciação do povo samoano das importantes funções das bibliotecas e bibliotecários na sociedade civil moderna através de um workshop para os membros e atividades da associação.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5602

País	Sérvia
Instituição	Associação Sérvia de Bibliotecas
Título	Workshops de Transparência, Boa Governança e Liberdade de Corrupção
Descrição	Foram realizados workshops para aumentar a conscientização sobre o problema da corrupção promovendo e proporcionando livre acesso à informação e à liberdade de expressão entre a comunidade bibliotecária da Sérvia, bem como apoiar os profissionais no combate à corrupção no país e ampliar a rede de ativistas, buscando a participação de novos especialistas e profissionais, e contatando agências relevantes para o estabelecimento de parcerias oficiais.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5603

País	Peru
Instituição	Instituto Cultural Peruano Norteamericano
Título	“Train the Trainer” Workshop sobre Alfabetização Informacional para Bibliotecários Públicos.
Ano	2012
Fomento	BSLA

País	Croácia
Instituição	Associação Croata de Bibliotecas
Título	"Cooperação regional: desafios e oportunidades"
Descrição	O projeto visava continuar a implementação de novas políticas e actividades e fomentar a colaboração e ligação em rede de profissionais de bibliotecas na região do Sudeste da Europa, especialmente na liderança de bibliotecas, angariação de fundos e advocacy.
Ano	2012
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/news/project-report-regional-cooperation-in-south-east-europe-challenge-and-opportunity-croatian
País	Bangladesh
Instituição	Universidade East West, Dhaka
Título	Workshop sobre Alfabetização em Informação em Saúde
Ano	2011
Fomento	LDP
País	Uruguai
Instituição	Associação de Bibliotecários do Uruguai
Título	Workshop sobre Manifesto da Internet
Ano	2011
Fomento	LDP
País proponente	África do Sul
Países participantes	Diversos - Região da África francófona
Instituição	Escritório Regional da IFLA para África na África do Sul
Título	Seminário "Capacitação nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a África Francófona"
Descrição	Realizar um terceiro Seminário de Acompanhamento para treinar as pessoas capacitadas na África francófona, para que possam posteriormente facilitar o desenvolvimento de capacidades em seminários sobre ODMs em outros países africanos de língua francesa.
Ano	2011
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5598

País proponente	Mali
Países participantes	Países Francófonos da África Ocidental
Instituição	Direção Nacional de Bibliotecas e Documentação / Biblioteca Nacional
Título	Workshop Internacional sobre o Desenvolvimento e Implementação de Bibliografias Nacionais On-line na África Ocidental de Língua Francesa
Descrição	Um workshop de cinco dias com a finalidade de apresentar o estado da arte da legislação e regras sobre depósito legal nos países participantes, trazer as especificidades africanas e sugerir melhorias, além de definir uma estratégia de coleta para referências a documentos não cobertos por depósito legal ou para os quais o depósito legal não foi realizado.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5378
País proponente	Lesoto
Países participantes	Suazilândia, Lesoto e Botsuana
Instituição	Universidade Nacional do Lesoto /Associações nacionais de bibliotecas de Botsuana, Lesoto e Suazilândia
Título	Formação de formadores em literacia da informação: uma proposta para formar bibliotecários no Botsuana, Lesoto e Suazilândia
Descrição	Workshop destinado a capacitar bibliotecários em Botsuana, Lesoto e Suazilândia em habilidades de alfabetização informacional. Os resultados do workshop serão distribuídos em cascata pelos três países, utilizando uma abordagem de formação de formadores. As três associações selecionarão bibliotecários para participarem do projeto em colaboração com as associações de bibliotecas nacionais de cada país.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5604
Países participantes	Argélia, Gana, Quênia, Malawi, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia
Instituição	Associações Africanas de Bibliotecas e Informação e Instituições
Título	Young African Library Innovators (YALI)
Descrição	Capacitar bibliotecários públicos africanos jovens e avançados com potencial de liderança para abraçar, definir e realizar expectativas ambiciosas para serviços de biblioteca inovadores que contribuam para o desenvolvimento sustentável, para dar-lhes confiança e visão para continuar a transformação dos serviços da biblioteca e garantir que as bibliotecas em toda a África estão em constante evolução para atender às necessidades individuais e da comunidade em um ambiente em rápida mutação.
Ano	2016
Fomento	Global Libraries
Link	http://aflia.net/web/pages/iyali

Países participantes	Diversos
Instituição	Associações Africanas de Bibliotecas e Informação e Instituições
Título	Academia de Liderança da AFLIA
Descrição	Faz parte de uma série de programas desenvolvidos pela AFLIA e seus parceiros para fortalecer o campo da biblioteca pública através do desenvolvimento de líderes inovadores, bem conectados e em rede, prontos para levar adiante o campo das bibliotecas públicas para a transformação das comunidades africanas.
Ano	2016
Fomento	Global Libraries
Link	http://aflia.net/web/pages/aflia-leadership-academy
Países participantes	Diversos
Instituição	Associações Africanas de Bibliotecas e Informação e Instituições
Título	INELI SUB-SAHARAN AFRICA
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	2016
Fomento	Global Libraries
Link	http://aflia.net/web/pages/ineli
País proponente	Austrália
Países participantes	Austrália, New Zealand, Fiji, Papua New Guinea e Vanuatu
Instituição	Associação Australiana de Biblioteca e Informações
Título	INELI OCEANIA
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	2014
Fomento	Global Libraries
Link	http://www.inelioceania.net
País proponente	Grécia
Países participantes	Austrália, New Zealand, Fiji, Papua New Guinea e Vanuatu
Instituição	Associação Australiana de Biblioteca e Informações
Título	INELI BALKANS
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a

colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.

Ano	2011
Fomento	Global Libraries
Link	http://www.futurelibrary.gr/en/ineli-balkans/
Países participantes	Diversos
Instituição	Associação Australiana de Biblioteca e Informações
Título	INELI MENA
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	2011
Fomento	Global Libraries
Link	http://ineli-mena.org/#
País proponente	Filipinas
Países participantes	Filipinas, Vietnã, Malásia, Singapura, Tailândia, Indonésia, Brunei e Mianmar
Título	INELI ASEAN
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	2011
Fomento	Global Libraries
Link	http://ineli-asean.org/
País proponente	Índia
Países participantes	Afganistão, Butão, Bangladesh, Índia, Nepal, Myanmar, Maldivas, Paquistão, Sri Lanka
Título	INELI INDIA
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	2015
Fomento	Global Libraries
Link	http://www.ineliindia.org

Países participantes	Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México e Paraguai, Espanha e Portugal.
Título	INELI IBEROAMERICANO
Descrição	Criação de uma rede regional de líderes de bibliotecas emergentes que fomenta a colaboração e parcerias entre as partes interessadas na região e pilotar uma adaptação regional do modelo do programa GL INELI.
Ano	201
Fomento	Global Libraries
Link	https://bibliotecariosinnovadores.com/
País	Canadá
Instituição	Associação Canadense de Bibliotecas
Título	Library Advocacy Now!
Descrição	Uma adaptação de seis semanas de um programa eletivo de 12 semanas, Advocacy e Library Issues, ministrado no programa de Mestrado em Informações do iSchool da Universidade de Toronto.
Ano	2011
Fomento	Sem fomento
Link	http://cla.ca/wp-content/uploads/LibraryAdvocacyNow.pdf
País	Estados Unidos
Instituição	Associação Americana de Bibliotecas
Título	Turning the Page: Supporting Libraries, Strengthening Communities!
Descrição	Pacote de treinamento completo online para que os participantes possam desenvolver um plano de advocacy para sua biblioteca em tempo real.
Ano	2011
Fomento	Sem fomento
Link	https://www.publiclibraryadvocacy.org/
País	Rússia
Instituição	Associação Russa de Bibliotecas
Título	Desenvolvendo Relacionamentos Estratégicos: Parcerias e Captação de Recursos
Descrição	Foi realizado um workshop com o tema: “Desenvolver Relacionamentos Estratégicos”. O workshop que utilizou os materiais do BSLA e objetivou a melhoria das habilidades profissionais e a desenvolver e manter parcerias estratégicas.
Ano	2010
Fomento	LDP
Link	https://www.ifla.org/node/5230

País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Advocacy University
Descrição	Portal online com diversos conteúdos de formação ligados ao advocacy para bibliotecas.
Ano	2013
Link	http://www.ala.org/advocacy/advocacy-university

País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	National Library Legislative Day
Descrição	Evento educacional de dois dias que leva centenas de bibliotecários, administradores, apoiadores de bibliotecas e patrocinadores a Washington, DC. Os participantes passam um dia aprendendo sobre táticas eficazes de advocacy e pressionando questões legislativas federais que estão impactando as bibliotecas. No segundo dia, eles se juntam aos participantes de seu estado para se reunir com seus membros do Congresso e obter apoio para questões e políticas da biblioteca. Aberto ao público, o evento também oferece aos participantes a oportunidade de participar de uma recepção no Capitólio.
Link	http://www.ala.org/advocacy/advleg/nlld

País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Advocacy Bootcamp
Descrição	Um esforço conjunto do Escritório de Advocacy e do Escritório de Liberdade Intelectual da ALA, cuja finalidade é preparar os participantes para defender as bibliotecas como blocos de construção fundamentais para a democracia.
Ano	2016
Link	http://www.ala.org/advocacy/advocacy-bootcamp

País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Chapter Advocacy Exchange
Descrição	Uma série de webinars que abordam questões atuais e oferecem uma oportunidade para os líderes bibliotecários mostrarem as melhores práticas, compartilharem ideias, fazerem perguntas e aprenderem sobre os recursos do ALA.
Ano	2016
Link	http://www.ala.org/advocacy/chapter-advocacy-exchange

País	África do Sul
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação da África do Sul
Descrição	Foi identificado que a Associação tem realizado várias atividades de formação e mais de 3000 bibliotecários em diferentes províncias foram treinados.
Ano	2017
País	Alemanha
Instituição	Associação Alemã de Bibliotecas
Descrição	Foi identificado que a Associação tem realizado várias atividades de formação e mais de 3000 bibliotecários em diferentes províncias foram treinados.
Ano	2017
País	Argélia
Instituição	Associação Argelina de Biblioteconomia e Informação
Descrição	Após participar do workshop do IAP, o grupo de participantes realizou um segundo workshop na cidade de Aflo, no estado de Laghouat. O evento foi organizado pela Biblioteca Principal de Leitura Pública do Estado de Laghouat e pela Associação Argelina de Biblioteconomia e Informação. 12 bibliotecários participaram do workshop, conscientizando-os sobre a Agenda 2030 da ONU e o papel que as bibliotecas desempenham na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de aprender como construir um plano de defesa de direitos.
Ano	2017
País	Brasil
Instituição	Federação Brasileira de Bibliotecas
Descrição	O 27º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2017 (CBBDD) teve como tema: "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações: como bibliotecas podemos contribuir para a implementação da Agenda 2030 da ONU". O evento aconteceu em Fortaleza, de 17 a 20 de outubro de 2017. Além disso, durante o 10º Seminário Internacional de Bibliotecas Comunitárias e Públicas "Biblioteca Viva", a presidente da FEBAB fez uma apresentação sobre: "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: bibliotecas e a Agenda 2030 da ONU".
Ano	2017
País	Bahrein
Instituição	Associação de Bibliotecas do Bahrein
Descrição	Em abril de 2017, foi realizado um workshop para os membros do conselho da Associação de Bibliotecas do Bahrein (BLA) na Biblioteca Nacional do Bahrein. O workshop abordou a Agenda 2030 da ONU, o papel que as bibliotecas desempenham no apoio aos ODS e as 7 etapas para o desenvolvimento de um plano de defesa de direitos.
Ano	2017

País	Camboja
Instituição	Associação de Bibliotecas do Camboja
Descrição	O Comitê de Jovens Bibliotecários da Associação de Bibliotecas do Camboja em parceria com a Biblioteca da Universidade de Puthisastra organizou um workshop sobre "O Papel da Biblioteca na Qualidade e Excelência na Educação" com a finalidade de aumentar a conscientização sobre o papel das bibliotecas na consecução dos ODS, especialmente no Objetivo 4 "Educação de Qualidade"
Ano	2017
País	Chile
Instituição	Colégio Chileno de Bibliotecários
Descrição	Diversas atividades de formação estão sendo conduzidas pelo Colégio Chileno de Bibliotecários.
Ano	2017
País	Chile
Instituição	Colégio Chileno de Bibliotecários
Descrição	Foi criada uma página do Facebook "2030 Agenda 2030 para bibliotecas e bibliotecários no Chile", onde são compartilhadas notícias, relatórios de atividades e boas práticas de bibliotecas do Chile.
Ano	2017
País	China
Instituição	Library Society of China
Descrição	Foram realizadas conferência sobre o tema do papel das bibliotecas na Agenda 2030 da ONU em todo o país.
Ano	2017
País	Colômbia
Instituição	Associação Colombiana de Bibliotecas
Descrição	Foi publicado no blog da Associação Colombiana de Bibliotecas (Ascolbi) o artigo: "Unidades de informação e desenvolvimento sustentável na Colômbia: reflexões sobre paz e biodiversidade" sobre o papel que as bibliotecas desempenham contribuindo para o ODS 13. Além disso, a ASCOLBI vem realizando workshops, apresentações e palestras sobre o tema.
Ano	2017

País	Congo
Instituição	Associação de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e museólogos do Congo
Descrição	Os participantes do IAP da IFLA do país prepararam um treinamento que trouxe delegados da ABADOM das 26 províncias como uma oficina de capacitação de treinadores.
Ano	2017
País	Costa Rica
Instituição	Associação de Bibliotecários da Costa Rica
Descrição	A Associação vem oferecendo diferentes treinamentos e sessões de conscientização para funcionários da biblioteca pública do Sistema Nacional de Bibliotecas da Costa Rica (SINABI).
Ano	2017
País	Cuba
Instituição	Associação Cubana de Bibliotecários
Descrição	A associação, em parceria com a Biblioteca Nacional Cubana José Martí, organizou o Encontro da Biblioteca Científica 2018, 6 a 10 de fevereiro de 2018, durante a celebração da XXVII Feira Internacional do Livro de Havana, na Biblioteca Nacional de Cuba. A reunião teve o tema: "Bibliotecas, Comunidade e a Agenda 2030 da ONU".
Ano	2017
País	Egito
Instituição	Associação Egípcia de Bibliotecas
Descrição	A associação lançou um concurso em 2017 com o título "Melhor projeto de biblioteca para apoiar os ODS" na sua conferência anual, realizada na Bibliotheca Alexandrina. O prêmio teve como objetivo levantar conscientização sobre os ODS e incentivar os bibliotecários a implementar atividades relacionados a eles, e o projeto vencedor é destinado à organização de workshops e seminários sobre a Agenda 2030 da ONU, os ODS e o papel das bibliotecas no Egito. Além deste projeto, em setembro de 2017, dois workshops foram organizados pelo pelos participantes do workshop do IAP em parceria com a presidência da ELA, com foco no papel das bibliotecas nos ODS da ONU e a Agenda 2030 da ONU. Mais de 100 bibliotecários de bibliotecas públicas e escolares participaram dos workshops.
Ano	2017
País	Egito
Instituição	Associação Egípcia de Bibliotecas
Descrição	Em 27 de julho de 2017, o Presidente da Associação e o Gerente Técnico para Bibliotecas na Cultura e Desenvolvimento do Egito reuniram-se com o Gerente da Biblioteca Nacional do Egito para discutir possíveis estratégias para alcançar a inclusão de bibliotecas no Plano Nacional de Desenvolvimento. Durante a reunião, eles discutiram o envolvimento existente da Biblioteca Nacional no processo de formação do Plano de Desenvolvimento, e concordou em organizar um workshop em outubro para bibliotecários trabalhando na Biblioteca Nacional e suas filiais, para aumentar sua conscientização sobre o ODS, organizado pela ELA.
Ano	2017

País	Filipinas
Instituição	Associação Filipina de Bibliotecários
Descrição	A Associação Filipina de Bibliotecários e a Biblioteca Nacional das Filipinas, realizaram sua Conferência Anual em 2017, sob o tema: "As Bibliotecas Agem: Proporcionando Acesso e Oportunidades para Todos". Cerca de 1000 bibliotecários e profissionais da informação, dos setores público e privado das Filipinas, participaram do evento.
Ano	2017
Link	http://plai.org.ph/plaicongress2017/
País	França
Instituição	Associação de Bibliotecários da França
Descrição	A Associação, em parceria com a Escola Nacional de Ciências da Informação e Bibliotecas, a Biblioteca Pública de Informação e o Comitê Francês Internacional de Bibliotecas e Documentação criou um site para dar aos bibliotecários franceses acesso a recursos, histórias e notícias sobre os ODS e as bibliotecas.
Ano	2017
País	Gana
Instituição	Associação de Bibliotecas do Gana
Descrição	A Assembleia Geral Anual da Associação de Bibliotecas do Gana em 2017 teve como tema "Desenvolvimento Nacional através dos ODS: O Papel das Bibliotecas".
Ano	2017
País	Gana
Instituição	Associação de Bibliotecas do Gana
Descrição	Diversas atividades formativas estão sendo conduzidas pela Ghana Library Association (GLA).
Ano	2017
País	Hungria
Instituição	Presidente da Associação de Bibliotecários Húngaros
Descrição	Em julho de 2017, o Presidente da Associação de Bibliotecários Húngaros fez uma palestra sobre o IAP, advocacy e ODS da ONU na 49ª Conferência Anual da associação com o tema: "A qualidade de vida - bibliotecários para a sociedade". Além de uma apresentação com o título "Bibliotecas para a sociedade" sobre o IAP, advocacy de bibliotecas e ODS, durante a Conferência Anual das Associações de Arquivistas Húngaros.
Ano	2017

País	Japão
Instituição	Associação de bibliotecas do Japão
Descrição	A Associação promoveu uma reunião sobre "Agenda 2030 da ONU e biblioteconomia global" como parte de sua 125ª Conferência Anual.
Ano	2017
País	Jordânia
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação do Jordânia
Descrição	Foi identificado que diversas atividades formativas estão sendo conduzidas pela Associação.
Ano	2017
País	Letônia
Instituição	Associação de Bibliotecários da Letônia
Descrição	Foi identificado que diversas atividades formativas estão sendo conduzidas pela Associação.
Ano	2017
País	Líbano
Instituição	Associação Libanesa de Bibliotecas
Descrição	Foi identificado que diversas atividades formativas estão sendo conduzidas pela Associação.
Ano	2017
País	Malawi
Instituição	Associação de Bibliotecas do Malawi
Descrição	A Associação de Bibliotecas do Malawi e o Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Mzuzu estão trabalhando para introduzir os ODS em seus currículos, a fim de garantir que os bibliotecários tenham um papel de liderança na contribuição para alcançar os ODS no Malawi. Estão sendo incluídas questões dos ODS nas muitas conferências, seminários e programas de desenvolvimento profissional contínuo, bem como um workshop nacional sobre planejamento para promover as bibliotecas.
Ano	2017
País	Mianmar
Instituição	Associação de Bibliotecas de Mianmar
Descrição	Em 1º de agosto de 2017, o Presidente da Associação de Bibliotecas de Mianmar (MLA) fez um discurso para bibliotecários e funcionários do Ministério da Cultura sobre o papel das Agendas e Bibliotecas 2030 da ONU na consecução dos ODS. O jornal foi chamado: "Bibliotecas, cultura, comunidade e 50 anos da ASEAN". Outro documento: "ASEAN Vision and Myanmar Libraries" foi oferecido em um workshop na mesma conferência, abordando os ODS e como nossas bibliotecas estão contribuindo para o desenvolvimento.
Ano	2017

País	Namíbia
Instituição	Associação de Trabalhadores da Informação da Namíbia
Descrição	Em 2017, a Namíbia Information Workers Association (NIWA) realizou uma reunião para compartilhar idéias e estratégias para organizar sessões de conscientização sobre como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 da ONU, cuja ideia foi enfatizar o papel das bibliotecas comunitárias na sociedade e alcançar os ODS.
Ano	2017
País	Nicarágua
Instituição	Associação Nicaraguense de Bibliotecários e Profissionais Relacionados
Descrição	A Associação Nicaraguense de Bibliotecários e Profissionais Relacionados realizou em 2017 o "XVII Encontro Nacional de Bibliotecários e Profissionais Relacionados" com o tema: "Bibliotecas e arquivos contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" com a finalidade de aumentar a conscientização sobre a Agenda 2030 da ONU, os ODS e como as bibliotecas contribuem para a sua realização.
Ano	2017
País	Nigéria
Instituição	Associação Nigeriana de Bibliotecas
Descrição	A conferência anual da Associação incluiu um workshop de conscientização com o tema: "Bibliotecas e Desenvolvimento: As Nações Unidas 2030 Agenda e Agenda 2063 da União Africana ", cujo objetivo foi de fazer os bibliotecários entenderem a importância do acesso à informação na Agenda 2030 e as agendas da União Africana de 2063, e o papel fundamental das bibliotecas no fornecimento deste acesso, além de ensinar aspectos práticos da defesa de direitos das bibliotecas.
Ano	2017
País	Noruega
Instituição	Associação Norueguesa de Bibliotecas
Descrição	Nos dias 18 e 19 de outubro de 2017, a Associação ofereceu um workshop sobre o ODS da ONU e o trabalho do NLA na reunião dos membros em Oslo.
Ano	2017
País	Omã
Instituição	Associação de Bibliotecas de Omã
Descrição	A Associação de Bibliotecas de Omã está conduzindo uma série de atividades e eventos de treinamento com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a Agenda 2030 da ONU e o papel das bibliotecas na consecução dos ODS.
Ano	2017

País	Polônia
Instituição	Associação Polonesa de Bibliotecas
Descrição	Foi realizado um workshop com a finalidade a construir a capacidade de advocacy da biblioteca, como métodos práticos de advocacy e boas práticas. O workshop também visa fortalecer a rede de bibliotecas profissionais e organizar ações de acompanhamento relacionadas aos ODS.
Ano	2017
País	Peru
Instituição	Associação de Bibliotecários Peruanos
Descrição	A Associação de Bibliotecários Peruanos (CBP), juntamente com outras instituições acadêmicas, científicas e culturais vem desenvolvendo diversas atividades formativas sobre o tema.
Ano	2017
País	Portugal
Instituição	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
Descrição	A Associação ofereceu um workshop para aumentar a conscientização sobre os ODS, bibliotecas e acesso à informação para o desenvolvimento. Como parte do seminário, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar de perto o tema e trocar informações. Este grupo está reunindo informações sobre projetos, programas e atividades realizadas por bibliotecas relacionadas aos ODS. Um workshop está planejado para outubro sobre o tópico. Em julho de 2017, foi lançado um formulário on-line para registrar projetos nacionais, ações ou qualquer tipo de iniciativa que as bibliotecas estão realizando sobre a Agenda 2030 da ONU e os ODS.
Ano	2017
País	Qatar
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações do Qatar
Descrição	A Associação organizou o "Segundo Fórum de Associação para Profissionais de Bibliotecas no Qatar", que teve como objetivo introduzir o programa do IAP e aumentar a conscientização sobre os ODS e o papel que as bibliotecas podem desempenhar na consecução desses objetivos.
Ano	2017
País	Sérvia
Instituição	Associação de Bibliotecas da Sérvia
Descrição	A Associação de Bibliotecas da Sérvia (SLA), a Biblioteca Nacional da Sérvia e a EIFL realizaram em conjunto uma série de treinamentos sobre "Advocacy de Bibliotecas: práticas locais e internacionais", destinados a promover a conscientização e as habilidades de advocacy para bibliotecários na Sérvia.
Ano	2017

País	Suazilândia
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações da Suazilândia
Descrição	Em maio de 2017, a Associação realizou um workshop com a participação de 21 membros do SWALA, cujo objetivo era aumentar a conscientização dos participantes sobre a Agenda 2030 da ONU, os ODS e a contribuição da biblioteca para o desenvolvimento. Também foram realizadas discussões sobre o modo de garantir o reconhecimento do papel fundamental das bibliotecas na realização dos ODS na Suazilândia.
Ano	2017
País	Ucrânia
Instituição	Associação de Bibliotecas da Ucrânia
Descrição	Uma série de workshops e conferências com o objetivo de formar os profissionais sobre o advocacy para bibliotecas está sendo conduzido no país pela Associação..
Ano	2017
País	Uganda
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação do Uganda
Descrição	Identificou-se que uma série de workshops e conferências com o objetivo de formar os profissionais sobre o advocacy para bibliotecas está sendo conduzido no país.
Ano	2017
País	Uruguai
Instituição	Associação Uruguia de Bibliotecas
Descrição	Em julho de 2017, a Associação Uruguia de Bibliotecas (ABU) ofereceu um workshop "Acesso e oportunidades para todos" com o apoio de escritórios governamentais (Município de Rio Negro, Departamento de Cultura, Biblioteca Municipal de Fray Bentos). 16 bibliotecários públicos do departamento de Rio Negro se juntaram ao workshop para aprender sobre os ODS e como as bibliotecas no Uruguai ajudam a alcançá-los.
Ano	2017
País	Vietnã
Instituição	Associação de Bibliotecas do Vietnã
Descrição	Em 2017, um artigo co-escrito pelo presidente da Associação de Bibliotecas do Vietnã (VLA), o diretor da Biblioteca Nacional do Vietnã (NLV) e os participantes do IFLA-IAP foi publicado com o título "Identifique os papéis das bibliotecas para alcançar os ODS da ONU" no Vietnamese Library Journal, o fórum oficial do setor de bibliotecas no Vietnã, mostrando o compromisso dos dois maiores órgãos do país para promover o papel das bibliotecas no desenvolvimento. Como resultado, especialistas em bibliotecas e informações vietnamitas receberam informações sobre os ODS da ONU, o IAP e o plano de ação do VLA para a Agenda 2030 da ONU. O artigo visava a esforços adicionais para incentivar mais bibliotecas a apoiar os esforços para apoiar as bibliotecas a serem incluídas no plano de desenvolvimento, e promover a criatividade das bibliotecas na criação de atividades, programas e iniciativas para mais suas comunidades.
Ano	2017

País	Zâmbia
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação da Zâmbia
Descrição	Em 2017, a Associação realizou um workshop em parceria com as Nações Unidas na Zâmbia, com o tema: "O papel das Instituições e Profissionais de Informação na Obtenção dos ODS da Agenda 2030", cujo objetivo era conscientizar os bibliotecários sobre a ODS e o papel das bibliotecas.
Ano	2017

País	Zimbábue
Instituição	Associação de Bibliotecas do Zimbábue
Descrição	Identificou-se que uma série de workshops e conferências com o objetivo de formar os profissionais sobre o advocacy para bibliotecas está sendo conduzido no país.
Ano	2017

País	Haiti
Instituição	Associação de Bibliotecários, Documentalistas e Arquivistas do Haiti
Descrição	Em dezembro de 2017, a Associação de Bibliotecários, Documentalistas e Arquivistas do Haiti, em parceria com o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional, a Biblioteca Nacional do Haiti e a Direção Nacional do Livro realizaram a "Primeiro Conferência de Bibliotecas" com o tema "Bibliotecas, políticas públicas de cultura e acesso à informação". O evento é concebido como uma convocação para os serviços da biblioteca haitiana e está planejado para ocorrer todos os anos.
Ano	2017

País	Indonésia
Instituição	Associação Indonésia de Bibliotecários
Descrição	Para discutir o papel das bibliotecas no apoio aos ODS a Associação organizou os seguintes eventos: Seminário "ODS e o bibliotecário indonésio", "Reunião da Biblioteca Nacional de Coordenação na Indonésia" e Workshop "Embalagem de Informações".
Ano	2017

● Iniciativas de sensibilização

País	Brasil
Instituição	FEBAB
Título	Eu Amo Biblioteca, Eu Quero
Descrição	O movimento "Eu Amo Biblioteca, Eu Quero" foi criado para mobilizar a sociedade e mostrar que as bibliotecas não são apenas um espaço para guardar livros, pois acredita que as bibliotecas devem ser espaços convidativos e, além de incentivar a leitura, precisam oferecer uma agenda cultural variada com música, cinema, dança, arte, cursos, palestras, oficinas.
Ano	2013

Link	http://www.febab.org.br/euamobiblioteca/
País	Estados Unidos
Instituição	Associação Americana de Bibliotecas
Título	I Love Libraries
Descrição	O Ilovelibraries.org é uma iniciativa da American Library Association (ALA), criada para manter os Estados Unidos informados sobre o que está acontecendo nas bibliotecas de hoje, promovendo o valor de bibliotecas e bibliotecários, explicando os principais problemas que afetam as bibliotecas e instando o público a apoiar e tomar medidas para as bibliotecas.
Ano	Data não identificada
Link	http://www.ilovelibraries.org
País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Libraries = Strong Communities
Descrição	Iniciativa de advocacy destinada a destacar o valor das bibliotecas acadêmicas, públicas e escolares, posicionada para despertar a consciência pública sobre o valor das bibliotecas e da equipe da biblioteca e criar uma onda de apoio nos níveis local, estadual, nacional e global.
Ano	2018
Link	http://www.ala.org/news/press-releases/2018/06/ala-president-loida-garcia-febo-announces-libraries-strong-communities
País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Libraries Transform Campaign
Descrição	A Campanha de Transformação de Bibliotecas foi criada para aumentar a conscientização pública sobre o valor, o impacto e os serviços prestados por bibliotecas e profissionais de bibliotecas. A campanha garantirá que exista uma voz clara e enérgica para a profissão, oferecendo aos defensores da biblioteca ferramentas adaptáveis para mostrar ao público a natureza transformadora das bibliotecas atuais e elevando o papel crítico que as bibliotecas desempenham na era digital.
Link	http://www.ilovelibraries.org/librariestransform/
País	Estados Unidos
Instituição	ALA
Título	Library Champions: Investing In America's Libraries
Descrição	O programa foi lançado por apoiadores individuais, corporativos e de fundações que se uniram para formar um grupo de base ampla para defender as bibliotecas e a profissão de bibliotecária. Os campeões de bibliotecas contribuem anualmente para o esforço de comunicação estratégica nacional da ALA sobre o valor e os benefícios das bibliotecas.
Link	http://www.ala.org/aboutala/offices/dev/libchamps/honorroll
País	Brasil
Instituição	FEBAB / Ecofuturo / Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
Título	Eu quero minha biblioteca
Descrição	Em março de 2010, a sanção da lei 12.244/10 garantiu um direito inalienável: até 2020 todas as Instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão ter biblioteca. Sua efetividade, portanto, tem de ser tratada como prioridade nacional. A campanha “Eu quero minha biblioteca” tem o objetivo de divulgar amplamente essas informações aos gestores públicos, aos candidatos às eleições municipais, em especial, aos dirigentes de ensino, aos professores, à sociedade civil e aos cidadãos brasileiros.
Link	http://www.euquerominhabiblioteca.org.br/

País	Argélia
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações da Argélia
Descrição	Foi realizado em abril de 2017 um evento de conscientização para discutir o papel das bibliotecas no desenvolvimento sustentável e na agenda 2030 que contou com a presença de representantes de bibliotecas públicas do estado de Tébessa, representantes de associações locais e tomadores de decisão.
Ano	2017
Tipo	Conscientizante
País	Jamaica
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações da Jamaica
Descrição	Em de novembro de 2017, a Associação e a EBSCO celebraram a “Library and Information Week 2017” com um seminário com o tema: “Destino 2030: aproveitando informações para o desenvolvimento nacional”. A Associação também trabalhou em estreita colaboração com a UNESCO para organizar a conferência da “Semana Global de Alfabetização de Mídia e Informação” em 2017. A conferência incluiu uma sessão específica sobre as ligações entre bibliotecas, alfabetização midiática e informacional e a Agenda 2030 da ONU, destacando para centenas de pessoas o importante papel das bibliotecas na condução do desenvolvimento sustentável.
Ano	2017
País	Jamaica
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações da Jamaica
Descrição	A Associação de Bibliotecas e Informações da Jamaica, em colaboração com o Serviço de Biblioteca da Jamaica, organizou a “Corrida de Diversão pela Alfabetização” em 2018. Uma iniciativa de sensibilização para o papel das bibliotecas no desenvolvimento educacional do país.
Ano	2018
País	Bulgária
Instituição	Associação Búlgara de Informação e Biblioteconomia
Descrição	A 12ª Semana da Biblioteca Nacional em 2017 “Bibliotecas em apoio ao desenvolvimento sustentável”, organizada pela Associação Búlgara de Informação e Biblioteconomia (BLIA), teve como objetivo demonstrar o papel das bibliotecas na implementação dos ODS na nova Agenda da ONU “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” no contexto da Campanha de Advocacia Internacional da IFLA.
Ano	2017
Link	www.lib.bg/en/Mews/35-News/90-XII-National-Library-Week---2017
País	Camarões
Instituição	Associação dos Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Muséographos dos Camarões
Descrição	A Associação dos Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Muséographos dos Camarões adotou um plano de ação para a defesa de direitos que incluía uma personalidade bem conhecida para participar efetivamente da campanha de defesa de direitos.
País	China
Instituição	Library Society of China
Descrição	A sede da Library Society of China criou um WeChat por onde tem disseminado informações que incluem três vídeos de advocacy que alcançaram de 2.000 visualizações somente no primeiro dia.
Ano	2017

País	Madagascar
Instituição	Associação de Profissionais de Biblioteconomia e Informação Documental em Madagascar
Descrição	Em 2017, a Associação de Profissionais de Biblioteconomia e Informação Documental em Madagascar e o Conselho para a Salvaguarda da Integridade (CSI) co-organizaram uma celebração pelo "Dia Internacional de Acesso Universal à Informação", na Biblioteca Nacional de Madagascar. Esta foi a segunda vez que Madagascar comemorou o Dia Internacional pelo Acesso Universal à Informação. O tema foi "Dinamizar o desenvolvimento sustentável através do acesso à informação". O evento foi co-organizado e apoiado pelo Senado nacional, a CSI, o Ministério dos Correios, Telecomunicações e Desenvolvimento Digital, UNESCO, a Comissão Nacional malgaxe da UNESCO, TOROHAY Association - APBIM, e a ONG ILONTSERA (Comunicações e mídia observatório). As atividades incluíram visitas de estudantes do ensino médio a bibliotecas governamentais em Antananarivo, uma exposição de bibliotecas governamentais em instituições públicas, um debate com jovens estudantes sobre o importância das bibliotecas nas tecnologias de informação e comunicação e digitalização, organizado pela associação de bibliotecários e um programa especial de TV sobre a lei de acesso à informação. Foi uma grande oportunidade para dar visibilidade aos profissionais da biblioteca e ao seu trabalho. Em seu discurso oficial, um senador concordou com o acesso de uma lei de acesso à informação para garantir que os cidadãos sejam mais informados sobre assuntos públicos e destacou as contribuições das bibliotecas para o acesso à informação.
Ano	2017
País	México
Instituição	Associação Mexicana de Bibliotecários
Descrição	Há uma seção no website da Associação criada para promover os ODS e o papel das bibliotecas no México, e para divulgar as atividades que estão sendo realizadas no país.
País	Nepal
Instituição	Associação de Bibliotecas do Nepal
Descrição	Em agosto de 2017 a Associação em parceria com o Centro Russo de Ciência e Cultura organizou uma celebração para o 10º Dia da Biblioteca sob o título "Discussão sobre Ações da Biblioteca: Conscientização da IFLA".
Ano	2017
País	Nigéria
Instituição	Associação Nigeriana de Bibliotecas
Título	"Biblioteca e Você"
Descrição	Desde 2016 é conduzida a campanha "Biblioteca e Você", dedicada a sensibilizar os nigerianos sobre as funções e importância das bibliotecas e bibliotecários.
Ano	2016
Link	https://www.facebook.com/pg/libraryandyou/about/?ref=page_internal
País	Nigéria
Instituição	Associação Nigeriana de Bibliotecas
Título	"Semana da Nacional da Biblioteca"
Descrição	A "Semana da Nacional da Biblioteca" de 2017 promovida pela Associação Nigeriana de Bibliotecas teve o tema: "Information Literacy para o Desenvolvimento Sustentável na Nigéria".
Ano	2017
Link	http://nla.ng/2017/10/22/nla-library-week-2017/
País	Noruega
Instituição	Associação Norueguesa de Bibliotecas
Descrição	A Associação criou uma campanha que compreende uma pesquisa online para exemplos de como as bibliotecas contribuem para a ONU 2030 Agenda e um mapa interativo. Além

disso, a Associação compartilhou informações sobre a pesquisa online e o mapa interativo com o Membro do Parlamento designado para representar a Noruega na sede das Nações Unidas.

Ano	2017
País	Portugal
Instituição	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
Descrição	Como parte dos esforços de conscientização, a Associação regularmente compartilha atualizações com seus mais de 600 membros, e a comunidade de bibliotecas portuguesas em geral, através de suas contas no Facebook e Twitter relacionadas ao papel das bibliotecas. Além disso, uma série de artigos foi publicada no site da B.A.D., incluindo notícias de eventos futuros, novas traduções, etc.
Link	https://www.facebook.com/badpt/
País	Uganda
Instituição	Associação de Biblioteca e Informação do Uganda
Descrição	Está em desenvolvimento uma campanha de conscientização pública sobre as bibliotecas na implementação dos ODS através de diferentes meios de comunicação, como rádio e TV.
Ano	2017
País	Inglaterra
Instituição	Chartered Institute of Library and Information Professionals
Descrição	As 11 campanhas identificadas foram: <ol style="list-style-type: none"> 1. Great School Libraries 2. We are trusted professionals 3. Libraries Week 4. A million decisions 5. Facts Matter 6. Posters: famous faces 7. Libraries All Party Parliamentary Group 8. Donate to the CILIP library fund 9. Election 2018 10. My Library By Right 11. Let libraries lend ebooks
Ano	Diversas datas
Link	https://www.cilip.org.uk/page/Advocacy

● Iniciativas políticas

País	Costa Rica
Instituição	Associação de Bibliotecários da Costa Rica
Descrição	Em agosto de 2017, o Presidente da Associação de Bibliotecários da Costa Rica teve uma reunião com autoridades do Ministério da Educação Pública e do Sistema da Biblioteca Nacional, para discutir uma série de oficinas sobre os ODS.
Ano	2017
País	Jamaica
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informação da Jamaica
Descrição	A associação embarcou em uma petição nacional através do Gabinete do Primeiro Ministro para a inclusão do bibliotecário escolar como um influenciador no processo de desenvolvimento do Currículo Baseado em Padrões Nacionais da Jamaica. Além disso, em julho de 2017, o Presidente de Advocacy do LIAJA participou do Live Feed do Primeiro-Ministro para defender a maior visibilidade das bibliotecas nas conversas sobre os ODS na Jamaica.
Ano	2017
País	Alemanha
Instituição	Associação Alemã de Bibliotecas
Descrição	A partir de março de 2017, uma campanha "Wahlprüfsteine" foi conduzida pelo dbv para as Eleições Federais em setembro de 2017. Um dos seis tópicos foi "ODS e bibliotecas, promovendo sua inclusão na estratégia nacional". Todos os partidos políticos na Alemanha apoiam a inclusão de bibliotecas na estratégia nacional de sustentabilidade. A partir de dezembro de 2017, o dbv está planejando marcar compromissos com os stakeholders relevantes do novo governo alemão. Além disso, o dbv monitora continuamente os desenvolvimentos políticos na Alemanha no campo dos ODS.
Ano	2017
País	Austrália
Instituição	Associação Australiana de Bibliotecas e Informações
Descrição	A Associação participou várias reuniões com seu Departamento de Relações Exteriores do Governo Federal Assuntos e Comércio (DFAT). Na primeira reunião, em maio de 2015, a ALIA explicou o potencial das bibliotecas para ajudar na entrega do projeto de agenda. Então, as discussões ampliaram-se para três papéis: Bibliotecas de apoio à liberdade de acesso aos resultados da informação, as bibliotecas como exemplos de sucesso, que podem ser usados como parte dos relatórios da Austrália, e bibliotecas ajudando a comunicar a agenda de 2030 para o geral população. No final de 2016, a ALIA conseguiu que os executivos da DFAT participassem de reunião de corpos de pico representando galerias, bibliotecas, arquivos, museus, sociedades históricas e outras instituições de coleta, para explorar a oportunidade para uma maior Galerias, Bibliotecas, Arquivos, Museus (GLAM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, o Conselho da ALIA revisou sua própria Constituição e haverá uma oportunidade para os membros votarem em um novo Objeto do Associação relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Ano	2015
Link	https://www.alia.org.au/advocacy-and-campaigns/think-global-act-local

País	Austrália
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informação da Austrália
Descrição	Em 2017, a associação trabalhou na criação do relatório "Como as bibliotecas públicas contribuem para a agenda STEM 2017" para mostrar como as bibliotecas contribuem para a meta 5 "igualdade de gênero". O relatório reuniu as apresentações da STEAM na conferência de Sydney (reunião de meio termo da Seção de Bibliotecas Públicas da IFLA). Foi amplamente divulgado no setor de bibliotecas e nos contatos do governo em nível local, estadual / federal e federal.
Ano	2017
País	Brasil
Instituição	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecas
Descrição	Em agosto de 2017, a Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecas, Cientistas e Instituições de Informação (FEBAB) teve uma reunião com a Secretária do Governo para defender as bibliotecas e sua inclusão no Plano Nacional de Desenvolvimento.
Ano	2017
País	Camarões
Instituição	Associação dos Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museólogos de Camarões
Descrição	A Associação dos Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museólogos de Camarões adotou um plano de ação para advocacy. Entre as ações deste plano, houve uma reunião com o Ministro das Artes e Cultura.
Ano	2017
País	Congo
Instituição	Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museólogos do Congo
Descrição	Membros da Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Museólogos do Congo reuniram-se com o Ministério da Cultura e Artes e os membros de seu gabinete para discutir a defesa da biblioteca e o importante papel das bibliotecas no desenvolvimento. Os participantes ressaltaram o importante papel que o Ministério terá em acompanhar essa defesa em favor das bibliotecas com a administração nacional para garantir que as bibliotecas tenham o apoio necessário para continuar a desempenhar essa importante missão.
Ano	2017
País	Finlândia
Instituição	Associação Finlandesa de Bibliotecas
Descrição	A Associação Finlandesa de Bibliotecas entrou em contato com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável e marcou uma reunião. Eles também estavam ativamente envolvidos em operações conjuntas de ONGs finlandesas. Juntamente com outras associações, fizeram uma declaração sobre a Agenda 2030 da ONU e como ela poderia ser implementada na Finlândia. Assim, em fevereiro de 2017, a Finlândia publicou o seu Plano Nacional de Desenvolvimento para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para alcançar a Agenda 2030 da ONU, no qual as bibliotecas são reconhecidas elementos para prevenir o discurso de ódio e racismo e promover a inclusão social (sob a área de foco 2.5): "O papel das bibliotecas públicas como promotores de cidadania ativa, diversidade cultural e democracia deve ser fortalecido".
Ano	2017

País	França
Instituição	Associação dos Bibliotecários da França Commission Advocacy
Descrição	Em janeiro de 2015, uma oficina de seminários de grupos regionais confirmou a necessidade de a associação iniciar uma reflexão e uma ação sustentável sobre o advocacy, sendo que a criação de uma comissão dedicada foi decidida pelo conselho nacional de 14 de março de 2016. A partir de 2016 essa comissão iniciou a realização de um estudo sobre o impacto econômico e social das bibliotecas francesas, encomendado pelo Ministério da Cultura e Comunicação (DGMIC e SLL); além de coordenar um arquivo de advocacy para a revista Bibliothèque (s), publicado em dezembro de 2016. A comissão também criou um grupo de trabalho em torno da Agenda 2030 das Nações Unidas para promover o papel das bibliotecas nos objetivos do desenvolvimento sustentável: educação, combate às desigualdades e analfabetismo, trabalho, saúde ... Este grupo trabalha em parceria com outras associações profissionais e instituições nacionais, também ativas neste campo.
Link	http://www.abf.asso.fr/4/155/582/ABF/commission-advocacy
Ano	2016
País	Guatemala
Instituição	Associação de Bibliotecas da Guatemala
Descrição	Em agosto de 2017, os membros dos participantes da Associação de Bibliotecários da Guatemala tiveram uma reunião com oito diretores de bibliotecas acadêmicas guatemaltecas para discutir a defesa futura em relação ao papel das bibliotecas na realização dos ODS. Durante a reunião, a equipe concordou em trabalhar juntos na realização de advocacy e conscientização na Guatemala.
Ano	2017
País	Hungria
Instituição	Associação de Bibliotecários Húngaros
Descrição	O Presidente da Associação realizou reuniões com o Chefe de Departamento do Ministério de Recursos Humanos e com o Secretário de Estado Adjunto do Ministério dos Recursos Humanos e enviou cartas ao vice-primeiro-ministro e ao ministro de Recursos Humanos para a aumentar a conscientização sobre o bibliotecas na realização dos ODS. Em setembro de 2017, a AHL / MEK atingiu o seu objetivo principal: as bibliotecas foram incluídas na Estratégia-Quadro do Desenvolvimento Nacional Sustentável. O texto diz: "A confiança é uma obrigação para uma vida humana eficiente. A falta de confiança pode levar a graves conflitos individuais, comunitários e sociais ao mesmo tempo. Comunidades de instituições culturais contribuem para a reprodução da confiança e para o fortalecimento da coesão social. Em uma medida considerável, a rede de centros culturais, museus e bibliotecas é importante por causa disso".
Ano	2017
País	Madagascar
Instituição	Associação de Profissionais de Bibliotecas e Informações de Madagascar
Descrição	A Associação começou a contatar stakeholders para criar uma delegação, incluindo membros da associação que trabalham em Ministérios Públicos. O objetivo é identificar representantes do governo que possam defender o papel das bibliotecas na Agenda 2030 da ONU e a necessidade de envolvimento da comunidade bibliotecária no Plano Nacional de Desenvolvimento.
Ano	2017

País	Polônia
Instituição	Associação Polonesa de Bibliotecas
Descrição	Em junho de 2017, representantes da Associação se reuniram com o Centro de Informações das Nações Unidas (UNIC) em Varsóvia, e um acordo de cooperação foi estabelecido para organizar oficinas IAP em Katowice e Varsóvia, e para promover os ODS em bibliotecas. O principal resultado da discussão foi cooperar na promoção de ações na Polônia por escolas, bibliotecas e ONGs, sobre a Agenda 2030 da ONU e os ODS.
Ano	2017
País	Portugal
Instituição	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
Descrição	O Conselho da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas está realizando desde 2017 reuniões com representantes das Agências Nacionais responsáveis pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, de modo a envolver-se nas discussões e defender a inclusão das bibliotecas na Agenda 2030 da ONU.
Ano	2017
País	Suazilândia
Instituição	Associação de Bibliotecas da Suazilândia
Descrição	Após participar do workshop do IAP, um comitê diretor de nove membros foi convocado como uma delegação para trabalhar em advocacy. Desde então estão sendo realizadas reuniões de acompanhamento por este comitê diretor, onde eles discutem metas e objetivos de advocacy e desenvolveram plano de trabalho de defesa de direitos e um plano de comunicação de defesa da biblioteca.
Ano	2017
País	Ucrânia
Instituição	Associação Ucraniana de Bibliotecas
Descrição	A Associação elaborou o esboço uma estratégia de desenvolvimento de campo da Biblioteca até 2025 com foco em mudanças qualitativas de bibliotecas para apoiar o desenvolvimento sustentável da Ucrânia, e pressionou o governo pela sua implementação em 2015-2016. Assim, em março de 2016, o Gabinete de Ministros da Ucrânia adotou a estratégia. Em setembro de 2017, o presidente e o vice-presidente da ULA se reuniram com o vice-ministro da Cultura da Ucrânia e discutiram o papel das bibliotecas no desenvolvimento sustentável da Ucrânia e um plano de implementação da estratégia lançada foi fornecido ao vice-ministro.
Ano	2015
País	Uganda
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informação de Uganda
Descrição	O Presidente da Associação e o Diretor da Biblioteca Nacional de Uganda tiveram uma reunião com o Presidente do Subcomitê de Advocacy da Agenda 2030 no país e, durante a reunião, foi acordada a inclusão do Diretor da NLU na Subcomissão para o melhor posicionamento do setor bibliotecário nas iniciativas da comissão.
Ano	2016

País	Vietnam
Instituição	Associação de Bibliotecas do Vietnã
Descrição	A Associação e a Biblioteca Nacional do Vietnã estão encorajando e motivando as bibliotecas membros a se unirem e contribuírem ativamente para o plano nacional de implementação reunindo-se com os formuladores de políticas para garantir a participação das bibliotecas vietnamitas no plano nacional de desenvolvimento.
Ano	2016
País	África do Sul
Instituição	Associação de Bibliotecas e Informações da África do Sul
Descrição	A Associação de Bibliotecas e Informações da África do Sul e a Biblioteca Nacional da África do Sul criaram uma parceria através da qual assumiram um papel direto no desenvolvimento de um programa de advocacy o setor bibliotecário perante a liderança política sul-africana para garantir que as bibliotecas sejam incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, com a finalidade de elevar a profissão e das Bibliotecas, especialmente bibliotecas públicas, centrais para a realização dos ODS.
Ano	2016
País	Bahrain
Instituição	Associação de Bibliotecas do Bahrein
Descrição	Um plano de defesa de direitos para a associação junto ao governo foi desenvolvido e implementado.
Ano	2017
País	Namíbia
Instituição	Associação dos Trabalhadores da Informação da Namíbia
Descrição	A equipe de advocacy da associação está realizando apresentações para diferentes stakeholders e tomadores de decisão para garantir que as bibliotecas da Namíbia sejam reconhecidas como parceiros-chave para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.
Ano	2016
País	Zimbábue
Instituição	Associação de Bibliotecas do Zimbábue
Descrição	A Associação de Bibliotecas do Zimbábue, através do Serviço Nacional de Documentação e Biblioteca, organizou uma reunião com o Secretário Permanente do Ministério da Educação Primária e Secundária para discutir como as bibliotecas no Zimbábue estão contribuindo para a realização dos ODS e como eles podem estar mais envolvidos.
Ano	2017

- Não classificadas

Região	África Ocidental
Ano	2017
Fomento	IAP

Região	África Oriental
Ano	2017
Fomento	IAP

Região	América Central
Ano	2017
Fomento	IAP

Região	Ásia Central
Ano	2017
Fomento	IAP

Região	Ásia Pacífica
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Brasil
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Costa Rica
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Espanha
Ano	2017
Fomento	BSLA

País	Egito
Ano	2017
Fomento	BSLA

Região	Europa Oriental
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Gana
Ano	2017
Fomento	BSLA

País	Fiji
Ano	2017
Fomento	BSLA

País	Índia
Ano	2017
Fomento	BSLA

Região	Países falantes de Alemão
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Peru
Ano	2017
Fomento	BSLA

País	Senegal
Ano	2017
Fomento	BSLA

País	Trinidad e Tobago
Ano	2017
Fomento	IAP

País	Zimbábue
Ano	2017
Fomento	BSLA